

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – 2007

**MORTES POR AFOGAMENTO EM ÁGUAS
INTERNAS NO ESTADO DE SP – ANÁLISE
CONFORME BANCO DE DADOS DO IML,
DATASUS E SEADE – PROPOSTA DE
MEDIDAS DE PREVENÇÃO PASSIVA –
PRIORIDADES**

Cap PM Roberto Sukanuma

São Paulo

2007

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – 2007

**MORTES POR AFOGAMENTO EM ÁGUAS
INTERNAS NO ESTADO DE SP – ANÁLISE
CONFORME BANCO DE DADOS DO IML,
DATASUS E SEADE – PROPOSTA DE
MEDIDAS DE PREVENÇÃO PASSIVA –
PRIORIDADES**

Cap PM Roberto Sukanuma

Monografia de conclusão de curso, sob
orientação do Major Médico Bombeiro Militar
David Szpilman – Corpo de Bombeiros do
Estado do Rio de Janeiro

São Paulo

2007

Dedicatória

À minha esposa, Adriana, e às minhas filhas, Milene e Anna Beatriz, por minha ausência durante a confecção deste trabalho.

A meus pais, Miguel e Keiko, por possibilitarem mais uma etapa no meu aperfeiçoamento.

A meu irmão, amigos e familiares, pelo amor, dedicação e incentivo nos momentos mais difíceis.

Agradecimentos

A Deus, por mais esta oportunidade de evolução.

Aos Oficiais e Praças do 10º GB, 17º GB, 9º GB, 14º GB, 13º GB, DOp, DRH, 5ª EM/PM e Gab Cmt, pelo apoio na elaboração desta obra.

Ao Maj BMRJ David Szpilman, pelas sábias orientações nos momentos de dúvida.

Aos amigos e companheiros do CAO I/07 pela excelente convivência e cooperação.

Ao Comando do CAES, Instrutores, Professores e demais integrantes dessa digna casa de ensino, pelos conhecimentos que foram transmitidos.

Ao Dr. Hideaki Kawata e Dra. Marie Momo Tataki, do IML-SP, pelas valiosas informações fornecidas.

Ao Dr. Júlio Singer, do IME-USP, pelas orientações na área de estatística.

Ao Sr. Michel Lopes Machado, do IBAMA, pelas informações sobre pesca amadora.

Aos integrantes do Datasus pela atenção dada nos momentos de dúvidas sobre os dados contidos no sítio.

Ao 1º Ten PM Rodrigo Thadeu de Araújo, do 9º GB, pela sugestão do tema.

Epígrafe

A EDUCAÇÃO

Creio que educar é basicamente habilitar as novas gerações no exercício de uma visão não ingênua da realidade, de maneira que seu olhar tenha em conta o mundo, não como uma suposta realidade objetiva em si mesma, mas como o objeto de transformação ao qual o ser humano aplica sua ação.

Página constante do livro: “a Paisagem Humana”, de Mario Luiz Rodrigues Cobos, autor conhecido como “O Silo”.

RESUMO

MORTES POR AFOGAMENTO EM ÁGUAS INTERNAS é um assunto pouco explorado, pois as atenções são mais voltadas para as fatalidades ocorridas na orla marítima, havendo a necessidade de se identificar o perfil deste tipo de ocorrência e regulamentar ações e medidas visando à redução do número de afogados. A prevenção e a regulamentação são os meios mais racionais para a redução dos afogamentos no Estado, prova disso são as campanhas de utilidade pública divulgadas na mídia e os resultados obtidos pelo Regulamento de Segurança contra Incêndios. A presença do guarda-vidas da Corporação orientando e realizando o resgate de vítimas, certamente oferece uma maior sensação de segurança na população, mas a atuação contínua em todos os pontos críticos é inviável em razão do efetivo, meios necessários e a diversidade dos locais de risco. Há a necessidade da elaboração dos perfis dos afogados, dos locais das ocorrências e dos aspectos temporais, para possibilitar a difusão de orientações, procedimentos e ensinamentos ao público desejado, bem como regulamentar a estrutura física dos ambientes de risco. O trabalho, mediante pesquisa bibliográfica e de campo, identificou e definiu prioridades em cada nível, de localidades e aspectos temporais a perfil das vítimas, bem como apresentou propostas de regulamentação do serviço de segurança contra afogamentos no Estado e de utilização de um plano didático padrão nas orientações preventivas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Prevenção aquática executadas nos GB	28
Figura 2 -	Área dos municípios x afogados – 2000 a 2005	49
Figura 3 -	Critérios de formação dos grupos do IPRS – 2004.....	52
Figura 4 -	Componentes e fontes de indicadores do IPRS – 2004	54
Figura 5 -	Comparativo entre os perfis de afogados	84
Figura 6 -	MTV Brasil – audiência por faixa etária – janeiro a abril de 2006	88
Figura 7 -	Canais de TV Favoritos dos Jovens – 2006	88
Figura 8 -	MTV Brasil – audiência por sexo – 2006	88
Figura 9 -	Perfil de audiência – TV Bandeirantes- 2006.....	90
Figura 10 -	Leitor do Lance! – faixa etária – 2007	91
Figura 11 -	Faixa etária do leitor – Metronews – 2007	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos afogamentos no Estado de SP – 2000 a 2006	32
Gráfico 2 - Evolução dos afogamentos na grande SP - 2000 a 2006	33
Gráfico 3 - Evolução dos afogamentos no interior – 2000 a 2006	34
Gráfico 4 - Evolução dos afogamentos na capital – 2000 a 2006.....	35
Gráfico 5 - Evolução dos afogamentos na orla marítima de 2000 a 2006	35
Gráfico 6 - Afogamentos mensais no Estado – 2003 a 2006.....	36
Gráfico 7 - Afogamentos mensais na grande SP – 2003 a 2006.....	37
Gráfico 8 - Afogamentos mensais no interior – 2003 a 2006.....	38
Gráfico 9 - Afogamentos mensais na capital – 2003 a 2006	38
Gráfico 10 - Afogamentos mensais na orla marítima – 2003 a 2006	39
Gráfico 11 - Afogamentos mensais por região – 2003 a 2006	40
Gráfico 12 - Afogamentos de residentes por GB – 2000 a 2005.....	42
Gráfico 13 - Afogamentos por GB conforme o local – 2000 a 2004.....	43
Gráfico 14 - Salvamento X afogamento nos GB – 2004 e 2005	45
Gráfico 15 - Afogamento em curso X total de afogados (%) - 2004 e 2005.....	46
Gráfico 16 - População do Estado de SP – 2000 a 2006.....	50
Gráfico 17 - Número de afogados no Estado de SP – 2000 a 2006	50
Gráfico 18 - Evolução de afogados em águas naturais – 2000 a 2004.....	60
Gráfico 19 - Residentes x local da ocorrência – litoral – 2000 a 2004	61
Gráfico 20 - Residentes x local da ocorrência – capital – 2000 a 2004	62
Gráfico 21 - Residentes x local de ocorrência – grande SP- 2000 a 2004.....	62
Gráfico 22 - Residentes x local da ocorrência – interior – 2000 a 2004.....	63
Gráfico 23 - Estado civil dos afogados – 2000 a 2004.....	64
Gráfico 24 - Etnia dos afogados no Estado – 2000 a 2005.....	65
Gráfico 25 - Sexo dos afogados – Estado – 2000 a 2004.....	65
Gráfico 26 - Afogados por faixa etária – Estado de SP – 2000 a 2005.....	67
Gráfico 27 - Afogados por faixa etária – interior do Estado – 2000 a 2005.....	67
Gráfico 28 - Evolução por faixa etária no Estado – 2000 a 2005.....	68
Gráfico 29 - Evolução por faixa etária no interior - 2000 a 2005	69
Gráfico 30 - Afogados por anos de estudo no Estado – 2000 a 2005.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Número de afogados x IPRS – 2000 a 2004	55
Tabela 2 -	Local de incidência por região – 2000 a 2004	60
Tabela 3 -	População de 25 anos ou mais por anos de estudo - 2003	72
Tabela 4 -	Anos de estudo por região – 2000 a 2005	73
Tabela 5 -	Anos de estudo conforme o perfil das vítimas – 2000 a 2005	74
Tabela 6 -	Incidência total de afogados – 2000 a 2006	78
Tabela 7 -	Incidência de afogados na região de Marília – 2000 a 2006.....	79
Tabela 8 -	Incidência de afogados na região de Ourinhos -2000 a 2006.....	79
Tabela 9 -	Incidência de afogados na região de P. Prudente – 2000 a 2006	79
Tabela 10 -	Residência da vítima x local da ocorrência – 2000 a 2006	80
Tabela 11 -	Grau de urbanização dos locais de risco -2000 a 2006	81
Tabela 12 -	Afogados por dia da semana -2000 a 2006	82
Tabela 13 -	Porcentual de uso de computador por faixa etária – 2006	94
Tabela 14 -	Acesso à internet por perfil – 2006.....	94
Tabela 15 -	Interação com autoridades públicas por perfil – 2006	94
Tabela 16 -	Uso da internet para educação – 2006	95
Tabela 17 -	Programas existentes no CB – 2007	100
Tabela 18 -	Idade do atendidos pelo programa – 2007.....	100
Tabela 19 -	Sexo dos atendidos pelo programa – 2007.....	101
Tabela 20 -	Escolaridade dos atendidos pelo programa – 2007	101
Tabela 21 -	Estado civil dos atendidos pelo programa – 2007	101
Tabela 22 -	Etnia dos atendidos pelo programa – 2007.....	101
Tabela 23 -	Residência dos atendidos pelo programa - 2007	101
Tabela 24 -	Habilidade aquática dos atendidos pelo programa – 2007.....	102
Tabela 25 -	Lazer aquático dos atendidos pelo programa – 2007.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 FONTES PRINCIPAIS DE CONSULTA.....	17
1.1 Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP)	17
1.2 Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).....	18
1.3 Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)	20
1.4 Forma de Emprego dos Dados.....	22
1.4.1 Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP).....	23
1.4.2 Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).....	24
1.4.3 Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)	24
2 SERVIÇO DE PREVENÇÃO DE AFOGAMENTOS NO CORPO DE BOMBEIROS.....	25
2.1 Legislação.....	25
2.2 Prevenção Aquática nos Grupamentos de Bombeiros	27
2.3 Prevenção na Orla Marítima	28
2.4 Controle de Dados sobre Afogamentos no Corpo de Bombeiros	30
2.5 Conclusão sobre o Capítulo.....	30
3 EVOLUÇÃO DOS AFOGAMENTOS NO ESTADO	32
3.1 Evolução Anual.....	32
3.2 Evolução Mensal	36
4 SITUAÇÃO DE AFOGAMENTOS NOS GRUPAMENTOS DE BOMBEIROS.....	41
4.1 Afogamentos conforme a Residência das Vítimas	41
4.2 Afogamentos conforme o Local da Ocorrência.....	42
4.3 Comparativo entre Salvamentos e Afogamentos.....	44
5 ESTUDO SOBRE AFOGAMENTOS EM ÁGUAS INTERNAS	48
5.1 Perfil da Ocorrência	48

5.1.1	Relação entre área geográfica e afogamentos	48
5.1.2	Relação entre população e afogamentos	49
5.1.3	Relação entre o IPRS e afogamentos	51
5.1.4	Características físicas dos locais de risco	55
5.1.5	Relação entre a residência das vítimas e o local de risco	61
5.2	Perfil da Vítima	63
5.2.1	Estado civil	64
5.2.2	Etnia	65
5.2.3	Sexo	65
5.2.4	Faixa etária.....	66
5.2.5	Grau de escolaridade	70
5.3	Estudo de Caso	74
5.3.1	Afogamentos múltiplos	77
5.3.2	Incidência de afogamentos em balneários públicos	78
5.3.3	Distância entre a residência da vítima e o local da ocorrência	80
5.3.4	Grau de urbanização do local da ocorrência	81
5.3.5	Incidência diária de afogamentos	81
5.3.6	Incidência semanal de afogamentos	82
5.4	Conclusão sobre o Capítulo.....	83
6	COMPARATIVO ENTRE OS PERFIS DOS AFOGADOS NA ORLA MARÍTIMA E EM ÁGUAS INTERNAS.....	84
7	PERFIL DA AUDIÊNCIA.....	85
7.1	Revista Veja.....	86
7.2	MTV Brasil	87
7.3	Rede Bandeirantes de Televisão.....	89
7.4	Diário “Lance!”	91
7.5	Metronews	92
7.6	Internet.....	93
8	PROGRAMAS SOCIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS	96
8.1	Programas Sociais Existentes	96
8.1.1	“SOS – Bombeiros no Resgate da Cidadania”	96

8.1.2	Programa “Recicle Milhões de Vidas”	97
8.1.3	Campanha “Bombeiro Sangue Bom”	98
8.1.4	Programa “Amigo Bombeiro”	98
8.1.5	Programa “Bombeiro nas Escolas (PBE)”	99
8.2	Perfil do Público Atendido pelos Programas.....	99
9	PROPOSTA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO PASSIVA	103
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO SOBRE PREVENÇÃO AQUÁTICA.....	113
	APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS DO CB.....	115
	APÊNDICE C – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI 616/74	118
	APÊNDICE D – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI 684/75	119
	APÊNDICE E – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 22.171, DE 08 DE MAIO DE 1984	120
	APÊNDICE F – PROPOSTA DE DECRETO REGULAMENTANDO A PROTEÇÃO CONTRA AFOGAMENTOS.....	121
	APÊNDICE G – PROPOSTA DE PLANO DIDÁTICO PADRÃO SOBRE PREVENÇÃO DE AFOGAMENTOS.....	143
	ANEXO A – ESTATÍSTICA DE AFOGAMENTOS FORNECIDA PELO IML/SP.....	150
	ANEXO B – ESTATÍSTICA DE AFOGAMENTOS FORNECIDA PELO SEADE	154

ANEXO C – NOTA DE SERVIÇO SOBRE PREVENÇÃO AQUÁTICA 1999/2000.....	176
ANEXO D – AFOGAMENTOS MENS AIS - IML/SP.....	179
ANEXO E – PERFIL DO PESCADOR FORNECIDO PELO IBAMA ...	181
ANEXO F – PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM A PARTICIPAÇÃO REGULAR DA PMESP	185
ANEXO G – PARTICIPAÇÃO DA PMESP NO SICOM.....	186
ANEXO H – HISTÓRICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO CB FORNECIDOS PELO GABINETE DE COMANDO DO CCB	187
ANEXO I – LEI MUNICIPAL QUE INSTITUIU O PROGRAMA “BOMBEIROS NAS ESCOLAS”	195

INTRODUÇÃO

Afogamento é um trauma definido como aspiração de líquido não corporal por submersão ou imersão (SOBRASA, 2007). Anualmente, milhões de pessoas falecem em decorrência de afogamento, sendo relacionado, na maioria das vezes, ao lazer familiar (SOBRASA, 2007). A perda de um ente querido de forma inesperada causa um forte impacto emocional, sendo pior quando é jovem e com uma grande expectativa de vida.

A Polícia Militar, por meio do Corpo de Bombeiros, tem como lema a “Proteção da Vida, do Patrimônio e do Meio Ambiente”, sendo a prevenção de afogamentos missão prevista de modo mais explícito no inciso V, artigo 2º da Lei nº 616 de 17 de dezembro de 1974, Lei Orgânica da PMESP (SÃO PAULO, 1974), artigo 1º da Lei nº 684 de 30 de setembro de 1975, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com municípios sobre serviços de bombeiros (SÃO PAULO, 1975), e no MTB-09, Manual Técnico de Bombeiros sobre Salvamento Aquático (PMESP, 2004); mas é exercida com maior ênfase na orla marítima, não havendo uma atuação mais efetiva e um controle mais rígido do número de afogados em outras localidades.

O trabalho se concentrará nos afogamentos em águas internas, utilizando-se dos dados da orla marítima e dos municípios do litoral somente para fins de comparação, abrangendo um período de, pelo menos, cinco anos, entre 2000 e 2006, conforme a atualização e disponibilidade das fontes de pesquisa.

Os **objetivos** desta obra são colher e analisar dados sobre afogamentos disponibilizados pelo Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, descritos no trabalho como IML/SP, Seade e Datasus, respectivamente, além de outros órgãos pertinentes, que permitam detectar informações estatísticas relevantes para a adoção de medidas de prevenção passiva que visem à diminuição de afogados em águas internas. Para fins de compreensão desta obra conceitua-se afogamento em águas internas como aqueles ocorridos em água doce, não abrangendo os municípios litorâneos, orla marítima e mar aberto;

prevenção passiva, segundo Duarte (1993, p. 106), como aquela em que não há a presença física do bombeiro no local de risco.

Um dos **problemas** estudados neste trabalho é a diversidade dos locais onde ocorrem os afogamentos em águas internas, que podem ser em residências, vias públicas, zonas urbanas, rurais, piscinas, rios, açudes, lagoas, represas, dificultando as ações preventivas da Corporação.

A prevenção sempre é o melhor remédio, mas, para a execução de medidas eficazes, é conveniente conhecer de maneira mais profunda o perfil das vítimas e este tipo de ocorrência para que as informações que desejamos passar cheguem ao público desejado.

Por meio da análise, comparação e elaboração dos dados estatísticos, resultantes da pesquisa em instituições pertinentes ao assunto, obtêm-se informações relevantes sobre afogamentos em águas internas para definir prioridades e regulamentar ações, programas e campanhas preventivas.

A **justificativa** para esta pesquisa é a prevenção como área prioritária para o Corpo de Bombeiros da PMESP. A estratégia para o desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos é a mudança da cultura, por intermédio do estudo, da educação e da pesquisa, ou seja, levar conhecimento de autodefesa à população, atendendo anseios da comunidade, que é ter segurança em níveis cada vez melhores.

A Corporação deve oferecer à comunidade orientações básicas de educação preventiva, auxiliando a população a adquirir hábitos de autodefesa, prevenindo atos ou atitudes inseguras, agir e colaborar na promoção de uma qualidade de vida melhor.

Justifica-se, também, pela carência de dados específicos ao tema, bem como regulamentar medidas preventivas e educativas visando uma maior participação e controle da Corporação na redução de vítimas deste tipo de fatalidade. Cabe citar que o sucesso de uma prevenção implicará, dentre outros, a racionalização e, principalmente, padronização de ações e meios.

A **hipótese** levantada é que se deve conhecer melhor a população e os locais de risco para que a regulamentação das ações e das medidas preventivas e educativas atinja seus objetivos de maneira eficaz.

A pesquisa, coleta, análise e comparação de dados do presente trabalho poderão fornecer indicativos da eficácia e desempenho das medidas educativas e preventivas utilizadas ou vigentes, bem como fortalecer e direcionar as que poderão ser adotadas.

A **metodologia** empregada baseia-se em pesquisas bibliográficas junto aos órgãos constantes do título do presente trabalho e, secundariamente, a outros relacionados ao tema, além da pesquisa de campo em alguns núcleos e equipes do Instituto Médico Legal (IML/SP), por meio da análise dos laudos de necropsia.

Os dados bibliográficos foram coletados pela Internet, quando disponibilizados, ou mediante solicitação pessoal ou eletrônica junto às diversas fontes.

Este trabalho foi estruturado em nove capítulos. O primeiro comenta resumidamente sobre as principais instituições utilizadas como consulta e a forma de emprego dos dados colhidos. O segundo apresenta, sinteticamente, o serviço de prevenção de afogamentos no Corpo de Bombeiros da PMESP. O terceiro e o quarto abordam, por intermédio de gráficos, a evolução dos afogamentos no Estado e nos Grupamentos de Bombeiros. O quinto trata sobre o estudo de afogamentos em águas internas, definindo o perfil das vítimas e dos locais de risco. O sexto realiza uma comparação entre o perfil do afogado da orla marítima e o de águas internas. O sétimo trata sobre a utilidade do perfil da audiência na prevenção de afogados. O oitavo descreve os programas sociais aplicados pelo Corpo de Bombeiros e o perfil da comunidade atendida. O nono apresenta proposta de medidas de prevenção passiva visando à regulamentação e a redução de afogamentos em águas internas.

FONTES PRINCIPAIS DE CONSULTA

1.1 Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP)

O IML/SP foi fundado em 1885, como Serviço Médico Policial da Capital, composto por dois médicos e regulamento estabelecido em 7 de abril de 1886 pela Lei nº 18, sendo o órgão técnico mais antigo da Polícia Civil (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007).

O IML/SP, assim como o Instituto de Criminalística, é estruturado por núcleos de perícia na grande São Paulo e no interior do Estado. Além disso, o instituto também conta com núcleos que realizam perícias especializadas (clínica médica, tanatologia forense, radiologia, odontologia legal) e aqueles responsáveis por exames, análises e pesquisas (anatomia patológica, toxicologia forense e antropologia). Todos estão sediados na capital, junto à sede do instituto.

Cabe ao Instituto Médico Legal:

- a) desenvolver pesquisas no campo da medicina-legal, visando ao aperfeiçoamento de técnicas e criação de novos métodos de trabalho embasados no desenvolvimento tecnológico e científico;
- b) promover o estudo e a divulgação de trabalhos técnico-científicos relativos às áreas de medicina-legal;
- c) realizar exames de: lesão corporal, sexologia, sanidade física, verificação de idade e constatação de embriaguez;
- d) realizar exames radiológicos para elucidação de diagnósticos dos legistas;
- e) proceder a exames e pesquisas em produtos tóxicos, em líquidos orgânicos, vísceras, alimentos e outras substâncias;
- f) proceder a exames necroscópicos, a exumações, a exames da área de antropologia e similares;
- g) efetuar perícias em material biológico de vítimas;
- h) elaborar trabalhos fotográficos de pessoas, peças e instrumentos relacionados com as perícias;
- i) realizar perícias e pesquisas no campo da odontologia legal;
- j) realizar avaliações psicológicas das vítimas para conclusão de perícias;
- k) prestar assistência social aos familiares e vítimas;

- l) emitir laudos técnicos periciais pertinentes à sua área de atuação, observada a legislação em vigor (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007).

O Centro de Perícias do IML/SP é subordinado diretamente à diretoria do instituto. Ele engloba os núcleos de clínica médica, tanatologia forense, radiologia, odontologia legal, além dos Núcleos e Equipes de Perícias Médico-Legais da capital e grande são paulo (17 equipes) e interior (40 equipes), tendo como atribuições:

- a) supervisionar o desenvolvimento de pesquisas no campo da medicina-legal, visando ao aperfeiçoamento de técnicas e à criação de novos métodos de trabalho;
- b) supervisionar e estabelecer normas de ações e procedimentos a serem adotados pelas unidades subordinadas;
- c) prestar orientações técnicas e administrativas;
- d) promover o estudo, a divulgação e cursos de atualização para aprimoramento técnico dos exames;
- e) promover a avaliação técnica dos ambientes de trabalho (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007).

Os Núcleos de Perícias Médico-Legais (NPML), subordinados ao Centro de Perícias, têm como atribuições básicas a orientação técnica e a fiscalização da realização dos exames à cargo das Equipes de Perícias Médico-Legais subordinadas (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007).

Finalmente, as Equipes de Perícias Médico-Legais (EPML) têm como atribuições:

- a) executar exumações e exames necroscópicos;
- b) realizar exames de embriaguez, de corpo de delito e sexológicos;
- c) realizar os trabalhos requisitados pelo órgão junto ao qual atua;
- d) prestar orientação técnica na área da medicina legal (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007).

1.2 Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus)

O Departamento de Informática do SUS é um órgão pertencente à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, responsável pela coleta, processamento e disseminação das informações sobre saúde.

É um órgão de informática no âmbito nacional, possuindo um papel importante como centro tecnológico de suporte técnico e normativo para a montagem dos sistemas de informática e informação da saúde. Suas extensões estaduais constituem a linha de frente no suporte técnico às secretarias estaduais e municipais de saúde.

A missão básica do Datasus é prover os órgãos do sistema único de saúde de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle do sistema único de saúde, por meio da manutenção de bases de dados nacionais, apoio e consultoria na implantação de sistemas e coordenação das atividades de informática inerentes ao funcionamento integrado dos mesmos (DATASUS, 2007).

Suas principais linhas de atuação são:

- a) **manutenção das bases nacionais do Sistema de Informações de Saúde;**
- b) **disseminação de informações em saúde para a gestão e o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como para apoio à pesquisa em saúde;**
- c) desenvolvimento de sistemas de informação de saúde necessários ao SUS;
- d) desenvolvimento, seleção e disseminação de tecnologias de informática para a saúde, adequadas ao país;
- e) consultoria para a elaboração de sistemas de planejamento, controle e operação do SUS;
- f) suporte técnico para informatização dos sistemas de interesse do SUS, em todos os níveis;
- g) normatização de procedimentos, softwares e de ambientes de informática para o SUS;
- h) apoio à capacitação das secretarias estaduais e municipais de saúde para a absorção dos sistemas de informações no seu nível de competência;
- i) incentivo e apoio na formação da RNIS (Rede Nacional de Informações em Saúde) na internet e outros serviços complementares de interesse do sistema (DATASUS, 2007, grifos do autor).

É integrado pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), uma das bases de dados do presente trabalho, que oferece informações relevantes para a definição de prioridades nos programas de prevenção e controle de doenças, a partir das declarações de óbito coletadas pelas secretarias estaduais de saúde.

A operacionalização do sistema é composta pelo preenchimento e coleta da declaração de óbito, sendo este o documento de entrada do sistema nos estados

e municípios. Os dados coletados são de grande importância para a vigilância sanitária e análise epidemiológica, além de estatísticas de saúde e demografia.

No módulo causas externas, o Datasus disponibiliza na internet, as seguintes informações para tabulação:

- a) óbitos por residência;
- b) número de óbitos ocorridos, segundo o local de residência do falecido;
- c) óbitos por ocorrência;
- d) número de óbitos ocorridos, segundo o local de ocorrência do óbito;
- e) ano do óbito;
- f) ano de ocorrência do óbito, a partir de 1979;
- g) sexo;
- h) faixa etária;
- i) local (município, região metropolitana, microrregião, aglomerado urbano, regional de saúde, macro-regional de saúde, UF ou região) de residência do falecido (se estiver sendo tabulado óbitos por residência) ou de ocorrência do óbito (se estiver sendo tabulado óbitos por ocorrência);
- j) raça/cor, a partir de 1996;
- k) escolaridade ou grau de instrução;
- l) estado civil;
- m) local de ocorrência do óbito;
- n) acidente de trabalho (DATASUS, 2007).

As secretarias de saúde coletam as declarações de óbitos nos cartórios e as informações nelas contidas entram no sistema. Uma das informações primordiais é a causa básica do óbito, que é codificada segundo as regras estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De uma maneira geral, as secretarias estaduais de saúde enviam a sua base de dados para o Ministério da Saúde, considerando-se completa somente quando todas as Unidades da Federação enviarem seus dados, quando, então, é consolidado e emitido um anuário estatístico de mortalidade (DATASUS, 2007).

1.3 Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)

A origem da Fundação Seade remonta ao final do século XIX, quando da criação, em março de 1892, da “Repartição de Estatística e Archivo de São Paulo”.

Subordinada à Secretaria do Interior, incorporou aquela repartição um importante patrimônio de informações estatísticas, publicadas com maior regularidade a partir de 1888, e passou, desde então, a ser responsável pelos originais de toda documentação administrativa e de interesse público para o Estado de São Paulo, bem como por todos os serviços de estatística e cartografia oficiais ou entregues por particulares (SEADE, 2007).

Em 1978, a Lei nº 1.866, de 4 de dezembro, criou a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), que, em janeiro do ano seguinte, teve seus estatutos aprovados pelo Decreto nº 13.161, estabelecendo as finalidades da instituição, conforme transcrito abaixo, ganhando, assim, existência jurídica e regras definidas de funcionamento (SEADE, 2007):

São finalidades básicas da Fundação:

I - **coletar, organizar, analisar e divulgar informações técnicas e dados estatísticos;**

II - identificar a situação do desenvolvimento econômico e social do Estado, através de levantamento e análise de dados;

III - proceder às análises conjunturais e estruturais, através da realização de estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de indicadores, que subsidiem a ação governamental;

IV - definir metodologias e formas de execução no âmbito da administração centralizada e descentralizada do Estado, das atividades de identificação, obtenção, seleção e processamento de informações técnicas e dados estatísticos, para uso e divulgação pelos diversos órgãos da Administração do Estado, de acordo com os objetivos do Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos – Seade;

V - acompanhar programas e projetos governamentais e informar sobre o seu andamento;

VI - **divulgar, para a sociedade como um todo, informações técnicas e dados estatísticos;**

VII - capacitar recursos humanos da Administração do Estado para operação e uso de informações técnicas e dados estatísticos;

VIII - realizar estudos e projetos de sua especialidade, mediante remuneração, excetos os elaborados para órgãos da Administração do Estado, quando de interesse mútuo; e

IX - desenvolver outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

§ 1º - A Fundação atuará diretamente ou por intermédio de instituições públicas ou privadas mediante convênios, contratos ou concessão de auxílios.

§ 2º – Poderá a Fundação prestar serviços pertinentes a seus fins, aos Governos federal, estaduais e municipais, bem como a organizações privadas (SEADE, 2007, grifos do autor).

Vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, a Fundação Seade é hoje um centro de referência nacional na

produção e disseminação de pesquisas, análises e estatísticas socioeconômicas, sendo responsável pela criação de uma série de procedimentos e metodologias nesses campos.

Sua diversificada linha de atuação mantém sempre a diretriz expressa em seus estatutos: oferecer à comunidade e aos agentes públicos um quadro de informações atualizado e indispensável à compreensão social, econômica, demográfica e ambiental do Estado de São Paulo.

A Fundação Seade mantém e alimenta numerosos bancos de dados temáticos referentes às regiões e aos municípios paulistas, um rico acervo que sistematicamente registra a realidade demográfica e socioeconômica do Estado. Parte dessas informações origina-se de levantamentos nas prefeituras e cartórios de registro civil e de pesquisas primárias domiciliares e em estabelecimentos. Outras provêm de registros administrativos de órgãos públicos e privados, abrangendo temas como saúde, segurança pública, educação, transportes, finanças públicas estaduais e municipais, energia e telecomunicações (SEADE, 2007).

1.4 Forma de Emprego dos Dados

Os critérios adotados para a utilização das fontes de pesquisa apresentam algumas peculiaridades, conforme descrito abaixo:

- a) há uma diversidade de dados sobre afogamentos, mas, na maioria das vezes, cada fonte de pesquisa possui uma variável própria de informações que possibilitou uma integração suficiente para fornecer conclusões relevantes para o trabalho;
- b) os dados comuns às fontes de pesquisa referem-se ao número total de afogamentos do Estado de SP, no período de 2000 a 2004. O IML/SP divulga suas informações segundo a ocorrência. Já o Seade e o Datasus divulgam esses dados por residência do falecido. A diferença entre essas duas fontes reside no fato do

Datasus incorporar as mortes de paulistas ocorridas fora do Estado de São Paulo;

- c) visando atingir os objetivos do trabalho, os dados utilizados referem-se a afogamentos por residência na descrição do perfil das vítimas e afogamentos por local de ocorrência na descrição do perfil dos locais de risco;
- d) os dados referentes aos municípios do litoral paulista foram utilizados apenas para comparação com o de águas internas, por mesclarem as ocorrências de orla marítima com as de águas internas;
- e) os afogamentos envolvendo embarcações não serão destacados no trabalho em razão do percentual que representam em relação ao de águas internas, produzindo poucos dados para se realizar uma análise mais consistente. Para exemplificar, houve 6061 afogados no Estado de 2000 a 2004 e somente 16 decorrentes de acidentes com embarcações, correspondendo a apenas 0,3% (DATASUS, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004);
- f) os dados serão analisados pelo método hipotético dedutivo e sob o enfoque qualitativo.

1.4.1 Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP)

Basicamente, o instituto forneceu dados de óbitos por afogamento distribuídos pelos respectivos núcleos e equipes subordinadas, no período de 2000 a 2006, conforme o Anexo A e, ainda, autorizou a pesquisa de campo, propiciando a coleta de informações junto aos laudos de necropsia, não disponíveis em outras fontes. Possibilitou, ainda, a realização de um estudo de caso para análise de fatores importantes como: delimitar o perímetro entre o município de residência do afogado e o local da fatalidade, a frequência de afogamentos múltiplos, grau de urbanização do local de risco, variação semanal e diária dos afogamentos e

porcentual de incidência em balneários públicos. Cabe ressaltar que o acesso aos laudos de necropsia é descentralizado, sendo arquivados em cada núcleo e equipe do Estado, obrigando a realização de uma pesquisa por amostra qualitativa.

1.4.2 Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus)

É a fonte com maior diversidade de dados em relação aos afogados, desde que haja a compreensão e a aplicação correta das ferramentas oferecidas para a tabulação das informações.

Os dados dessa fonte, utilizados ao longo do trabalho, foram colhidos no próprio site e, basicamente, referem-se ao grau de escolaridade, sexo, faixa etária, etnia e estado civil, além de propiciar informações sobre o porcentual de incidência em águas naturais e relação entre o número de afogados e a frequência de afogamentos na mesma localidade.

Cabe ressaltar que algumas variáveis apresentaram elevado índice de dados ignorados ou que não puderam ser cadastrados, havendo uma integração com informações de outras fontes para possibilitar uma conclusão mais consistente.

1.4.3 Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)

É a fonte que propiciou um diagnóstico da incidência de afogamentos na área dos Grupamentos de Bombeiros da Corporação, pois forneceu, conforme o Anexo B, uma tabela de afogados de 2000 a 2005, dividida por municípios do Estado. Possibilitou, ainda, uma análise geral sobre as condições sociais, econômicas e educativas dos locais de risco, por meio do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), além da relação existente entre o número de afogados e a área e a população dos municípios paulistas.

SERVIÇO DE PREVENÇÃO DE AFOGAMENTOS NO CORPO DE BOMBEIROS

A prevenção de afogamentos no Corpo de Bombeiros é realizada de forma mais explícita na orla marítima, por meio da eficiente atuação do 17º Grupamento de Bombeiros, responsável perante a Corporação, pela proteção a banhistas e salvamento marítimo no litoral paulista.

Em relação às águas internas, a prevenção ativa de afogados é realizada de forma isolada por alguns Grupamentos de Bombeiros e, normalmente, aos finais de semana e feriados.

A prevenção passiva, normalmente, resume-se a palestras e, excepcionalmente, o assunto salvamento aquático é ministrado nos programas sociais desenvolvidos pela Corporação.

2.1 Legislação

A missão constitucional do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo é esculpida no artigo 144 da Carta Magna, conforme segue:

CAPÍTULO III - DA SEGURANÇA PÚBLICA

[...]

Artigo 144

[...]

Parágrafo Quinto - As Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, **além das atribuições definidas em lei**, incumbe a execução de atividades de defesa civil (BRASIL, 1988, p. 73, grifo do autor).

Na Constituição Estadual, a missão é prevista no artigo 142:

CAPÍTULO III - DA SEGURANÇA PÚBLICA

[...]

Artigo 142 - Ao Corpo de Bombeiros, **além das atribuições definidas em lei**, incumbe a execução de atividade de defesa civil, tendo seu quadro próprio e funcionamento definidos na legislação

prevista no parágrafo segundo da lei anterior (SÃO PAULO, 1989, p.22, grifo do autor).

Na Polícia Militar do Estado de São Paulo, a missão é prevista na Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974, denominada Lei Orgânica da PMESP:

TÍTULO I - CAPÍTULO ÚNICO - DESTINAÇÃO / MISSÕES / SUBORDINAÇÃO

[...]

Artigo Segundo

[...]

INCISO V - Compete à Polícia Militar realizar serviços de prevenção e de extinção de incêndios, simultaneamente com o de proteção e salvamento de vidas humanas e materiais no local do sinistro, bem como o de busca e **salvamento**, prestando socorros em casos de **afogamento**, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas (SÃO PAULO, 1974, grifos do autor).

A Lei nº 684 de 30 de setembro de 1975, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com municípios sobre serviços de bombeiros, dispõe que:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com os Municípios, inclusive o da Capital, convênios sobre serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e **salvamento** e de **prevenção de acidentes**, estabelecendo as correspondentes normas de fiscalização e as sanções a que estarão sujeitos os infratores (SÃO PAULO, 1975, grifos do autor).

A previsão legal mais explícita em termos de prevenção de afogamentos consta no modelo Anexo ao Decreto nº 22.171, de 08 de maio de 1984, que autoriza a celebração de convênios com municípios sobre serviços de Bombeiros, cláusulas 1ª e 2ª:

Cláusula Primeira - A Secretaria assume o compromisso de executar no Município os serviços de prevenção e extinção de incêndios, de busca e salvamento e de **prevenção de acidentes**, os quais ficarão a cargo de uma Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, de acordo com as leis vigentes.

Cláusula Segunda - Serão realizados pela Unidade Operacional do Corpo de Bombeiros, no Município, os seguintes serviços:

- a) prevenção de incêndios;
- b) extinção de incêndios;
- c) busca e salvamento;
- d) **proteção em incêndios e salvamentos**;
- e) aprovação de projetos de proteção contra incêndios;
- f) fiscalização das normas de prevenção;
- g) ações em calamidades públicas;
- h) socorros diversos;
- i) serviços policiais extraordinários, em situação de anormalidade, a juízo do Comando-Geral da Polícia Militar, e mediante emprego dos meios próprios de combate ao fogo e de busca e salvamento (SÃO PAULO, 1984, grifos do autor).

O tema Salvamento Aquático é previsto, no âmbito do Corpo de Bombeiros, nas Notas de Serviço sobre a Operação Verão, NOB-27 e no MTB-09 onde são expostos os procedimentos e equipamentos necessários tanto na prevenção ativa como na passiva, este objeto do presente trabalho, mencionando a necessidade das campanhas educativas e de esclarecimento (PMESP, 1984, 2004).

Em relação à prevenção passiva, destaca-se, ainda, a NOB-17 sobre educação pública que padroniza procedimentos em relação a palestras, visitas nos quartéis, exposições, informativos, simulados e programas de atividades educacionais (PMESP, 2004).

Cabe mencionar, para efeito histórico, a Nota de Serviço nº CB/DODC-005/3R/99, conforme Anexo C, que regulou o desencadeamento das atividades de prevenção aquática nos diversos municípios do Estado de São Paulo, por ocasião das estações de clima quente, no período de 01 de dezembro de 1999 a 31 de março de 2000, sendo fato isolado em termos de prevenção em águas internas na Corporação (PMESP, 1999).

2.2 Prevenção Aquática nos Grupamentos de Bombeiros

Conforme o modelo de questionário constante do Apêndice A, realizou-se uma pesquisa de campo nos Grupamentos de Bombeiros do Estado, de janeiro a junho de 2007, para verificar a aplicação de medidas de prevenção aquática no âmbito de cada Unidade, sendo obtidos os seguintes resultados:

- a) OPM que responderam a pesquisa: 2º GB, 4º GB, 10º GB, 11º GB, 13º GB, 15º GB, 16º GB, 17º GB e 18º GB, no total de nove Unidades, correspondendo a 50%;
- b) OPM que não responderam: 1º GB, 3º GB, 5º GB, 6º GB, 7º GB, 8º GB, 9º GB, 12º GB e 14º GB, no total de nove, correspondendo, também, a 50%.

Das Unidades que responderam à pesquisa, foram detectados os seguintes resultados:

OPM/CB	TIPO DE PREVENÇÃO	MODO DE ATUAÇÃO
2º GB	Não há	
4º GB	Ativa	Proteção a banhistas e salvamento na represa do Guarapiranga
18º GB	Não há	
10º GB	Não há	
11º GB	Não há	
13º GB	Passiva	Palestras, notas de imprensa eventuais e inclusão do tema nos programas sociais: Bombeiros nas Escolas, Férias nos Bombeiros e Brasinha
15º GB	Não há	
16º GB	passiva	Palestras e notas de imprensa eventuais
17º GB	Ativa e passiva	Proteção a banhistas, salvamento, palestras e notas de imprensa na orla marítima.

Figura 1 - Prevenção aquática executadas nos GB
Fonte: Questionário enviado aos GB do Estado

Conclui-se que apenas metade dos Grupamentos pesquisados possui algum tipo de prevenção de afogamentos e somente três deles, correspondente a 37%, realizam medidas de prevenção passiva. Cabe ressaltar que tais medidas referem-se a palestras e eventuais notas de imprensa e somente uma Unidade, o 13º GB, ministra o tema salvamento aquático nos programas sociais.

2.3 Prevenção na Orla Marítima

O Corpo de Bombeiros atua, por meio do 17º Grupamento de Bombeiros, nas atividades de proteção a banhistas, busca e salvamento marítimo nas praias, resgate de naufragos e de embarcações em situação de risco no mar e apoio ao combate a incêndios nos portos de Santos e de São Sebastião. Compreende todo o

litoral paulista, desde a divisa de São Paulo com o Estado do Rio de Janeiro, ao norte e até a divisa com o Estado do Paraná, ao sul. A extensão total é de aproximadamente 650 km, sendo 350 km de praias freqüentáveis em 15 municípios (17º GB, 2007).

O campo de atuação é a prevenção ativa por meio da presença de guarda-vidas, sinalizações e embarcações em locais de risco, sendo a prevenção passiva realizada por intermédio de campanhas educativas. O serviço possui, ainda, parcerias com a iniciativa privada, gerando reforço de efetivo, apoio de aeronaves da Corporação sem contar outros meios regulados pela Operação Verão e Operação Praia Segura.

O nível de eficiência da atuação na orla marítima é medido pelo número de mortes por afogamento. Para esta aferição são pesquisados os bancos de dados operacionais da Unidade e os IML/SP de cada município atendido, fazendo-se minucioso levantamento e cruzamento de dados. Considera-se morte por afogamento para essa aferição, aquela em que o cadáver tinha sinais evidentes, constatados por médicos e ocorridos enquanto banhava-se no mar (17º GB, 2007).

Todo esse aparato administrativo e operacional resulta em um excepcional êxito na redução de mortes por afogamento na orla marítima, que no período de 2000 a 2006, por exemplo, variou de 199 para 65 óbitos, ou seja, uma redução de 67%, demonstrando a importância desse serviço (IML/SP, 2007).

Cabe esclarecer que, em razão da atuação desse serviço estar focado e concentrado na orla marítima, todos os meios disponíveis e necessários são mais direcionados e planejados, inclusive a prevenção ativa com a presença dos guarda-vidas nos locais de risco, ao contrário da prevenção em águas internas que é desconcentrado, distribuído em locais diversos e efetuado de modos distintos.

2.4 Controle de Dados sobre Afogamentos no Corpo de Bombeiros

O Departamento de Operações, integrante do Estado-Maior do Comando do Corpo de Bombeiros, coleta dados, confecciona e divulga, anualmente, um relatório denominado Anuário Estatístico, em que são expostas todas as ocorrências atendidas no período. As variáveis de cada dado pertencente ao relatório de ocorrência são preenchidas pelas guarnições e revisadas e enviadas pelas Seções Operacionais das respectivas Unidades.

Entretanto, exceção feita ao 17º Grupamento de Bombeiros, que realiza um controle próprio de dados sobre afogamentos para subsidiar o cumprimento de suas missões, os demais grupamentos apenas preenchem os dados do relatório de ocorrência, regulado pelo Sistema de Dados Operacionais - SDO, quando efetivamente atendem a um chamado de afogamento em curso, pessoa em local de risco, cadáver em meio aquático, ou, ainda, na realização de palestras e atividades preventivas e educativas (CCB, 2006).

Tais dados não permitem obter informações consistentes o suficiente para planejar, padronizar e direcionar ações preventivas na redução a afogamentos em nível estadual. Apresentam poucas informações sobre a vítima e local de risco e os resultados não são comparados com o total de óbitos em cada localidade; somente as atendidas pelas guarnições, dificultando a aferição da eficiência e o planejamento estratégico de ações que possam reduzir este tipo de fatalidade em águas internas. O Relatório de trabalho com dados mais voltados ao salvamento aquático é o denominado SDO-10, entretanto, é específico para prevenção ativa na modalidade salvamento marítimo (CCB, 2006).

2.5 Conclusão sobre o Capítulo

Do exposto neste capítulo, conclui-se que a atuação da Corporação na prevenção de afogamentos é missão legalmente prevista e pode ser realizada com

êxito, desde que haja uma regulamentação do assunto em âmbito estadual, além de um planejamento subsidiado por um controle de dados eficiente que possa detectar os pontos críticos, tal qual ocorre na orla marítima, que exerce esse serviço com sucesso.

Conforme foi demonstrado, a atuação da Corporação na prevenção de afogamentos em águas internas é realizada de forma isolada, carecendo de um controle mais efetivo e racional de dados, havendo necessidade de medidas que estabeleçam uma doutrina específica sobre o assunto

Este trabalho detectará esses pontos críticos, conforme se verificará nos capítulos seguintes, para subsidiar informações que possam regulamentar, direcionar e unir esforços nas ações e medidas que permitam uma atuação mais efetiva da Corporação na prevenção de afogamentos em águas internas, buscando a mesma eficiência do brilhante serviço executado na orla marítima.

EVOLUÇÃO DOS AFOGAMENTOS NO ESTADO

O conhecimento da evolução dos afogamentos no Estado de São Paulo mostra-se necessário para demonstrarmos a problemática dessa ocorrência, bem como verificar os períodos críticos sob o aspecto estadual e regional, não sendo objetivo deste trabalho detectar causas sócio-econômicas das variações de índices, limitando-se apenas a apresentar os dados e suas variáveis.

Os dados serão apresentados por meio de gráficos visando facilitar o entendimento e uma melhor visualização sobre a evolução do número de afogados pelo aspecto temporal.

3.1 Evolução Anual

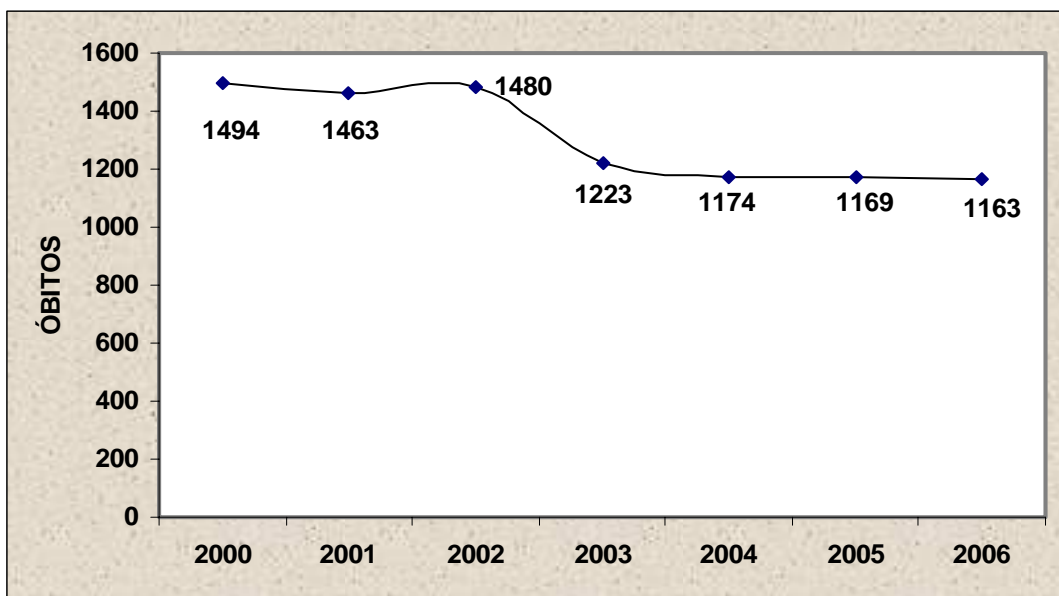


Gráfico 1 - Evolução dos afogamentos no Estado de SP – 2000 a 2006
Fonte: IML/SP

O gráfico 1 demonstra uma queda do índice de afogamentos no Estado de São Paulo, de 1494 óbitos registrados no ano de 2000 para 1163 no ano de 2006, representando um percentual de 22%.

No período de 2000 a 2002 há uma pequena oscilação nos índices, havendo uma queda mais acentuada de 2002 para 2003 e uma queda mais gradual de 2003 para 2006.

A diminuição brusca ocorrida de 2002 para 2003 foi isolada, pois, regra geral, o índice de afogamentos vem sofrendo ligeira queda, mas ainda de forma tímida, em nível estadual.

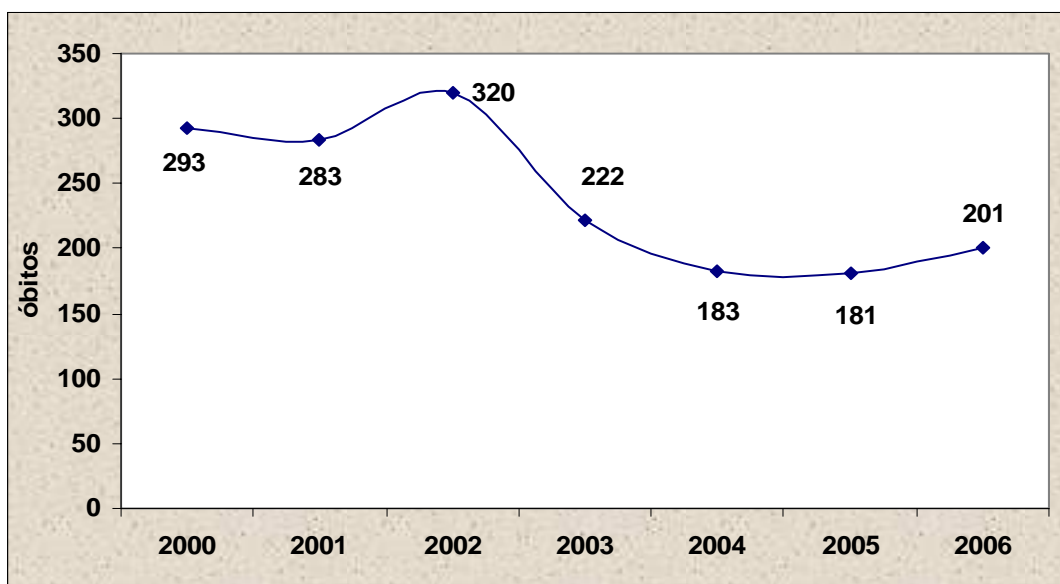


Gráfico 2 - Evolução dos afogamentos na grande SP - 2000 a 2006
Fonte: IML/SP

O gráfico 2 representa a evolução dos afogamentos nos 38 municípios que compõem a região metropolitana de São Paulo, excetuando-se a capital, denominada no trabalho como grande SP.

A grande SP apresenta uma queda mais acentuada do índice de afogamentos do que o Estado, variando de 293 no ano de 2000 para 201 no ano de 2006, representando um percentual de 31%.

Seguindo a variação estadual, há uma queda mais acentuada do ano de 2002 para 2003, apresentado uma pequena oscilação de índices de 2000 a 2002 e de 2003 para 2006.

Pelo exposto, verificam-se tendências semelhantes nos índices de afogamentos da grande SP e do Estado.

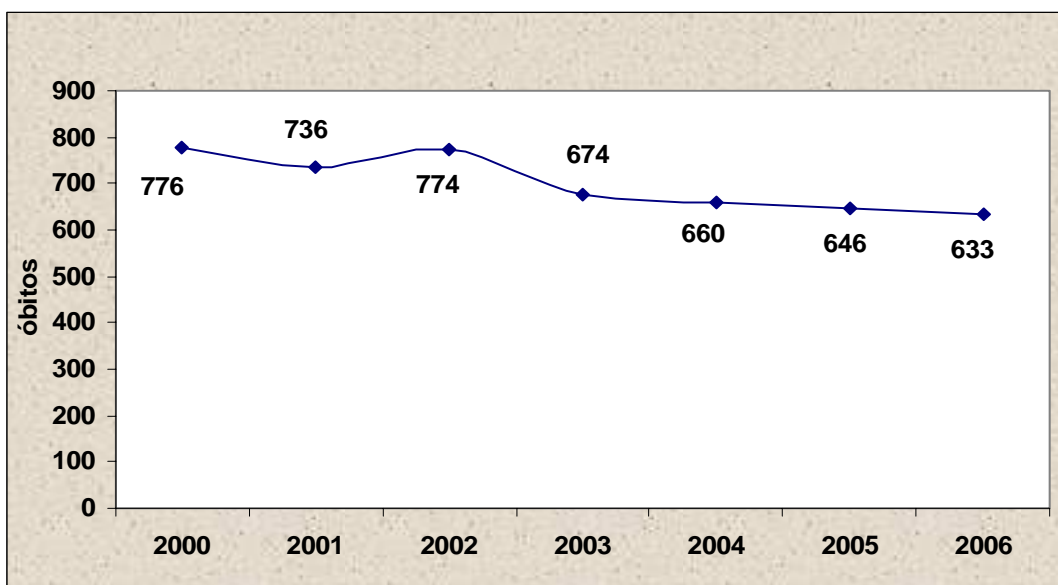


Gráfico 3 - Evolução dos afogamentos no interior – 2000 a 2006

Fonte: IML/SP

O gráfico 3 descreve a evolução dos afogamentos no interior do Estado no período de 2000 a 2006, não sendo incluídos os dados dos municípios da região metropolitana e dos municípios do litoral, este em razão de contemplar informações da orla marítima juntamente com o de águas internas, desviando o foco do trabalho.

Há uma ligeira oscilação de 2000 para 2002, uma queda mais acentuada de 2002 para 2003 e uma gradual diminuição de 2003 para 2006, totalizando uma redução percentual de 18% entre 2000 e 2006, índice esse menor que o Estado e grande SP.

Cabe mencionar que há um maior número de óbitos no interior, influenciando o resultado da evolução de afogamentos no Estado. Os prováveis motivos desses números serão verificados mais adiante, quando analisarmos as variáveis envolvendo afogados em águas internas.

A capital, conforme segue, apresenta algumas peculiaridades:

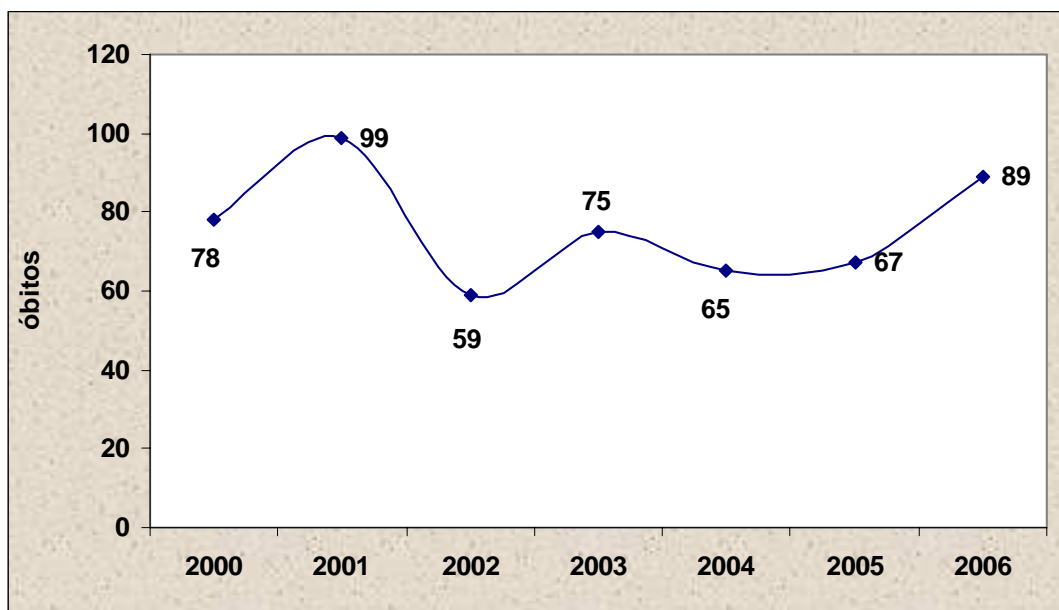


Gráfico 4 - Evolução dos afogamentos na capital – 2000 a 2006

Fonte: IML/SP

O gráfico 4 trata dos afogamentos ocorridos na capital no período de 2000 a 2006, demonstrando uma oscilação constante dos índices e, diferente do que ocorre no Estado, na grande SP e no interior, há um aumento do número de afogados de 2000 a 2006, representando um percentual de 14%.

Considerando que o número de óbitos é bem inferior que as demais localidades, não há uma influência mais perceptível no índice estadual, mas evidencia esta região como uma das prioridades na prevenção de afogamentos.

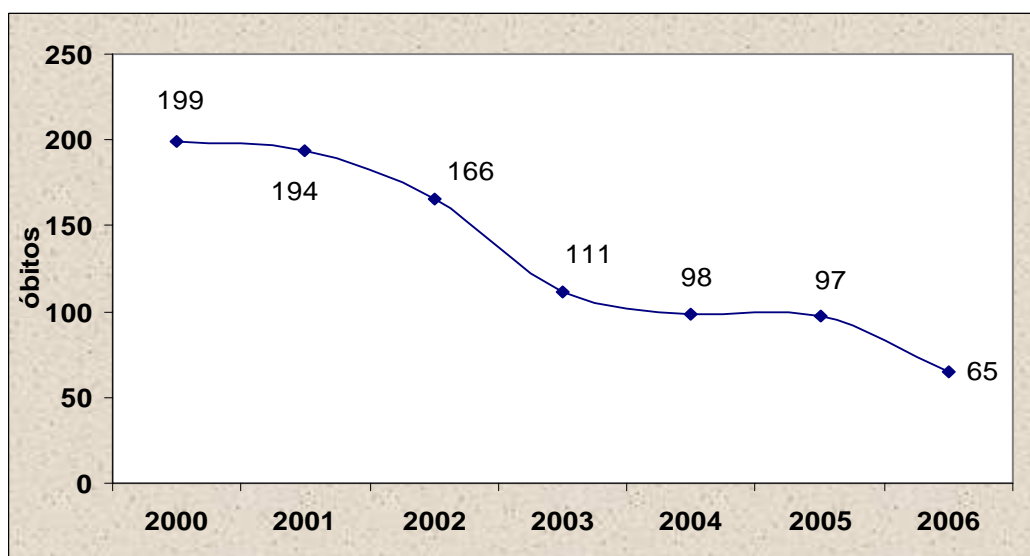


Gráfico 5 - Evolução dos afogamentos na orla marítima de 2000 a 2006

Fonte: 17º GB

O gráfico 5 demonstra a evolução dos afogamentos na orla marítima, região de atuação da Corporação, por intermédio do 17º Grupamento de Bombeiros, onde se verifica uma redução acentuada de óbitos representando um percentual de 67% entre 2000 e 2006.

Da mesma forma que os índices do Estado, grande SP e interior, há uma queda mais acentuada no período de 2002 para 2003, mas, diferente dos demais, a tendência na diminuição de afogados é mais evidente, o que demonstra o êxito das ações quando a Corporação atua com mais efetividade, reforçando a necessidade de participação e regulamentação de medidas para prevenção em águas internas.

3.2 Evolução Mensal

Os dados apresentados neste tópico referem-se ao período de 2003 a 2006, tendo em vista que o Instituto Médico-Legal forneceu essa variável somente nos intervalos mencionados, conforme o contido no Anexo D.

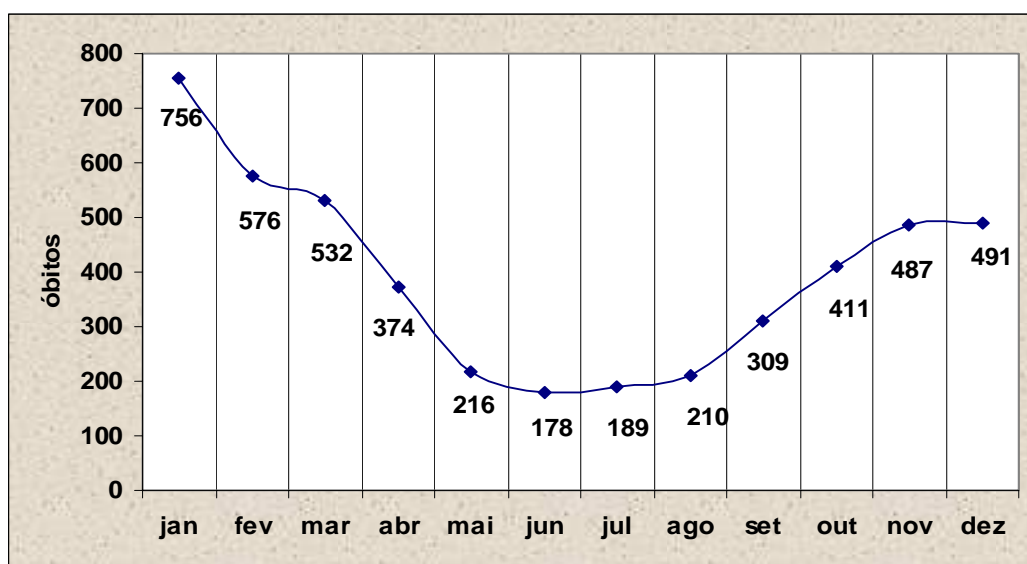


Gráfico 6 - Afogamentos mensais no Estado – 2003 a 2006

Fonte: IML/SP

O gráfico 6 descreve o número de afogados em cada mês, no período de 2003 a 2006, no Estado de São Paulo.

O índice de afogados atinge seu ápice no mês de janeiro, diminuindo bruscamente nos meses seguintes até o mês de junho, se elevando gradualmente até a chegada do mês de dezembro.

Cabe enfatizar que a menor concentração de afogados ocorre na estação do inverno, elevando-se até atingir o ápice na estação do verão.

Além da influência da estação do ano, o mês de janeiro é o mais crítico em razão de coincidir com o período de férias, potencializando seus efeitos no aumento do número de afogados.

Nota-se, também, que as maiores oscilações ocorrem de dezembro para janeiro, no sentido crescente, e janeiro para fevereiro, no sentido decrescente, evidenciando o mês de janeiro como uma das prioridades em nível estadual e a relação deste tipo de ocorrência com o lazer.

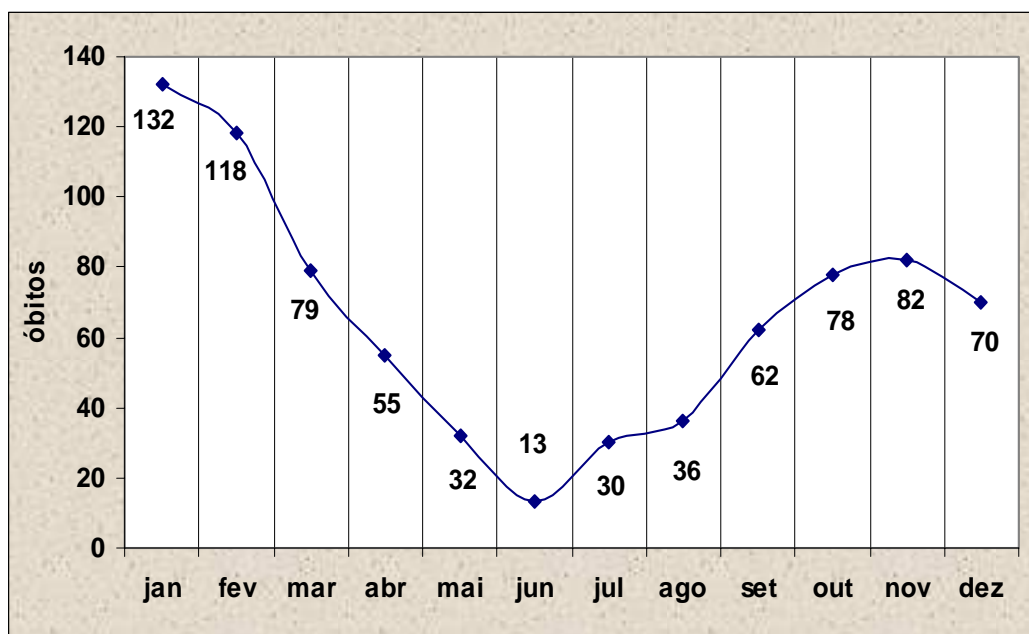


Gráfico 7 - Afogamentos mensais na grande SP – 2003 a 2006
Fonte: IML/SP

O gráfico 7 descreve a evolução de afogados ocorridos nos 38 municípios da grande SP, por mês, no período de 2003 a 2006.

O comportamento apresentado é similar ao do Estado, excetuando-se o intervalo de fevereiro até junho em que há uma queda mais brusca no número de

afogados, além da transição do mês de novembro para dezembro, que apresenta uma redução, diferente da tendência estadual.

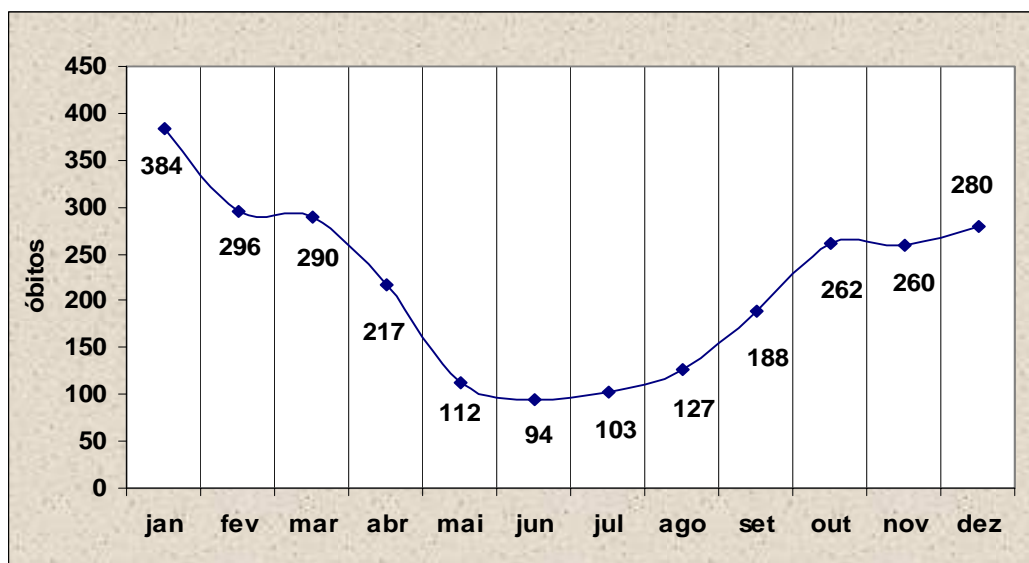


Gráfico 8 - Afogamentos mensais no interior – 2003 a 2006
Fonte: IML/SP

O gráfico 8 descreve a evolução mensal do número de afogados no interior do Estado, excluindo-se os municípios do litoral, no período de 2003 a 2006, indicando a mesma tendência estadual, ressaltando-se apenas uma maior estabilidade na transição do mês de fevereiro para março.

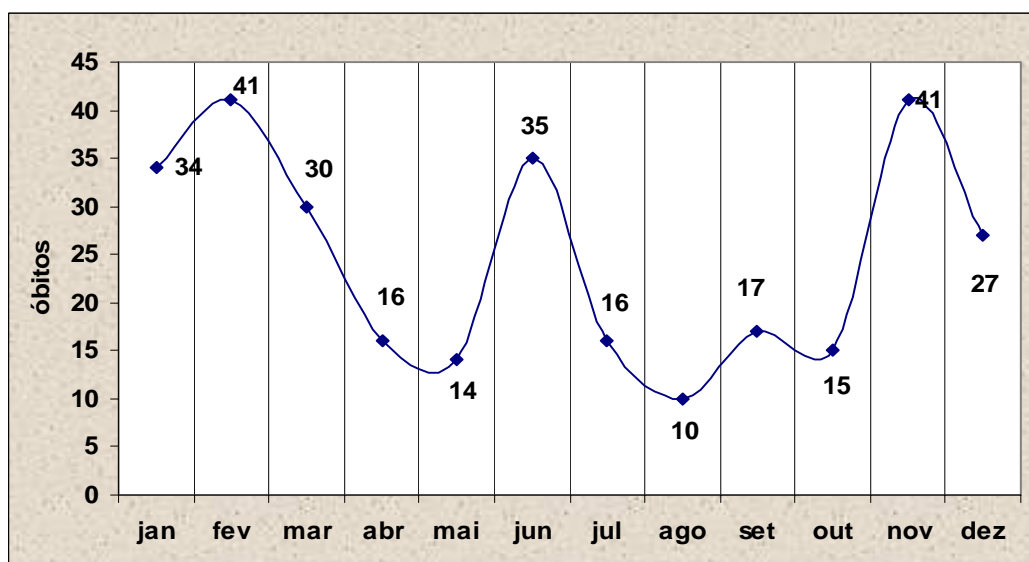


Gráfico 9 - Afogamentos mensais na capital – 2003 a 2006
Fonte: IML/SP

A capital, conforme demonstra o gráfico 9, apresenta comportamento similar a sua própria evolução anual, com grandes oscilações e sem um padrão

definido; com maiores índices de afogados nos meses de fevereiro, junho e novembro e menores nos meses de março, agosto e outubro, diferindo das outras localidades. É interessante ressaltar que, no aspecto temporal, a capital não permite detectar informações que possibilitem uma conclusão a respeito de períodos mais críticos que possibilite a implantação de ações e medidas preventivas com maior ênfase. A regulamentação de medidas visando à redução do número de afogados, bem como as ações de prevenção passiva devem ser realizadas de forma constante e uma conclusão mais consistente dos resultados será obtida a médio ou longo prazo, em razão de não haver um padrão definido de comportamento.

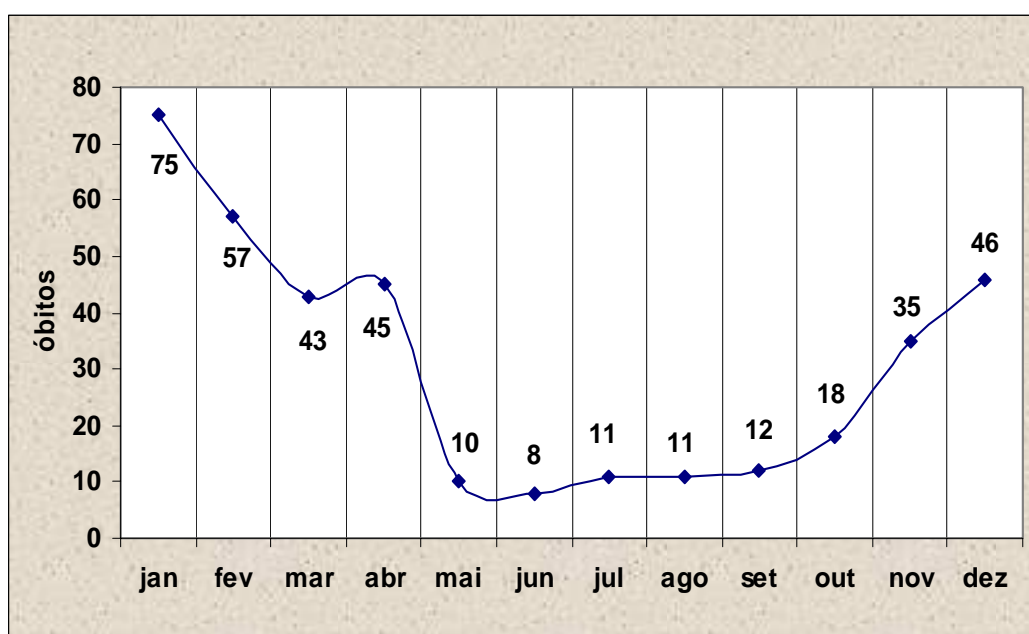


Gráfico 10 - Afogamentos mensais na orla marítima – 2003 a 2006

Fonte: 17º GB

Repetindo o comportamento do Estado, interior e grande SP, o índice de afogados na orla marítima atinge seu ápice no mês de janeiro, período de férias escolares, diminuindo constantemente nos meses seguintes até o mês de junho; posteriormente, se eleva gradualmente até a chegada do mês de dezembro. A exceção é a transição entre os meses de março e abril onde há uma estabilização do índice.

A estação do verão e o mês de janeiro apresentam-se como os mais críticos, pois o aumento e a redução do número de afogados variam conforme a aproximação e o distanciamento desse período, sendo o divisor de tendências.

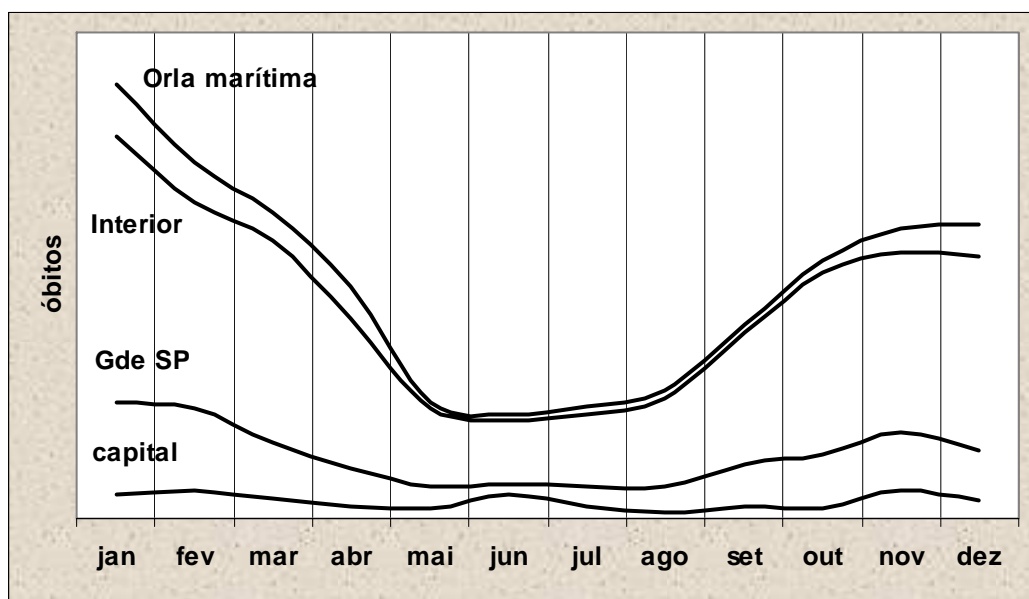


Gráfico 11 - Afogamentos mensais por região – 2003 a 2006
Fonte: IML/SP e 17º GB

O gráfico 11 apresenta uma comparação entre as regiões, demonstrando que o interior do Estado apresenta perfil quase idêntico ao da orla marítima e tendências similares ao da grande SP. A capital, como foi visto, apresenta um comportamento diferente dos demais.

Do exposto, constata-se que ações da modalidade prevenção passiva podem ser aplicadas da mesma maneira, sob o aspecto temporal, na área do Estado, exceção feita à capital, que necessita de análise e medidas diferenciadas.

SITUAÇÃO DE AFOGAMENTOS NOS GRUPAMENTOS DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros da PMESP cumpre suas missões operacionais por meio dos Grupamentos de Bombeiros (GB), distribuídos pelo Estado, sendo quatro Unidades na capital, três na grande SP, dez no interior e um específico na orla marítima.

Este capítulo pretende, por intermédio de gráficos, descrever um diagnóstico da situação das ocorrências de afogamentos, por área de atuação de cada Grupamento de Bombeiro, utilizando os dados oriundos da Fundação Seade, do Datasus e do Departamento de Operações do Comando do Corpo de Bombeiros (DOp/CCB). A capital foi considerada como uma única localidade mesmo com a existência de quatro Grupamentos de Bombeiros, tendo em vista que a divisão dos dados é tabulada por municípios, não havendo subdivisões.

4.1 Afogamentos conforme a Residência das Vítimas

O gráfico 12 representa o número de afogados distribuídos por área de atuação de cada Grupamento de Bombeiros, referentes à residência da vítima na época da fatalidade, conforme dados oriundos do Seade.

Considerando que o 17º GB atua especificamente na orla marítima e os dados do gráfico se relacionam à residência das vítimas na época dos fatos, os óbitos referentes aos municípios litorâneos foram incorporados ao 6º e 11º GB, conforme as respectivas áreas de atuação.

Analisando o gráfico em ordem decrescente do número de afogados, verifica-se que a maioria das vítimas residia na capital. O 7º GB que abrange a região de Campinas e de Nazaré Paulista aparece em seguida e, após, 5ºGB, área de Guarulhos, Mogi das Cruzes e região e 15º GB, área de Sorocaba, Ibiúna e região.

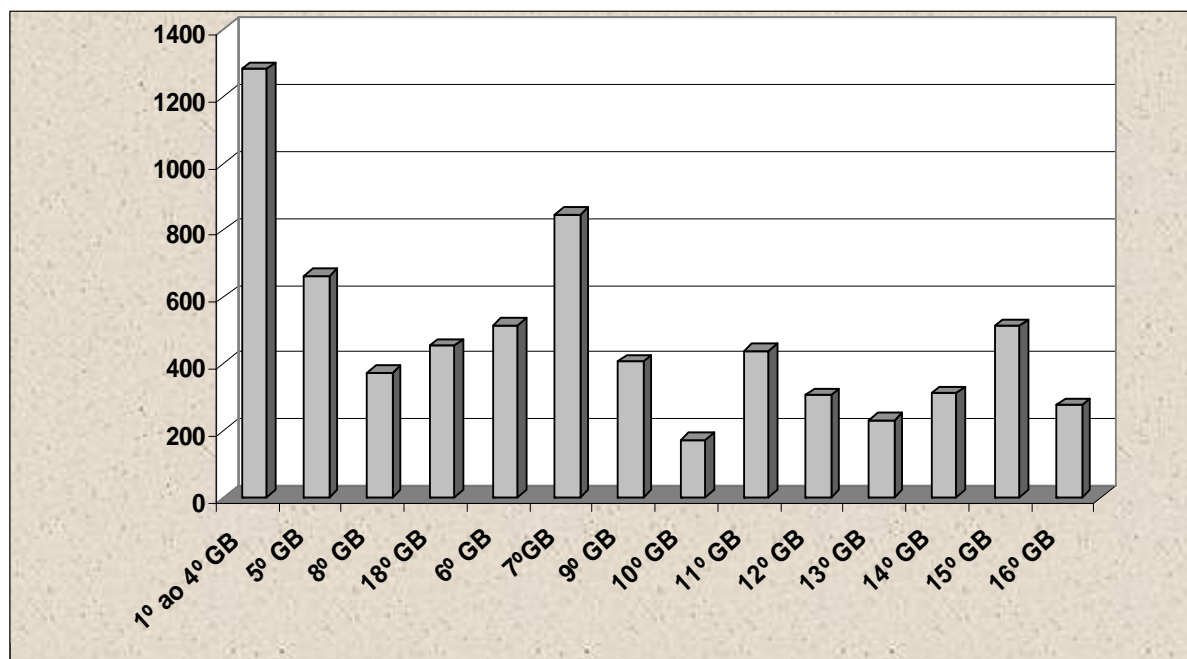


Gráfico 12 - Afogamentos de residentes por GB – 2000 a 2005

Fonte: Seade

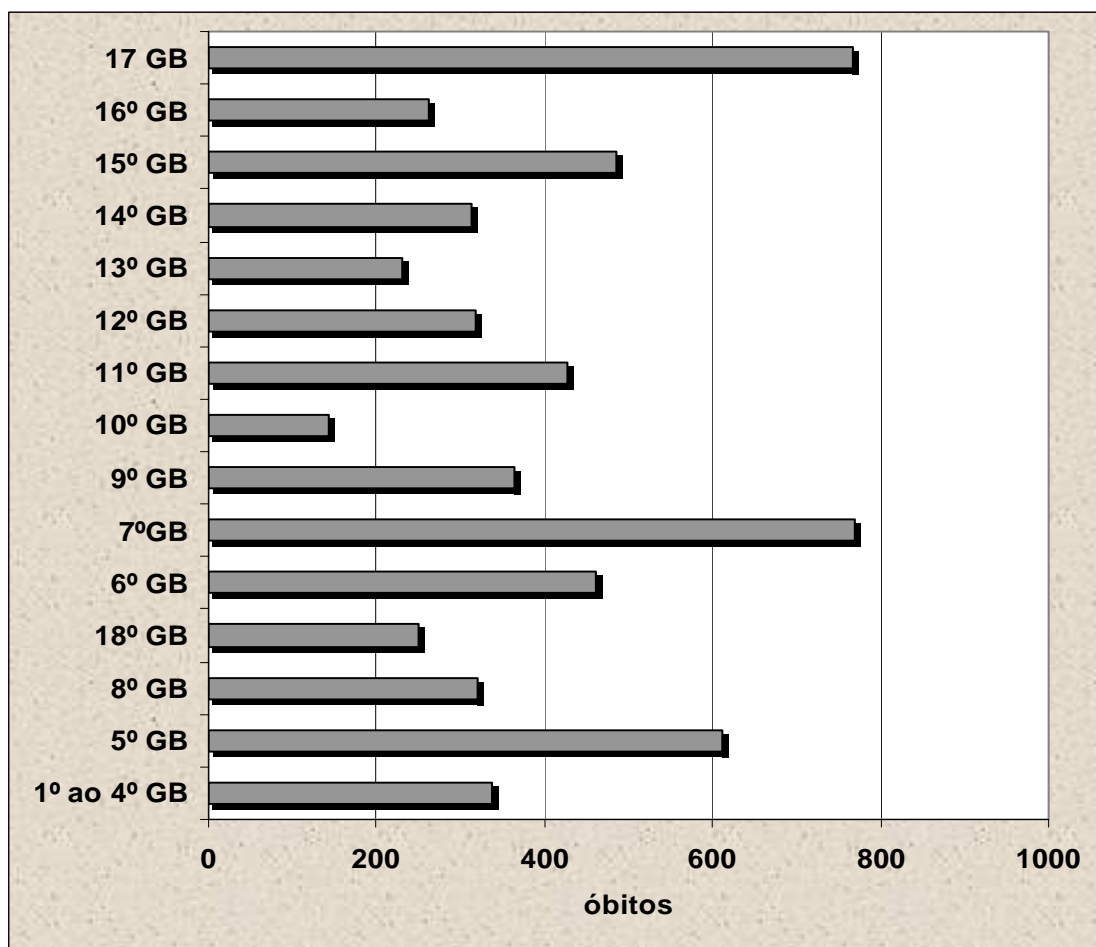
4.2 Afogamentos conforme o Local da Ocorrência

O gráfico 13 descreve a situao de afogados, divididos por Grupamento de Bombeiros, conforme o local de ocorrência da fatalidade, diferente do anterior que é relacionado ao município de residência da vítima.

A situao de afogados no 6º e 11º Grupamentos de Bombeiros foi obtida mediante a subtrao dos óbitos ocorridos na orla marítima do total referente aos municípios localizados na ária de atuao de cada Unidade. O critério adotado baseia-se nos seguintes fatos:

- a) a ária de atuao do 17º Grupamento de Bombeiros é específica para a orla marítima;
- b) o 6º GB e 11º GB possuem como ária de atuao, dentre outros, municípios litorâneos;
- c) o índice de afogados em ária marítima, pós-orla, como, por exemplo, envolvendo embarcaes, representa um porcentual não

significativo em rela o ao total (DATASUS, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004).



Gráfico 13 - Afogamentos por GB conforme o local - 2000 a 2004
Fonte: Datasus e 17 GB

O gráfico 13 indica que o local de maior incidência de afogados   a orla marítima, área abrangida pelo 17 GB, como era de se esperar, em razão da modalidade de atua o específica. A seguir temos o 5, 7 e o 15 GB, coincidindo com a situa o relacionada   residência das vítimas, exposta no gráfico anterior.

Algumas situa es também merecem destaque:

- a) a capital apresenta o maior  ndice em rela o   residência dos afogados, mas não ao local de ocorrência, indicando que o ponto crítico   relacionado   aqueles que viajam para outras localidades e não aos ocorridos no município;

- b) o 6º GB e o 11º GB, apesar da inclusão de um pequeno percentual relativo a afogamentos pós-orka, apresentam um número significativo de afogados, indicando que as ações preventivas no âmbito das respectivas Unidades não devem ser concentradas exclusivamente nas praias;
- c) o 7º GB apresenta um índice próximo ao do 17º GB, indicando que o Município de Campinas e região são locais críticos que merecem prioridade nas medidas de prevenção. Soma-se, ainda, a situação do 15º GB, Sorocaba e região, indicando a atenção que deve ser dada ao interior do Estado;
- d) o 5º GB, Guarulhos, Mogi das Cruzes e região, apresenta, também, um elevado índice de afogados, reforçando a abrangência da problemática de afogamentos, que se estende para todo Estado seja na capital, grande SP ou interior;
- e) o 5º GB, 7º GB e 15º GB são Unidades com os maiores índices de afogados tanto em relação a residentes como no local da ocorrência, sendo prioridades na adoção de medidas de prevenção.

4.3 Comparativo entre Salvamentos e Afogamentos

O trabalho comparou o total de ocorrências atendidas pelos Grupamentos de Bombeiros, denominadas afogamento em curso pelo Sistema de Dados Operacionais (CCB, 2006), e o total de afogados nas respectivas áreas de atuação, utilizando-se dos dados do DATASUS e do Departamento de Operações do Corpo de Bombeiros.

O objetivo é mensurar a relação entre as ocorrências de afogamentos atendidas pelo Corpo de Bombeiros e o total de afogados existentes na área de cada Grupamento de Bombeiros, visando apurar a atuação de cada Unidade neste

tipo de fatalidade, bem como a difusão do telefone de emergência 193 nas respectivas comunidades.

O critério para demonstrar a situao de afogamentos na área do 6º e 11º Grupamento de Bombeiros, Unidades que atuam em municípios litorâneos, foi idêntico  situao anterior¹.

Os dados utilizados referem-se aos anos de 2004 e 2005, pois a ocorrência de afogamento em curso começou a ser controlada pelo Departamento de Operaes do Corpo de Bombeiros com essa denominao, somente a partir de 2004.

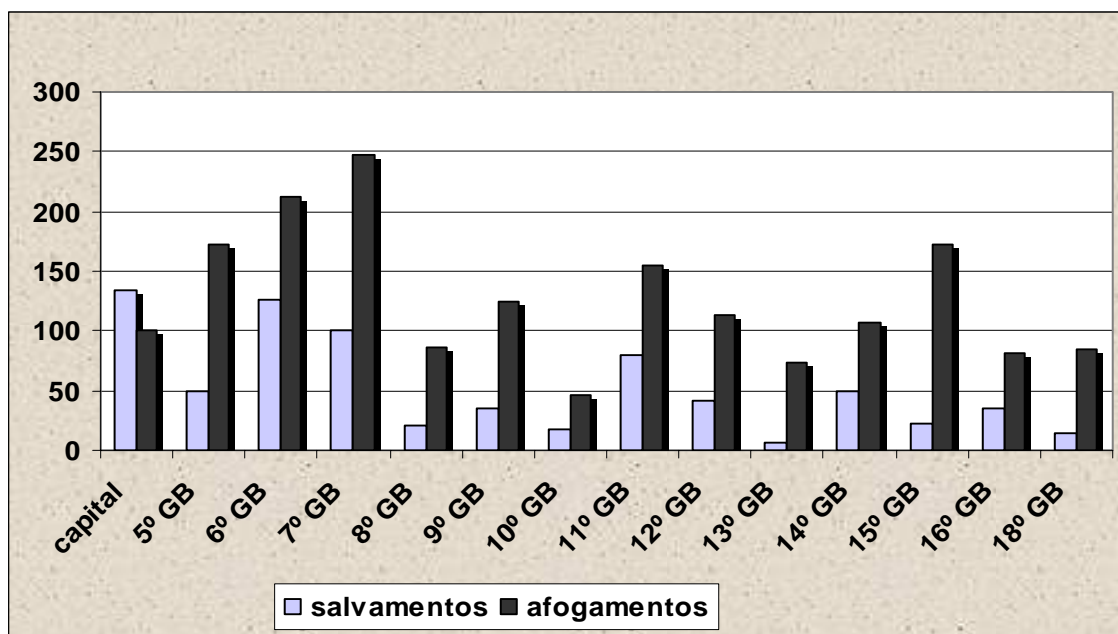


Gráfico 14 - Salvamento X afogamento nos GB – 2004 e 2005

Fonte: Datusus e DOp/CCB

O gráfico 14 versa sobre o desempenho dos Grupamentos de Bombeiros no atendimento a ocorrência envolvendo afogados. Vários fatores podem influenciar a relao entre o atendimento da ocorrência e o total de afogados tais como: difusão do telefone de emergência 193 na área do GB, aglomerao urbana, distância entre o Posto de Bombeiros mais próximo, existência de convênio sobre serviços de bombeiros no município, existência de preveno ativa, campanhas educativas,

¹ Ver p. 43.

entre outros. A capital apresenta o número de ocorrências de afogamento em curso superior ao de afogados, confirmando os fatores enumerados acima. A maioria das Unidades apresenta situação inversa com número de afogamentos maior que o de salvamentos.

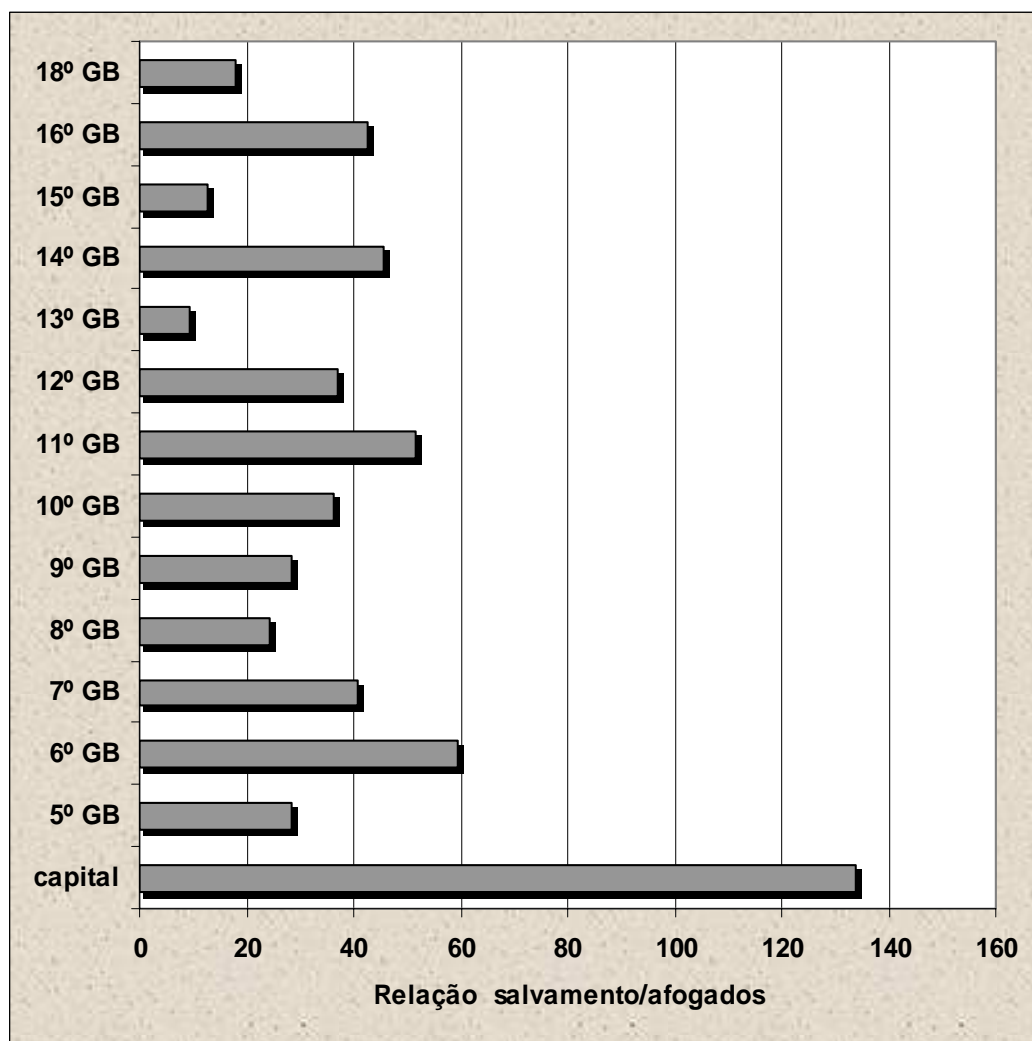


Gráfico 15 - Afogamento em curso X total de afogados (%) - 2004 e 2005
Fonte: Datusus e DOp/CCB

O gráfico 15 demonstra o percentual de atendimentos a ocorrências de afogamentos em curso em relação ao total de afogados, na área de atuação de cada Grupamento de Bombeiros. Exemplificando, enquanto o 13º GB efetua o salvamento de menos de 20% do total de afogados na sua área de atuação, a capital registra mais que o dobro de salvamentos em relação ao número de óbitos, correspondente a mais de 130%.

Verificam-se os seguintes aspectos:

- a) a capital supera o número de atendimentos em relação ao total de afogados, lembrando que o ponto crítico nesta localidade refere-se aos residentes;
- b) o 5º, 7º e o 15º GB, pontos críticos tanto em relação à residência de afogados como de locais de ocorrência, apresentam índices abaixo de 50%, reforçando a necessidade de serem Unidades prioritárias nas medidas de prevenção;
- c) o 6º e o 11º GB, Unidades que atuam em municípios do litoral, apresentam os melhores índices de atendimentos depois da capital.

Do exposto, conclui-se pela necessidade de haver uma regulamentação do assunto e uma maior participação da Corporação nas ocorrências envolvendo afogados, sendo a capital, 5º, 7º e 15º GB, Unidades que merecem uma atenção especial nas ações envolvendo prevenção passiva.

ESTUDO SOBRE AFOGAMENTOS EM ÁGUAS INTERNAS

O presente capítulo visa descrever o perfil do afogado, características físicas do local das ocorrências, aspectos temporais do momento dos óbitos, além de outros que possibilitem a implantação de medidas de prevenção passiva, pois a concentração e enfoque das ações em determinado público e área de atuação favorecem a racionalização e eficiência na utilização dos meios necessários à redução deste tipo de fatalidade.

5.1 Perfil da Ocorrência

Utilizando-se dos dados do Seade e Datasus, descritos por gráficos e quadros, almeja-se identificar características comuns nos locais onde ocorreram os afogamentos, buscando direcionar ações preventivas, subsidiar análise dos locais de risco para proposta de regulamentação, bem como complementar outras informações constantes no trabalho, para que se possa concluir onde concentrar as medidas necessárias para a redução do número de afogamentos.

5.1.1 Relação entre área geográfica e afogamentos

Analisando o contexto sobre afogamentos de modo superficial poderia se achar que quanto maior a área de um Município, maior seria a chance de ocorrer afogamentos em consequência de uma percepção errônea. Comparando a área geográfica dos Municípios (SEADE, 2005) com a soma do número de óbitos (SEADE, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005), verificou-se que não há relação entre as variáveis, inexistindo proporção entre a dimensão territorial e a quantidade de afogados de 2000 a 2005.

A figura 2 ilustra o exposto:

Município	Área (km²)	Afogados 2000/2005
São Paulo	1.509	1285
Guarulhos	334	234
Campinas	887	165
São Bernardo do Campo	411	107
Mogi das Cruzes	721	103
Santo André	181	88
Sorocaba	443	83
Osasco	68	78
Diadema	32	75
Mauá	67	72

Figura 2 - Área dos municípios x afogados – 2000 a 2005

Fonte: Seade

A figura 2 apresenta, em ordem decrescente do número de óbitos, a correspondência entre a quantidade de afogados e a área do município da ocorrência. Em razão da elevada quantidade de municípios, somente os dez primeiros foram expostos, onde se verifica a variedade das dimensões territoriais, em relação ao número de afogados sem correlação lógica.

5.1.2 Relação entre população e afogamentos

Seguindo o mesmo raciocínio da situação das dimensões territoriais, poderia se achar que quanto maior a população, maior seria o número de afogados em um determinado município. Comparando os dados numéricos sobre a evolução da população dos municípios paulistas (SEADE, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) com os respectivos números de afogados (IML/SP, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006), todos relativos ao período de 2000 a 2006, não foi verificada uma relação direta entre as variáveis, indicando que a ocorrência de afogamentos não possui correlação lógica com o número de habitantes de uma localidade. Para ilustrar a situação, os gráficos 16 e 17 apresentam a evolução das duas variáveis no período considerado, apresentando tendências distintas, conforme demonstrado abaixo:

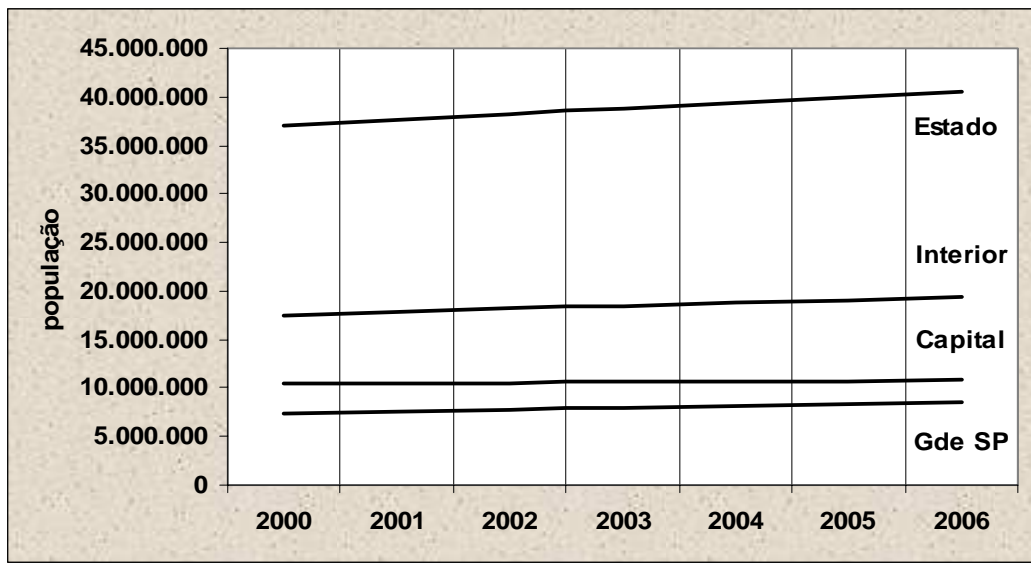


Gráfico 16 - População do Estado de SP – 2000 a 2006
 Fonte: Seade

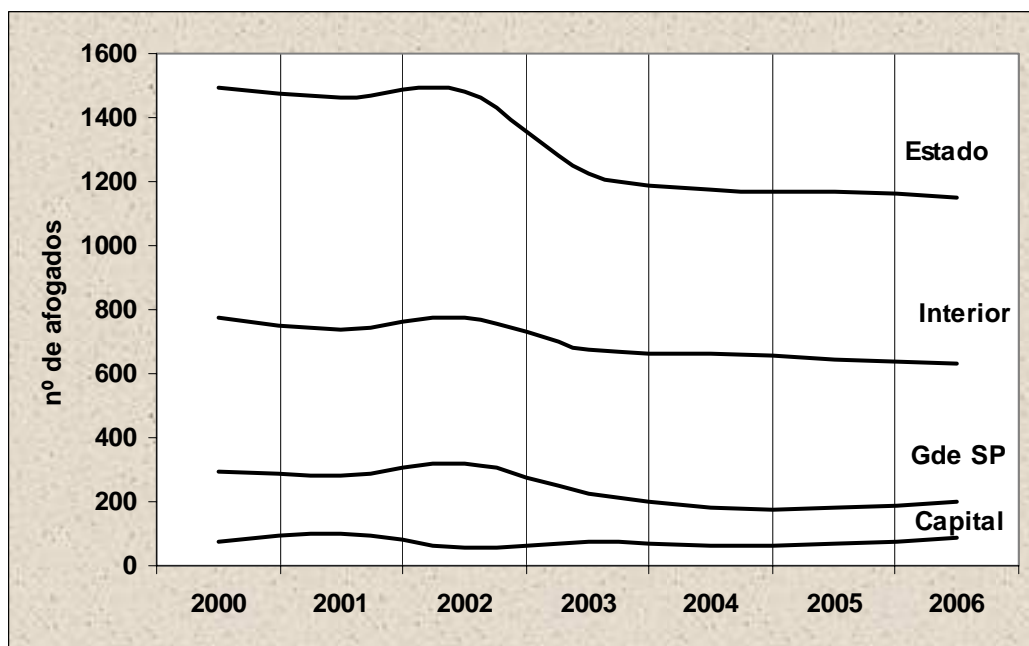


Gráfico 17 - Número de afogados no Estado de SP – 2000 a 2006
 Fonte: IML/SP

Os gráficos 16 e 17 mostram que, enquanto a população cresce linear e gradualmente, o número de afogados diminui com pequenas oscilações, ocorrendo um maior declínio de 2002 para 2003, demonstrando não haver uma pertinência lógica explícita entre as variáveis.

5.1.3 Relação entre o IPRS e afogamentos

O Índice Paulista de Responsabilidade Social, denominado no trabalho como IPRS, foi instituído pela Lei Estadual nº 10.765, de 19 de fevereiro de 2001 (SÃO PAULO, 2001) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), mediante convênio, é o órgão responsável pela coleta, organização e análise dos dados para que a Assembléia Legislativa do Estado de SP divulgue-os por intermédio de relatório bienal.

Os indicadores do IPRS sintetizam a situação de cada município em relação à riqueza, escolaridade e longevidade e, quando combinados, geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, divididos por características e indicadores, conforme descritos no quadro abaixo (Seade, 2004):

GRUPO	CARACTERÍSTICAS	INDICADORES (continua)
1	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais.	<p>Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade;</p> <p>Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade;</p> <p>Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade;</p> <p>Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade.</p>

GRUPO	CARACTERÍSTICAS	INDICADORES (conclusão)
2	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais.	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade; Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade; Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade; Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade; Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade.
3	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade; Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade; Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade; Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade.
4	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e ou escolaridade.	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade; Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade; Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade; Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade.
5	Municípios mais desfavorecidos do Estado	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade.

Figura 3 - Critérios de formação dos grupos do IPRS – 2004

Fonte: Seade

Para confecção dos indicadores foram utilizados os seguintes parâmetros (Seade, 2004):

INDICADORES	COMPONENTES	FONTE DOS DADOS (continua)
RIQUEZA	Consumo residencial de energia elétrica por ligação; consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços por ligação; remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público e valor adicionado fiscal per capita.	Registros administrativos fornecidos anualmente pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e da Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego.
LONGEVIDADE	Taxa de Mortalidade perinatal, Taxa de Mortalidade infantil, Taxa de Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos, Taxa de Mortalidade de adultos de 60 anos e mais.	Projeções populacionais e dados do registro civil produzidos anualmente pelo Seade.

INDICADORES	COMPONENTES	FONTE DOS DADOS (conclusão)
ESCOLARIDADE	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental, porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade, porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio e porcentagem de crianças de 5 a 6 anos que freqüentam a pré-escola.	Dados de censos demográficos produzidos pelo IBGE e censos escolares realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Figura 4 - Componentes e fontes de indicadores do IPRS – 2004
Fonte: Seade

O IPRS (SEADE, 2000, 2002, 2004) foi correlacionado com o número de afogados (SEADE, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005), para se verificar as relações existentes. Para estabelecer a relação entre o número de afogados e o IPRS, adotou-se como critério a correspondência do município e o respectivo indicador ao número de afogados do mesmo ano somado ao subsequente, em razão do relatório classificando cada localidade ser bienal, conforme especificado abaixo:

- a) IPRS de 2000: soma do número de afogados de cada Município ocorridos em 2000 e 2001;
- b) IPRS de 2002: soma do número de afogados de cada Município ocorridos em 2002 e 2003;
- c) IPRS de 2004: soma do número de afogados de cada Município ocorridos em 2004 e 2005.

Para ilustrar o exposto, segue a tabela abaixo:

GRUPO / IPRS	N ° de AFOGADOS							
	2000	%	2002	%	2004	%	total	%
1	1067	41	862	37	665	35	2.594	38
2	834	32	756	33	570	30	2.160	32
3	238	9	205	9	179	9	622	9
4	222	9	286	12	285	15	793	12
5	236	9	211	9	188	10	635	9
total	2597	100	2320	100	1887	100	6.804	100

Tabela 1 - Número de afogados x IPRS – 2000 a 2004
Fonte: Seade

A maior concentração de afogados refere-se aos residentes em municípios classificados nos grupos 1 e 2 do IPRS, ou seja, com elevados níveis de riqueza, porém divididos em relação aos indicadores sociais. Entretanto, o número de afogados vem diminuindo ao longo dos anos em todos os grupos do IPRS, exceção feita ao grupo quatro, referente a municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e escolaridade, indicando, pela diversidade, que as ações preventivas não devem ser concentradas em determinados grupos, reforçando a necessidade de uma regulamentação do assunto em nível estadual.

5.1.4 Características físicas dos locais de risco

Basicamente, o grau de incidência das ocorrências envolvendo afogamentos é maior em águas naturais do que em qualquer outro meio. Para analisar os dados, os locais de risco foram divididos em quatro grupos, utilizando-se como base a classificação estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (DATASUS, 1993):

- a) afogamentos ou quedas em águas naturais, incluindo córregos, cursos d'água, lagos e rios ocorridos em residências, habitações coletivas, escolas, outras instituições e áreas de administração pública, áreas para a prática de esportes e atletismo, rua e estrada,

áreas de comércio e de serviços, áreas industriais e em construção, fazendas e outros locais não especificados;

b) afogamentos ou quedas em piscinas ocorridas em residências, habitações coletivas, escolas, outras instituições e áreas de administração pública, áreas para a prática de esportes e atletismo, rua e estrada, áreas de comércio e de serviços, áreas industriais e em construção, fazendas e outros locais não especificados;

c) outros afogamentos envolvendo:

- acidentes com barco durante atividade de lazer devido à embarcação, naufrágio ou submersão;
- queda ou salto de embarcação avariada por colisão, choque, ou incêndio;
- acidentes que não envolvam diretamente a embarcação, tais como: queda de barco na água, amurada ou tombadilho de barco na água, pontilhão, vítima lançada na água pelo movimento da embarcação ou levada pela água no convés da embarcação;
- acidente com pessoa que não ocupava a embarcação, atingida por um barco durante a prática de esqui aquático;
- suicídios por afogamento e submersão;
- intenção não determinada;
- ocorrência durante banho ou queda em banheira de residências, habitações coletivas, escolas, outras instituições e áreas de administração pública, áreas para a prática de esportes e atletismo, rua e estrada, áreas de comércio e de serviços, áreas industriais e em construção, fazendas e outros locais não especificados;
- ocorrência em reservatórios e tanques de resfriamento de residências, habitações coletivas, escolas, outras instituições e áreas de administração pública, áreas para a prática de esportes e atletismo, rua e estrada, áreas de comércio e de serviços, áreas industriais e em construção, fazendas e outros locais não especificados.

d) afogamentos não especificados: referem-se àqueles que não puderam ser identificados para fins de classificação.

O tipo de ocupação dos locais de ocorrência constante nos quatro grupos mencionados é abrangido pelas edificações ou áreas, conforme segue:

a) residência:

- apartamento;

- casa (residência);
- casa de cômodos;
- casa da fazenda;
- dependências residenciais;
- garagem particular de residência;
- jardim;
- pátio;
- imóvel residencial;
- pensão familiar;
- piscina em residência ou jardim particular;
- reboque residencial.

b) habitação coletiva:

- acampamento militar;
- asilo de idosos;
- cadeia;
- casa de repouso;
- caserna;
- hospício;
- lar de criança;
- lar de inválidos;
- orfanato;
- penitenciária;
- prisão;
- reformatório.

c) escolas, outras instituições e áreas de administração pública:

- edifícios, inclusive áreas adjacentes, utilizados pelo público em geral ou por um grupo particular de pessoas, tais como: associação de jovens, biblioteca, campus universitário, cinema, clube, colégio, correio, creche, danceteria e discoteca;
- escola privada ou pública;
- hospital;
- igreja;
- instituição de ensino superior;
- jardim de infância;
- museu;
- palácio da justiça;
- sala de concertos, exposições e reuniões;
- salão de danças ou público;
- teatro;
- tribunal;
- universidade.

d) área para a prática de esportes e atletismo:

- campo de atletismo, beisebol, críquete, futebol e golfe;
- escola de equitação;

- estádio;
 - ginásio;
 - piscina pública;
 - pista de atletismo;
 - quadra (campo) de bola ao cesto, hóquei e tênis;
 - ringue de patinação.
- e) rua e estrada:
- calçada;
 - passeio;
 - rodovia.
- f) áreas de comércio e de serviços:
- aeroporto;
 - armazém;
 - banco;
 - boutique;
 - café;
 - cassino;
 - centro comercial (shopping center);
 - edifício de escritórios;
 - entreposto;
 - estação ferroviária ou rodoviária;
 - estação de rádio ou televisão;
 - garagem comercial;
 - hotel;
 - loja comercial;
 - loja de departamentos;
 - mercado;
 - posto de serviços para veículos a motor;
 - restaurante;
 - supermercado.
- g) áreas industriais e em construção:
- central elétrica a carvão, óleo diesel ou nuclear;
 - dependências industriais;
 - dique (doca) seco (a);
 - qualquer edifício industrial em construção;
 - estaleiro;
 - jazida de areia, carvão ou cascalho;
 - mina;
 - plataforma petrolífera e outras instalações marítimas;
 - túnel em construção;
 - usina de gás.
- h) fazenda:

- edificações;
 - benfeitorias;
 - terra cultivada.
- i) outros locais especificados:
- açude ou lagoa;
 - área de acampamento;
 - área de estacionamento;
 - beira-mar;
 - bosque;
 - campo de treinamento militar;
 - canal;
 - colina;
 - casa abandonada;
 - córrego;
 - curso d'água;
 - deserto;
 - doca sem outra especificação;
 - floresta;
 - lago;
 - linha férrea;
 - local de caravanas;
 - local público sem outra especificação;
 - mar;
 - montanha;
 - pântano;
 - parque público de diversões;
 - ponto de estacionamento;
 - porto;
 - prados;
 - praia;
 - reservatório ou represa de água;
 - rio;
 - zoológico.
- j) locais não especificados.

Após a exposição dos critérios adotados para a análise e divisão dos grupos de locais de risco, descrevem-se na tabela 2 os dados referentes ao número de afogados (DATASUS, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004), para se verificar, regionalmente, a incidência de afogamentos divididos pelos locais de risco descritos², cabendo ressaltar que, em razão dos objetivos do trabalho, a região litorânea foi excluída:

² Ver p. 55 e 56.

Local de risco	capital	%	gde SP	%	interior	%	total	%
águas naturais	75	23	440	37	1635	49	2150	44
não especificado	249	75	719	61	1537	46	2505	52
piscina	9	3	14	1	92	3	115	2
outros	0	0	9	1	83	2	92	2
total	333	100	1182	100	3347	100	4862	100

Tabela 2 - Local de incidência por região – 2000 a 2004

Fonte: Datasus

Apesar da elevada quantidade de dados não especificados, a incidência de afogamentos em águas naturais é predominante em todas as regiões, principalmente se for considerada a diversidade dos locais de risco. Ressalta-se que a capital, mesmo diante da escassez de recursos hídricos voltados para banhistas, também apresenta maior incidência de afogados em águas naturais, correspondendo a 23% dos 26% de locais identificados.

O gráfico 18 demonstra a evolução regional de afogamentos em águas naturais. Verifica-se uma tendência de redução na grande São Paulo, diferente do interior e da capital, que apresentam números estáveis, entretanto, foi visto no capítulo quatro³ a existência de locais críticos em algumas regiões da grande SP, reforçando a questão sobre a necessidade da regulamentação de afogamentos no Estado:



Gráfico 18 - Evolução de afogados em águas naturais – 2000 a 2004

Fonte: Datasus

³ Ver p. 44.

5.1.5 Relação entre a residência das vítimas e o local de risco

O capítulo 3 descreve o afogamento como uma fatalidade decorrente, na maioria das vezes, do lazer⁴. A relação entre a residência dos afogados e o local da ocorrência pretende detectar, regionalmente, o risco de determinada localidade, respondendo a seguinte questão: a maioria dos óbitos foi originada dos habitantes do local de risco? A resposta para esta questão auxiliará a verificar se a região estudada apresenta fatalidades ocorridas com os próprios residentes ou são decorrentes de lazer dos habitantes de outras regiões.

Os dados apresentados são oriundos do Datasus, referente a afogamentos ocorridos no período de 2000 a 2004, relacionados à residência das vítimas e ao local de ocorrência. Cabe lembrar que os óbitos, por residência, constantes no banco de dados do Datasus, incorporam mortes de paulistas ocorridas fora do Estado.

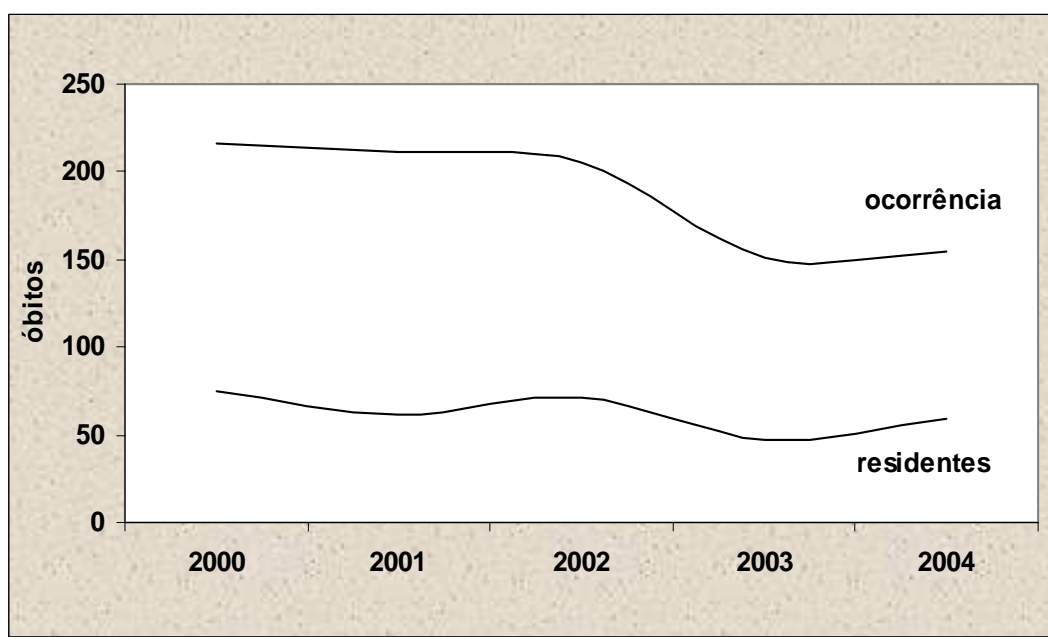


Gráfico 19 - Residentes x local da ocorrência – litoral – 2000 a 2004
Fonte: Datasus

O gráfico 19 apresenta a situação dos municípios litorâneos, pois auxiliará a entender melhor este tópico. Verifica-se a ocorrência de uma margem de diferença

⁴ Ver p.37.

considerável entre as mortes por afogamento dos que residem e das que ocorrem no litoral, confirmando ser uma localidade para a prática de lazer onde a maioria dos óbitos é oriunda de turistas, fato este de conhecimento geral.



Gráfico 20 - Residentes x local da ocorrência – capital – 2000 a 2004
 Fonte: Datasus

A capital apresenta uma situação diversa do litoral, conforme o exposto no gráfico 20, onde os óbitos decorrentes de afogamentos são, na maioria, de residentes e não dos que ocorrem nessa localidade.

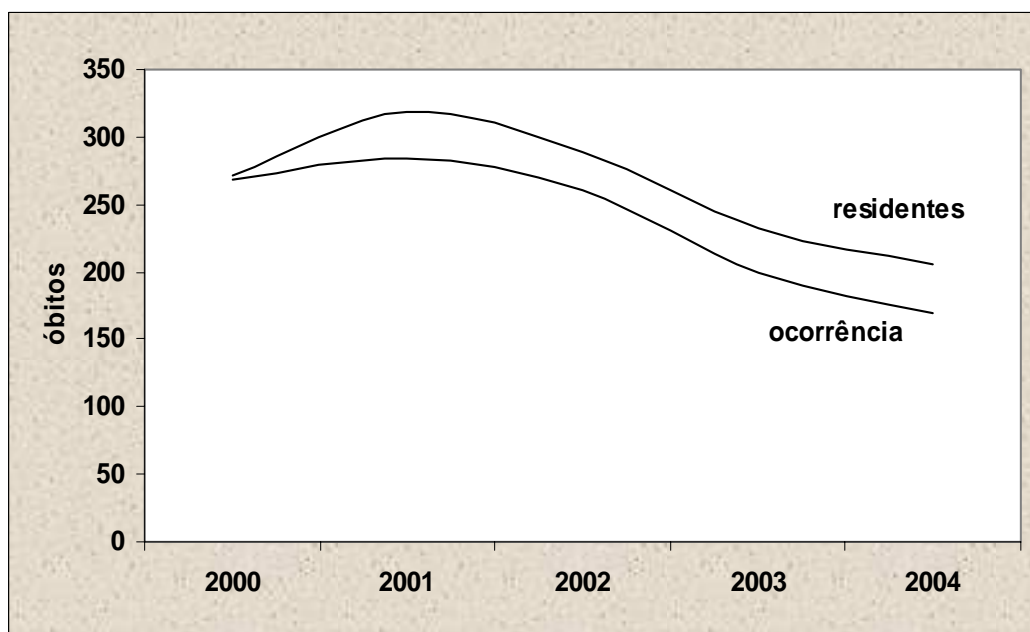


Gráfico 21 - Residentes x local de ocorrência – grande SP- 2000 a 2004
 Fonte: Datasus

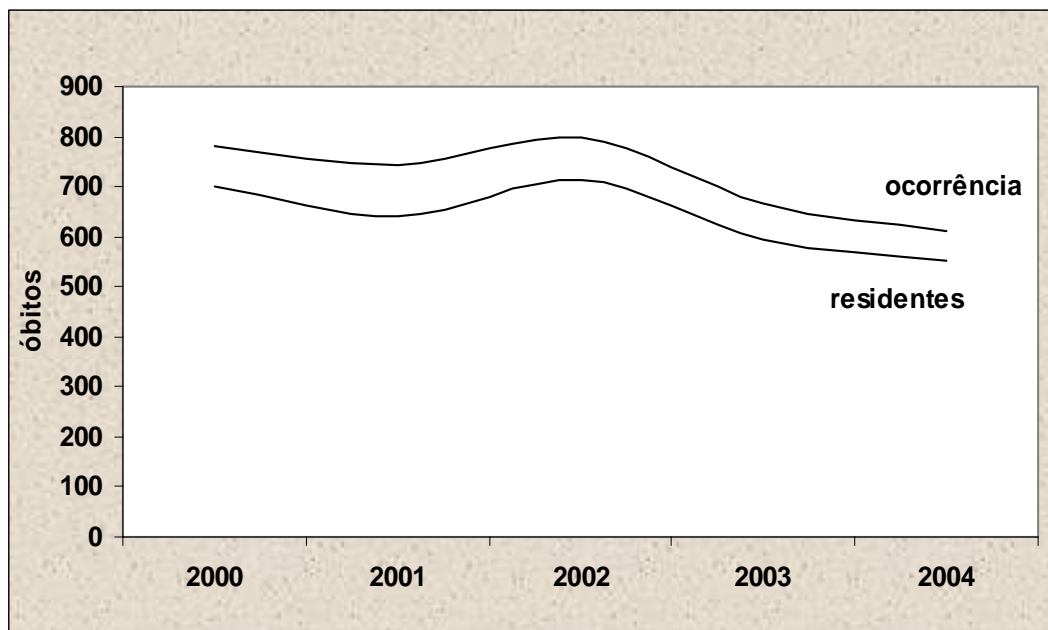


Gráfico 22 - Residentes x local da ocorrência – interior – 2000 a 2004
Fonte: Datasus

Os gráficos 21 e 22 demonstram comportamentos semelhantes em razão da grande SP e do interior apresentarem as variáveis com valores e tendências bem próximos, indicando um percentual estável da população que pratica turismo e, ainda, que a maioria dos afogados falece na região em que reside. Neste caso específico, medidas de prevenção passiva alertando sobre os pontos críticos em relação a afogamentos na região podem gerar efeitos positivos em razão de pertencerem ao cotidiano da comunidade.

5.2 Perfil da Vítima

Os dados obtidos do Ministério da Saúde (DATASUS, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004), são relacionados diretamente à pessoa dos afogados, visando detectar características comuns que permitam descrever o perfil do afogado com o intuito de alcançar o público desejado, por meio da regulamentação e implantação de medidas preventivas.

5.2.1 Estado civil

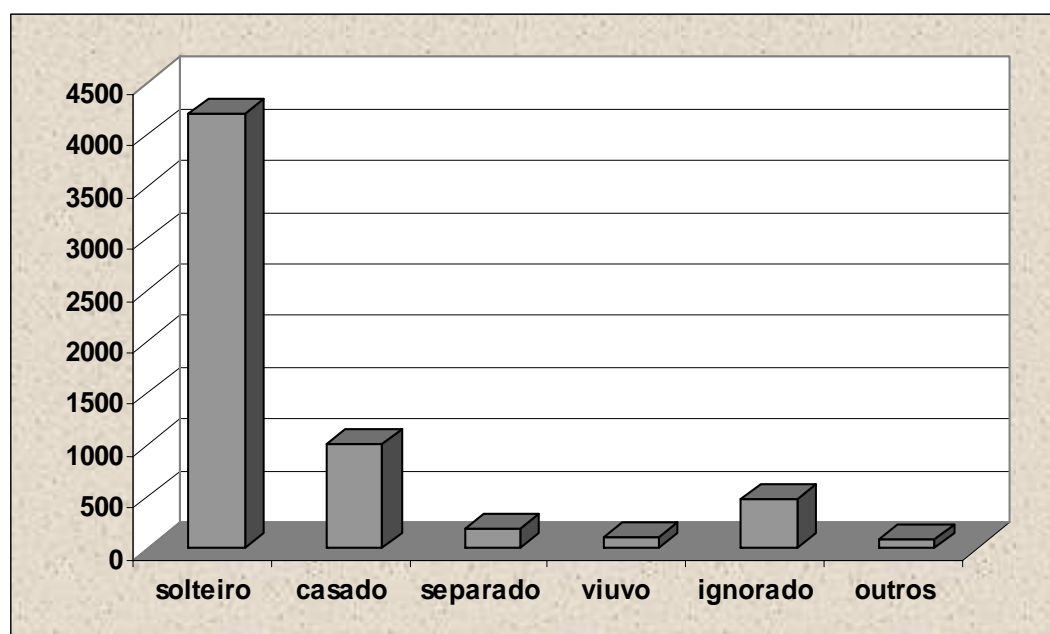


Gráfico 23 - Estado civil dos afogados – 2000 a 2004

Fonte: Datasus

Verifica-se a predominância dos solteiros, seguido de longe dos casados e, após, os separados. Os dados ignorados representam uma pequena margem em relação ao total, o que permite afirmar com segurança, que uma das características dos afogados é ser solteira.

Regionalmente, o perfil se repete com uma pequena diferença: no interior há um percentual maior de casados.

O trabalho não busca as causas e o motivo do solteiro apresentar o perfil do afogado, mas o senso comum indica que essa característica é mais propensa a comportamentos de risco, assim como os jovens e os indivíduos do sexo masculino, conforme será visto adiante⁵.

⁵ Ver p. 65 a 70.

5.2.2 Etnia

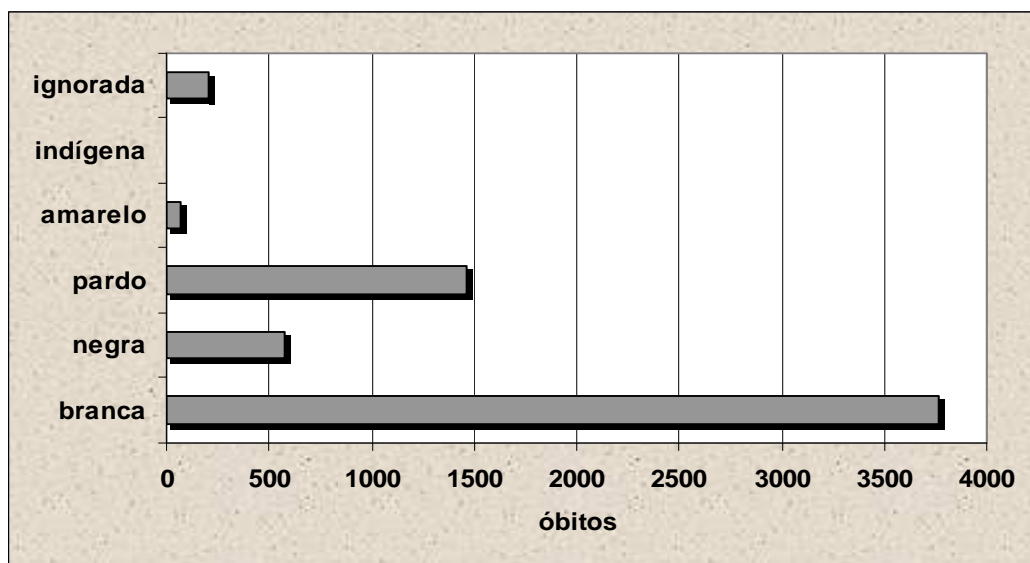


Gráfico 24 - Etnia dos afogados no Estado – 2000 a 2005
 Fonte: Datasus

O gráfico 24 demonstra que a etnia predominante dos afogados é a branca, seguido de longe da parda e, após, da negra. Regionalmente, a tendência é a mesma, cabendo mencionar apenas que no interior a diferença em desfavor da etnia branca é ainda maior em relação às demais.

5.2.3 Sexo

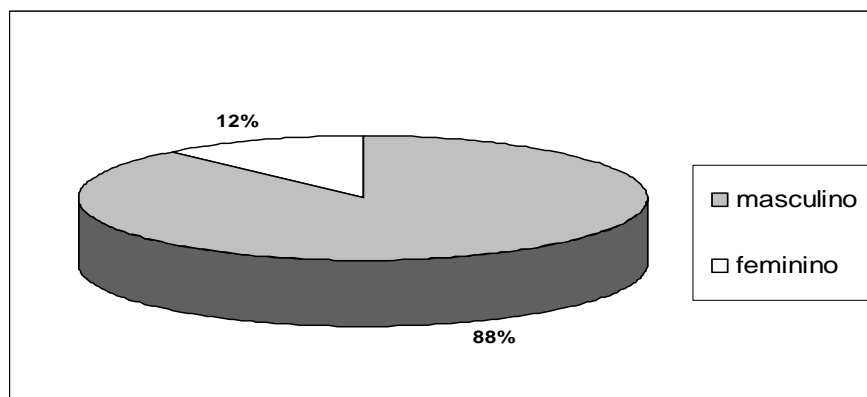


Gráfico 25 - Sexo dos afogados – Estado – 2000 a 2004
 Fonte: Datasus

Em relação ao sexo dos afogados, o gráfico 25 demonstra a predominância absoluta do masculino, não havendo diferenças regionais.

5.2.4 Faixa etária

Segundo o IBGE (WIKIPEDIA, 2007), em 1980, 34% da população do Estado de São Paulo tinham entre zero e 14 anos de idade. Em 2003, essa participação se reduziu para 25,2%. Comparando-se as estruturas etárias de 1980 e 2003, observa-se claramente o envelhecimento da população, processo que se intensificou nos últimos anos: os idosos (60 anos e mais) que representavam 6,3% da população, em 1980, passaram a responder por 9,3%, em 2003. A população adulta e potencialmente ativa (15 a 59 anos) elevou sua participação de 60% para 65,5%, no mesmo período. Estas tendências se mantêm quando analisadas as estruturas etárias das populações da capital e do interior do Estado de São Paulo, sendo conseqüência da evolução tecnológica e científica que vem proporcionando uma maior tempo de vida ao ser humano.

Apresentadas as tendências da população paulista, importante para enfatizar e demonstrar o contexto da evolução da idade de risco, demonstra-se, por meio de gráficos, o perfil da faixa etária dos afogados. Os dados foram utilizados de acordo com o Datasus (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005) e são relacionados aos municípios de residência das vítimas.

O gráfico 26 demonstra que a maior concentração de afogados ocorre na faixa dos 15 aos 24 anos, seguida da faixa dos 40 aos 59 anos e dos 30 aos 39 anos. Analisando sob outra ótica, a faixa de risco é predominante na idade economicamente ativa demonstrando, além do principal, ou seja, perdas de vidas humanas, o prejuízo econômico que os afogamentos causam à sociedade.

A faixa etária dos 15 aos 24 anos, demonstrada como a de risco, é definida pela UNESCO como “população jovem”, sendo caracterizada pela instabilidade, fragilidade e indefinição, dentro do contexto de uma sociedade

dispersa, licenciosa, sem ética, sem sentido do bem comum, sendo reflexo do mundo estabelecido pelas lideranças adultas (CINTERFOR, 2007).

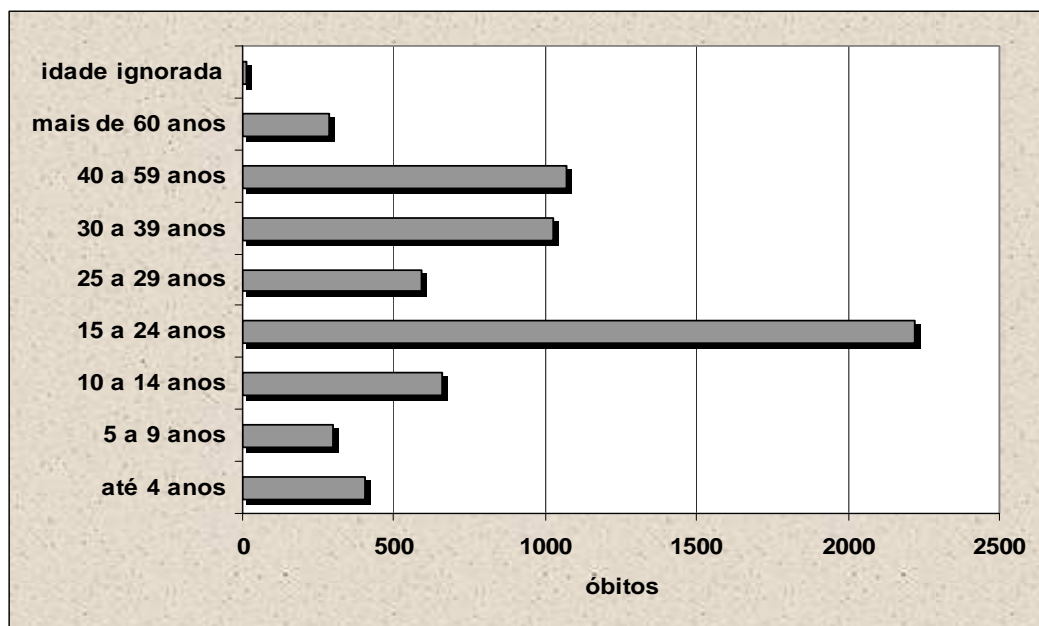


Gráfico 26 - Afogados por faixa etária – Estado de SP – 2000 a 2005
 Fonte: Datasus

A capital e a grande SP seguem as mesmas tendências verificadas no Estado por isso será apresentado somente a situação do interior, conforme segue:

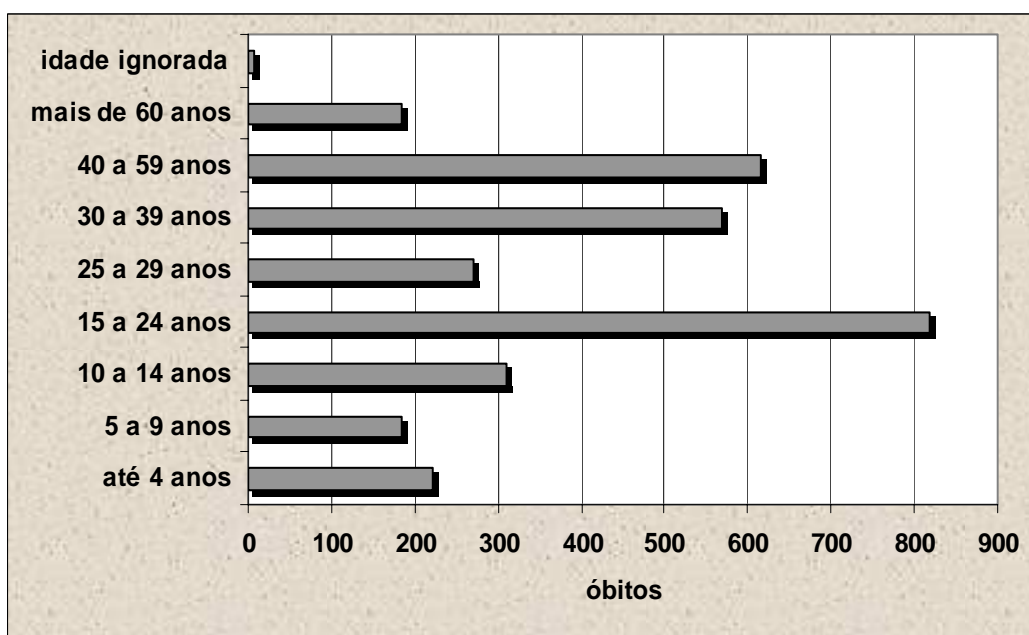


Gráfico 27 - Afogados por faixa etária – interior do Estado – 2000 a 2005
 Fonte: Datasus

O interior do Estado possui uma incidência maior de afogados em relação à região metropolitana de São Paulo devido à existência de maiores áreas com águas naturais, mas, além disso, apresenta, também, outra peculiaridade: um índice maior que a média do número de afogados na faixa etária dos 30 aos 59 anos, conforme o descrito no gráfico 27.

Várias podem ser as causas desse fato, mas não deixa de causar surpresa em razão dessa faixa etária, regra geral, apresentar estabilidade econômica e um poder de informação acima da média. No entanto, apresenta uma peculiaridade: o porcentual elevado de pescadores, pois segundo dados fornecidos pelo Ibama (2006, 2007), conforme o Anexo E, 81% das licenças de pesca emitidas pela internet no Estado de SP destinam-se ao público dos 31 aos 65 anos. Entretanto, além da amostragem restrita, a frequência dos pescadores nos locais de risco é baixa, pois, segundo a mesma fonte (IBAMA, 2006, 2007), apenas 11% deles realizam a atividade semanalmente e 26% uma vez ao mês; a grande maioria, 63%, pratica a pescaria menos de uma vez ao mês. Considerando ser um público específico, medidas preventivas podem ser direcionadas a esse perfil, alertando e fornecendo orientações que possam evitar o comportamento de risco ou, ao menos, meios para acionar o serviço de emergência, no caso da ocorrência de acidentes.

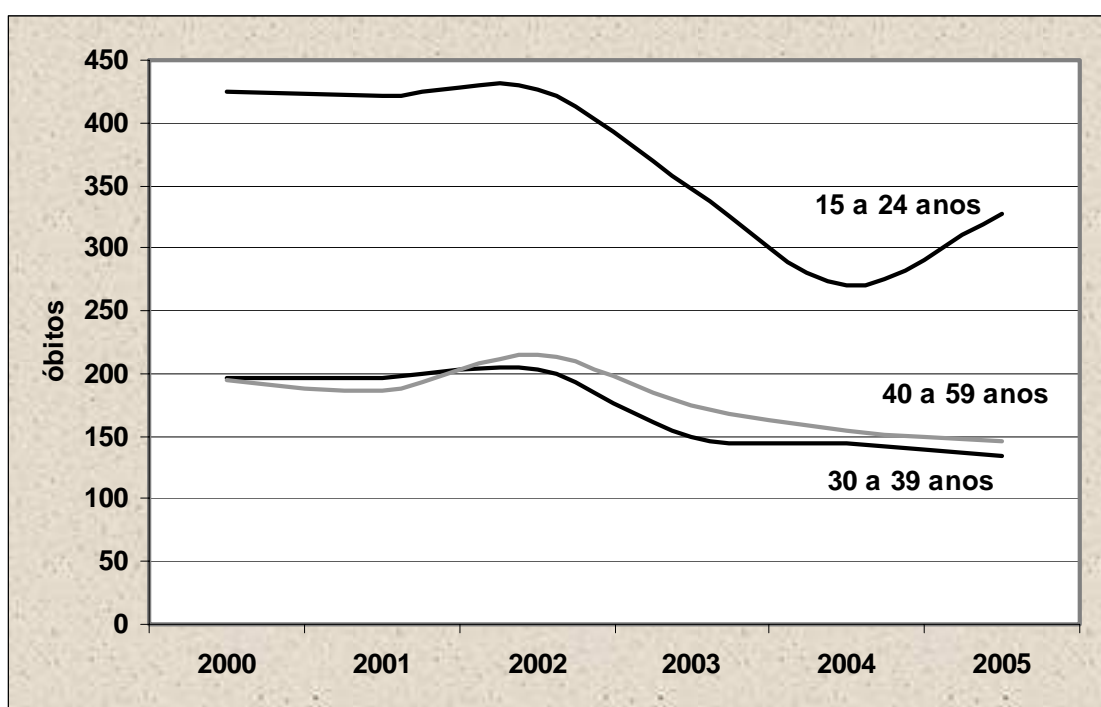


Gráfico 28 - Evolução por faixa etária no Estado – 2000 a 2005

Fonte: Datasus

Considerando que a faixa dos 39 aos 59 anos apresenta números de destaque, principalmente no interior, os gráficos 28 e 29 demonstram conclusões mais consistentes a respeito da definição da faixa etária prioritária a ser adotada para a conclusão do trabalho.

A evolução estadual, constante do gráfico 28, demonstra uma oscilação do número de afogados na faixa dos 15 aos 24 anos, apresentando sensível redução em 2002, mas com tendência de crescimento a partir de 2004. Os afogados da faixa dos 30 aos 59 anos apresentam redução desde 2002 demonstrando uma tendência diversa do estudo apresentado no início deste tópico sobre o envelhecimento e aumento da população adulta e potencialmente ativa⁶, ratificando a idade dos 15 aos 24 anos como faixa etária prioritária, pelo menos em nível estadual.

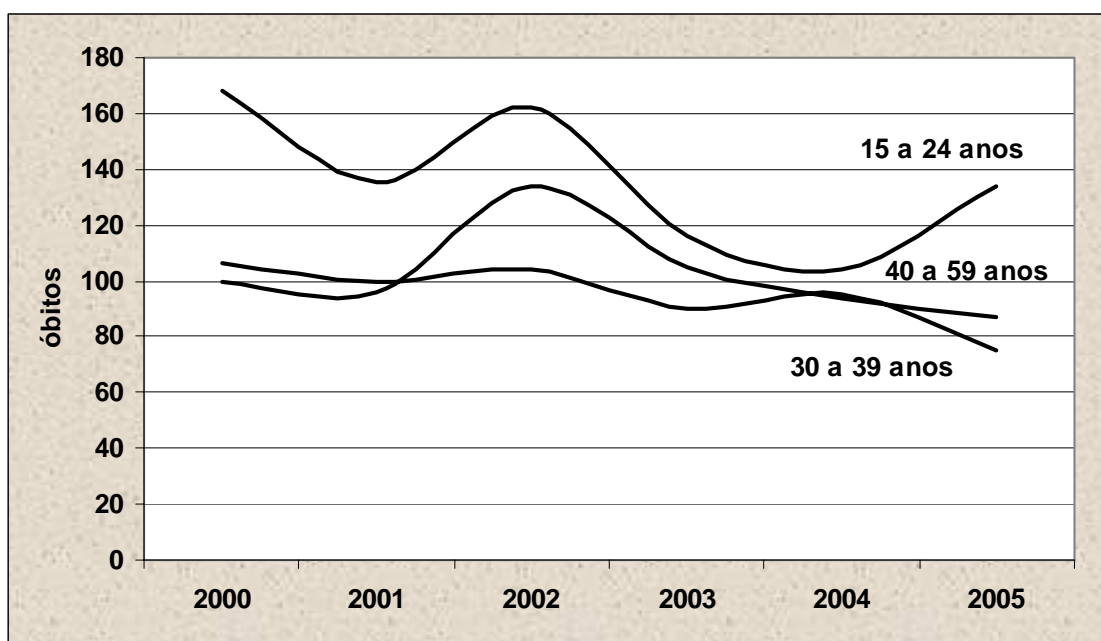


Gráfico 29 - Evolução por faixa etária no interior - 2000 a 2005
Fonte: Datasus

O gráfico 29 representa a tendência de redução de afogados na faixa etária dos 30 aos 59 anos no interior, repetindo o comportamento verificado no Estado, permitindo ratificar as afirmações contidas no parágrafo anterior.

⁶ Ver p. 66.

Cabe ressaltar, também, que a diminuição brusca no número de afogados na faixa dos 15 aos 24 anos no período de 2002 para 2003, contribuiu para a redução de afogados no Estado, demonstrada no capítulo 3⁷.

Do exposto, concluí-se que as medidas de prevenção passiva devem ser direcionadas à faixa etária dos 15 aos 24 anos. O público abrangido pelos pescadores merece, também, uma atenção especial em razão do perfil específico e de risco, mas, em razão do período de amostragem ser restrito, abrangendo menos de dois anos, não se realizará uma proposta de medidas de prevenção passiva mais detalhada.

5.2.5 Grau de escolaridade

Inicialmente, para situar o assunto, descreve-se abaixo uma breve exposição sobre alguns aspectos da educação no Brasil.

Ensino fundamental é a etapa inicial da educação básica no Brasil, com duração de nove anos, envolve crianças e adolescentes com idade entre 6 e 14 anos. Foi reformulado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), substituindo, o então, ensino de primeiro grau, que consistia no curso primário (de quatro a cinco anos de duração) e no curso ginásial, (de quatro anos de duração), vindo, após, o secundário: curso normal, curso clássico ou curso científico. A duração obrigatória do ensino fundamental foi ampliada de oito para nove anos, passando a abranger a classe de alfabetização (fase anterior à 1ª série, com matrícula obrigatória aos seis anos) que, até então, não fazia parte do ciclo obrigatório pois a alfabetização na rede pública e em parte da rede particular era realizada normalmente na 1ª série. O prazo para estados e municípios se adequarem à legislação é até 2010, segundo a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2006).

O ensino fundamental é subdividido em dois níveis: dos 6 aos 10 anos, classe de alfabetização, indo da primeira a quinta série, caracterizado pela

⁷ Ver p. 33.

alfabetização e solidificação dos conteúdos básicos; a segunda parte vai da sexta a nona série, normalmente dos 11 aos 14 anos, se houver aprovação nas séries anteriores.

Crianças e adolescentes são estimulados através de atividades lúdicas, jogos, leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível. Por meio dos vários processos pedagógicos, busca-se conduzir a criança ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social (WIKIPÉDIA, 2007).

No segundo nível, os pré-adolescentes costumam ter um professor por matéria, além de ter um maior horário de estudo e matérias mais abrangentes, que servirão de base para o aluno iniciar o ensino médio (WIKIPÉDIA, 2007).

Até 1967, o ensino médio era dividido em três cursos e compreendia o curso científico, o curso normal e o curso clássico. Em 1968, houve mudanças e passou a se chamar curso colegial, também dividido: os três primeiros anos eram iguais para todos e, posteriormente, quem quisesse fazer o antigo normal e o clássico, tinha que fazer mais um ano (WIKIPÉDIA, 2007).

Desde 1996, o ensino médio, no Brasil, corresponde à etapa do sistema de ensino equivalente à última fase da educação básica chamado de 2º grau, cuja finalidade é o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como a formação do cidadão para a vida social e para o mercado de trabalho, oferecendo o conhecimento básico necessário para o estudante ingressar no ensino superior (WIKIPEDIA, 2007).

Segundo o INEP (2007), de cada 100 alunos que ingressam na primeira série do ensino fundamental, 59 conseguem terminar a oitava série desse nível de escolarização e os outros 41 param de estudar no meio do caminho. Para aqueles que entraram no ensino médio, a expectativa de conclusão é maior: 74% conseguem terminá-lo. Os estudantes que concluem, sem interrupção, essas etapas educacionais levam, em média, 10,2 anos para completar as oito séries do ensino fundamental e 3,7 anos para as três séries do ensino médio.

Se concluir o ensino fundamental e médio, separadamente, demonstra ser difícil, o caminho da primeira série do fundamental à terceira série do médio é ainda mais árduo. Na região sudeste, do total de alunos que entram no nível educacional

obrigatório, apenas 49% concluem o ensino médio, precisando para isso, em média, 12,7 anos (INEP, 2007).

Para complementar as considerações iniciais, que versaram sobre o contexto nacional da educação, segue a tabela abaixo, que versa sobre uma amostra da distribuição da população, por anos de estudo, no Estado de São Paulo (SEADE, 2003):

Grupos de anos de estudo	%
Sem Instrução e Menos de Um Ano	9,4
1 a 3 anos	11,5
4 a 7 anos	29,4
8 anos	10,8
9 a 10 anos	3,9
11 anos	19,0
12 anos ou mais	16,0
Total (nº absolutos.)	22.033.016

Tabela 3 - População de 25 anos ou mais por anos de estudo - 2003
Fonte: Seade

Pelo exposto, a maioria da população brasileira com pelo menos um ano de estudo, correspondente a 51,7%, possui no máximo o ensino fundamental e a taxa de analfabetismo é relativamente baixa em relação ao total, indicando que medidas preventivas visando esse grau de ensino podem ser eficientes em médio prazo, pois a faixa etária de risco é dos 15 aos 24 anos.

Após as considerações gerais, o gráfico 30 apresenta, especificamente, o número de afogados no Estado de SP, por anos de estudo, segundo o Datasus (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005), demonstrando que o maior índice pertence à faixa dos 4 aos 7 anos de estudo, seguido da faixa do 1 aos 3 e dos 8 aos 11 anos, havendo predominância do ensino fundamental como grau de escolaridade dos afogados. Cabe salientar que a tabela 3 também apresenta o índice composto pela faixa dos 4 aos 7 anos de estudo como a maioria no Estado, reforçando a conclusão de que o perfil dos afogados concentra-se na faixa populacional que possui o grau de ensino fundamental, no máximo.

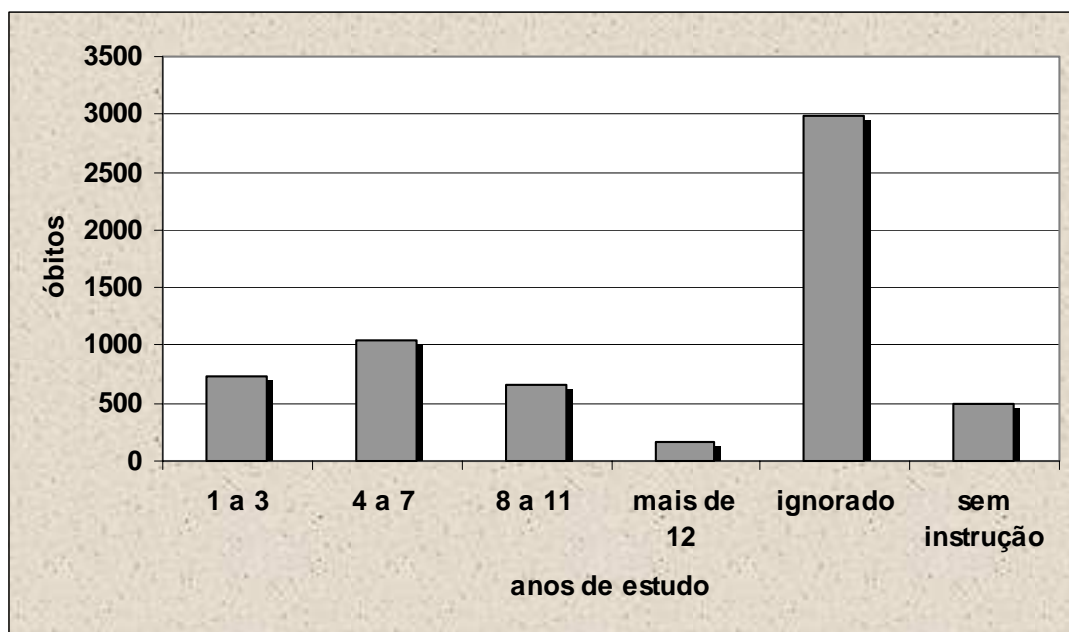


Gráfico 30 - Afogados por anos de estudo no Estado – 2000 a 2005
Fonte: Datasus

Analisando o grau de escolaridade dos afogados, regionalmente, segundo a mesma fonte (DATASUS, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005), verifica-se que:

Anos de estudo	Capital	%	Gde SP	%	Interior	%	Total	%
1 a 3	148	11	288	19	293	9	729	12
4 a 7	384	28	358	24	303	9	1045	17
8 a 11	226	16	242	16	194	6	662	11
mais de 12	62	5	47	3	57	2	166	3
ignorado	490	36	455	30	2050	64	2995	49
sem instrução	60	4	131	9	301	9	492	8
total	1370	100	1521	100	3198	100	6089	100

Tabela 4 - Anos de estudo por região – 2000 a 2005
Fonte: Datasus

A capital e a região da grande SP apresentam semelhanças nos índices, predominando a faixa dos 4 aos 7 anos e, em um maior contexto, o ensino fundamental, no máximo, como grau de escolaridade dos afogados. O interior apresenta elevado índice de dados ignorados, influenciando, desta forma, o resultado estadual, carecendo de mais dados para uma conclusão mais consistente.

Segundo o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (SEADE, 2003), a taxa de analfabetismo e o índice da população com a idade de 25 ou mais com menos de 8 anos de estudo é maior no interior, o que permite concluir que o grau de

escolaridade dos afogados no interior do Estado não é maior do que outras regiões, sendo, no máximo, o de ensino fundamental, complementando a informação contida no parágrafo anterior.

A tabela 5 apresenta o grau de escolaridade dos afogados do perfil obtido até o momento, ou seja, vítimas do sexo masculino, etnia branca, solteiras, idade dos 15 aos 24 anos:

Afogados								
Anos de estudo	Capital	%	Gde SP	%	Interior	%	Total	%
1 a 3	9	12	10	11	5	3	24	8
4 a 7	15	19	17	19	24	13	56	15
8 e 11	16	21	27	30	36	19	79	22
mais de 12	7	9	5	6	10	5	22	6
sem instrução	0	0	0	0	1	1	1	0
dados ignorados	31	40	30	34	115	60	176	49
Total	78	100	89	100	191	100	358	100

Tabela 5 - Anos de estudo conforme o perfil das vítimas – 2000 a 2005

Fonte: Datasus

Nota-se que o grau de escolaridade se eleva, havendo um porcentual maior de escolaridade na faixa dos 8 aos 11 anos de estudo. Entretanto, segundo o INEP (2007), conforme o exposto⁸, do total de alunos que entram no nível educacional obrigatório, apenas 49% conclui o ensino médio, precisando para isso, em média, 12,7 anos, permitindo concluir que o maior índice refere-se, no máximo, ao ensino fundamental completo e ensino médio incompleto. Considerando que a soma dos índices envolvendo o ensino fundamental continua maior do que os outros, ratifica-se o exposto até o momento sobre esse grau de instrução como prioridade

5.3 Estudo de Caso

Há várias informações que não puderam ser especificadas e outras que não foram disponibilizadas pelas principais fontes de pesquisa, gerando a necessidade de uma pesquisa de campo qualitativa nos núcleos e equipes do

⁸ Ver p. 71 e 72.

IML/SP, para complementar dados que permitam chegar a uma conclusão mais consistente e abrangente sobre afogamentos em águas internas. Basicamente, a pesquisa obteve os seguintes dados: frequência de afogamentos múltiplos, locais de águas internas com maior incidência de afogados, frequências diária e semanal, grau de urbanização dos locais de risco e distância entre o município de residência dos afogados e o local de risco.

A pesquisa foi realizada mediante acesso aos laudos de necropsia de cada afogado, referente aos óbitos ocorridos no período de 2000 a 2006, nos Núcleos de Perícias Médico-Legal de Marília e Presidente Prudente e na Equipe de Perícias Médico-Legal de Ourinhos.

As características dos municípios estudados, bem como dos núcleos e equipes onde a pesquisa foi efetuada segue abaixo.

O Núcleo de Perícias Médico-Legal de Presidente Prudente atua nos seguintes Municípios: Presidente Prudente, Agisse, Álvares Machado, Ameliópolis, Anhumas, Araxãs, Boa Esperança D'Oeste, Caiabu, Emilianópolis, Eneida, Espigão, Estrela do Norte, Floresta do Sul, Gardênia, Iepê, Indiana, Itororó do Paranapanema, Iubatinga, Martinópolis, Mentolândia, Mirante do Paranapanema, Montalvão, Nantes, Narendiba, Nova Pátria, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Silveirópolis, Taciba, Tarabaí, Teçaindá e Vila Escócia (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007). São municípios de médio e pequeno porte, dos quais se destacam, para efeito deste estudo, os Municípios de Presidente Prudente, Martinópolis e Rancharia.

O Município de Presidente Prudente situa-se na região sudoeste do Estado, possuindo uma área de 563,6 km² e população 204.036 habitantes, clima com temperatura média de 23,1 graus centígrados, massas de ar tropicais e polares (chuvas em todas as estações do ano) apresentando uma estação de inverno fria e seca e um verão quente e chuvoso. É uma cidade com vocação agropecuária, taxa de alfabetização de 98%, possuindo hidrografia composta basicamente por dois rios: do peixe e santo anastácio (PRUDENSITE, 2007).

O Município de Rancharia possui uma população de 29.726 habitantes, área de 1588,7 km², clima mesotérmico e cortado pelo rio capivari cujas águas

represadas formam o balneário municipal da cidade. O balneário é aberto ao público e possui uma área total de 2.297.442,00 m², sendo três quilômetros de extensão em praias de água doce com a presença de turistas e praticantes de esportes náuticos (RANCHARIA, 2007).

Martinópolis é um município com 23.717 habitantes, área de 1253,2 km² possuindo um complexo aquático, aberto ao público, denominado “Balneário Laranja Doce”, represa esta formada pelo rio laranja doce e seus afluentes, com uma extensão de 170 alqueires, propícios à prática da natação, pedalinho, esqui-aquático, caiaque, pesca e outros esportes náuticos, atraindo a presença de turistas (MARTINÓPOLIS, 2007).

O Núcleo de Perícias Médico-Legal de Marília atua nos seguintes Municípios: Marília, Álvaro de Carvalho, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Júlio Mesquita, Lupércio, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia e Vera Cruz. Basicamente, são Municípios de pequeno porte, exceção feita a Marília, com extensa área rural, sem a presença de balneários públicos e concentrações regulares de público em torno de águas naturais (rios, represas e lagoas). Destacamos os Municípios de Marília e Garça (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007):

Marília, município com 197.242 habitantes, área total de 1.194 km² e clima subtropical, possui uma excelente estrutura de ensino, destacando-se no segmento industrial da produção de alimentos, possuindo uma hidrografia composta pelos rios do peixe e aguapé (MARÍLIA, 2007).

Garça, município com 44.208 habitantes, área total de 554,00 km², sendo 503,74 km² de zona rural, destaca-se pela grande quantidade de pequenos ribeirões ou riachos, convergindo todos para a formação dos rios do peixe, tibiricá e feio (GARÇA, 2007).

A Equipe de Perícias Médico-Legal de Ourinhos atua nos seguintes municípios: Ourinhos, Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipauaçu, Óleo, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Timburi. Destacamos os Municípios de Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Salto Grande e Chavantes (POLÍCIA CIENTÍFICA, 2007).

Ourinhos é um município localizado ao sudoeste do Estado, com população de 109.228 habitantes, área de 256 km², sendo 40 km² urbana, clima subtropical e hidrografia constituída pelos rios Paranapanema, Pardo e Turvo, todos os no perímetro urbano da cidade. Possui uma riqueza hídrica que resulta em fatura de energia elétrica: a hidrelétrica Ourinhos, sendo ladeada por outras duas existentes no mesmo rio paranapanema, nos Municípios de Chavantes e Salto Grande (OURINHOS, 2007).

Santa Cruz do Rio Pardo é um município de 42.259 habitantes, área de 1116 km², possuindo uma hidrografia constituída pelo rio pardo e ribeirões mandassaia, da onça, são domingos e alambari (WIKIPÉDIA, 2007).

Nota-se nos municípios em estudo uma profusão de águas naturais, característica diretamente relacionada ao índice de afogados e a diversidade de outros aspectos tais como: elevada área e população rural, existência de balneários públicos, hidrografia abundante e diversificada, presença de usinas hidrelétricas, variedade de indicadores sociais, dentre outros.

Cada caso foi analisado por tabelas específicas, exceção feita a afogamentos múltiplos, conforme se verifica a seguir.

5.3.1 Afogamentos múltiplos

Os resultados obtidos originaram-se da análise dos laudos de necropsia de cada afogado, arquivados nos Núcleos de Presidente Prudente e Marília e Equipe de Ourinhos, todos do IML/SP, referentes ao período de 2000 a 2006, conforme o histórico da ocorrência e coincidência de dados como hora, local e data dos óbitos.

O objetivo é desmistificar a frequência deste tipo de ocorrência em locais com elevado número de afogados, onde se suscitam dúvidas sobre a ocorrência de afogamentos envolvendo grupos ou famílias ao mesmo tempo, provocados pela tentativa de uns salvarem aos outros.

Após a análise dos dados, verificou-se que a freqüência de afogamentos múltiplos resultou em nove casos de um total de 223, equivalente a um percentual de 4%. É oportuno mencionar que os maiores índices ocorreram nas localidades onde há a presença de balneários públicos, assunto apresentado a seguir.

5.3.2 Incidência de afogamentos em balneários públicos

Segundo o dicionário Aurélio (2004) balneário é definido como recinto público destinado a banhos e, para fins deste trabalho, envolve a presença de águas naturais (represas, rios ou lagoas), aberto à comunidade, com estrutura, mesmo que precária, de lazer, comércio e grande concentração de banhistas.

Analisando-se o total dos casos sobre os locais de incidência envolvendo afogamentos, conforme pesquisa de campo no IML/SP (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006), chegou-se ao seguinte resultado:

Tipo de local	Afogados	%
balneário	27	12
represa/rio/lagoa	140	63
outros	43	19
ignorado	13	6
Total	223	100

Tabela 6 - Incidência total de afogados – 2000 a 2006
Fonte: IML/SP

O maior índice de afogados concentra-se em rios, lagoas e represa; esta no sentido de barragem artificial destinada a abastecimento de água e produção de energia elétrica. O campo “outros” representa locais diversos com um índice menor de afogados tais como: cachoeiras, açudes, piscinas, residências, córregos, riacho, tanques, que, somados, totalizaram 43 óbitos, equivalente a um percentual de 19%. O campo “ignorado” refere-se a locais que não puderam ser identificados ou especificados, todos referentes, especificamente, à área de atuação da Equipe de Perícias Médico-Legal de Ourinhos.

O índice de afogados em balneários públicos é de 12%, dando a impressão inicial de ser uma área menos relevante que as demais. Entretanto, a

tabela acima se refere ao total de casos, abrangendo a área de Ourinhos e Marília que não possuem balneários públicos nas respectivas regiões.

Visando propiciar uma conclusão mais consistente, as tabelas 7 e 8 apresentam dados referentes aos municípios em que não há a presença de balneários públicos indicando o porcentual de incidência em cada local:

Tipo de local	Afogados (2000 a 2006)	%
balneário	0	0
represa/rio/lagoa	31	63
outros	18	37
ignorado	0	0
Total	49	100

Tabela 7 - Incidência de afogados na região de Marília – 2000 a 2006
Fonte: NPML – Marília

Tipo de local	Afogados (2000 a 2006)	%
balneário	0	0
represa/rio/lagoa	64	73
outros	11	13
ignorado	13	15
Total	88	100

Tabela 8 - Incidência de afogados na região de Ourinhos -2000 a 2006
Fonte: EPML – Ourinhos

As tabelas 7 e 8 tratam de locais sem a presença de balneários públicos demonstrando que a maioria dos afogados concentra-se em rios e lagoas diversas, atestando a diversidade dos locais de risco em águas internas.

Tipo de local	Afogados (2000 a 2006)	%
balneário	27	31
represa/rio/lagoa	45	52
outros	14	16
ignorado	0	0
Total	86	100

Tabela 9 - Incidência de afogados na região de P. Prudente – 2000 a 2006
Fonte: NPML – Presidente Prudente

No entanto, a tabela 9, referente à área de atuação do NPML – Presidente Prudente, os afogamentos em rios, lagoas e represas continuam com maiores índices, mas 32% dos casos envolvem afogados em balneários públicos,

números relevantes e com um fator de destaque: são locais específicos com grande concentração de pessoas, diferindo de outras localidades que não delimitam, com precisão, os pontos de maior risco.

5.3.3 Distância entre a residência da vítima e o local da ocorrência

Conforme o exposto no capítulo 5⁹, a região da grande SP e do interior apresentam valores aproximados entre afogamentos de residentes e os ocorridos na localidade, indicando que a maioria dos óbitos envolve os habitantes da área de risco. Para comprovar este fato e verificar se engloba, também, os habitantes dos municípios vizinhos, delimitou-se um perímetro entre residência das vítimas e o local da ocorrência, sendo utilizadas as tabelas de distância entre municípios segundo o DER (2007). O cálculo das distâncias entre os municípios de residência das vítimas e os municípios dos locais da ocorrência, foi dividindo em grupos, de acordo com o número de afogados no período de 2000 a 2006, conforme a tabela 10.

Distância	Afogados	%
mesmo município	149	67
até 20 km	18	8
21 a 50 km	16	7
51 a 100 km	11	5
mais de 100 Km	21	9
ignorado	8	4
Total	223	100

Tabela 10 - Residência da vítima x local da ocorrência – 2000 a 2006
Fonte: DER/SP e IML/SP

Foram utilizados os dados constantes dos laudos de necropsia de cada afogado no período de 2000 a 2006, dos NPML de Marília e Presidente Prudente e EPML de Ourinhos. Comprova-se que a maioria dos afogados falece no mesmo município em que reside, além de se constatar que 75% dos afogamentos ocorreram em um raio de 20 km de distância do município de residência das vítimas, sendo somente 9% em percursos superiores a 100 km. Pelo exposto, verifica-se que os

⁹ Ver p.62 e 63.

afogamentos ocorrem no mesmo município das vítimas ou bem próximos, favorecendo ações locais envolvendo medidas de prevenção passiva.

5.3.4 Grau de urbanização do local da ocorrência

O interior do Estado apresenta uma extensa área rural, invariavelmente com a presença de rios, lagoas, açudes e represas. Utilizando-se dos dados constantes nos laudos de necropsia das vítimas, de 2000 a 2006, nos NPML de Presidente Prudente e Marília e EPML de Ourinhos, subsidiado, ainda, pelas Seções de Operações do 10º e 14º GB, Unidades das regiões envolvidas, apresentam-se as informações constantes da tabela abaixo:

Grau de urbanização	Afogados	%
zona rural	152	68
zona urbana	66	30
ignorado	5	2
Total	223	100

Tabela 11 - Grau de urbanização dos locais de risco -2000 a 2006
Fonte: IML/SP, 14º e 10º GB

Verifica-se que a grande maioria dos afogamentos ocorre em zonas rurais, regiões normalmente isoladas com baixa densidade demográfica, impossibilitando a prevenção ativa e dificultando a passiva, sendo mais recomendada a regulamentação de medidas que envolvam a estrutura física dos ambientes de risco e a elaboração de campanhas educativas buscando alcançar esse tipo de público.

5.3.5 Incidência diária de afogamentos

A incidência diária de afogamentos foi calculada conforme as datas de ocorrência constantes nos laudos de necropsia dos afogados, de 2000 a 2006, nos NPML de Presidente Prudente e Marília e EPML de Ourinhos. Verificou-se não haver períodos de maior incidência que mereçam destaque, mesmo agrupado em

quinzenas, demonstrando não haver relação do índice de afogados com um dia do mês específico, como, por exemplo, após o recebimento dos vencimentos que, na teoria, incentivaria a prática de lazer, motivo pelo qual não os dados não serão apresentados neste trabalho.

5.3.6 Incidência semanal de afogamentos

A incidência do número de afogados, por dia da semana, foi calculada pelas datas de ocorrência constantes nos laudos de necropsia dos afogados, de 2000 a 2006, nos NPML de Presidente Prudente e Marília e EPML de Ourinhos. Foram considerados como feriados as datas oficiais constantes nos calendários anuais, além das datas referentes aos feriados municipais obtidas junto aos respectivos municípios, com auxílio dos B/5 do 10º GB e 14º GB, conforme demonstrado na tabela 12.

Dia da semana	Afogados	%
segunda-feira	10	12
terça-feira	9	10
quarta-feira	10	12
quinta-feira	4	5
sexta-feira	2	2
sabado	14	16
domingo	27	31
feriado	10	12
ignorado	0	0
Total	86	100

Tabela 12 - Afogados por dia da semana -2000 a 2006
Fonte: IML/SP, 10 e 14º GB

Como era de se esperar, o maior porcentual de afogados, correspondente a 59%, concentra-se nos finais de semana e feriados, confirmando o afogamento como conseqüência relacionada às atividades de lazer, ressaltando-se que o dia da semana mais crítico é o domingo, com 31%.

5.4 Conclusão sobre o Capítulo

Afogamento em águas internas é uma fatalidade de aspectos diversos. Vários são os fatores que compõem seu perfil e, para que a Corporação possa concentrar esforços na sua redução, é necessário obter o máximo de informações para delimitar sua atuação e permitir a eficiência e eficácia das medidas de prevenção.

Do exposto no capítulo, verifica-se que o volume de ocorrências envolvendo afogados não é relacionado diretamente à extensão da área ou população de um município. É influenciado pela quantidade de locais com águas naturais, havendo uma relevante incidência em zonas rurais e em áreas onde há a presença de balneários públicos.

Os afogados, em geral, são oriundos de municípios de elevado nível de riqueza, pertencem à faixa etária dos 15 aos 24 anos, classificada, segundo a Unesco (CINTERFOR, 2007), como população jovem, são solteiros, de etnia branca, sexo masculino e grau de ensino fundamental, no máximo.

Os afogamentos ocorrem de forma isolada em rios, lagoas e represas, localizados no município de residência das vítimas ou em um bem próximo, incidindo com maior frequência no período do verão, principalmente no mês de janeiro, e aos finais de semana e feriados, principalmente aos domingos.

COMPARATIVO ENTRE OS PERFIS DOS AFOGADOS NA ORLA MARÍTIMA E EM ÁGUAS INTERNAS

A comparação entre o perfil do afogado na orla marítima e o perfil do afogado em águas internas tem o objetivo de verificar os efeitos de uma campanha preventiva única, em nível estadual, visando à redução dessa fatalidade nas duas áreas de risco. A regulamentação de medidas e as ações de prevenção visando atingir o perfil de ambas as situações, proporcionariam a racionalização de meios e conjugação de esforços para atingir um objetivo comum: a prevenção e a redução de afogamentos, diferindo apenas quanto ao tipo dos locais de risco.

Os dados referentes ao perfil do afogado na orla marítima, segundo Vilela (1996, p. 87), foram comparados ao perfil contido no trabalho, conforme demonstrado na figura abaixo:

Perfil	Orla marítima	Águas internas
Sexo	Masculino	Masculino
Etnia	Branca	Branca
Faixa etária	15 a 18 anos	15 a 24 anos
Escolaridade	Ensino fundamental	Ensino fundamental
Estado civil	Solteiro	Solteiro
Maior incidência semanal	Domingos	Domingos

Figura 5 - Comparativo entre os perfis de afogados

Fonte: Monografia do Cap PM Vilela e Pesquisa do Autor

Verifica-se que, exceção feita à faixa etária do afogado em águas internas que apresenta um intervalo maior, o perfil de ambos os casos são idênticos, indicando que a regulamentação das medidas de prevenção passiva e ações educativas, em âmbito estadual, podem surtir efeitos na redução de óbitos por afogamento, desde que sejam especificadas as peculiaridades de cada local de ocorrência. As campanhas preventivas podem ser direcionadas ao mesmo tipo de público, por meio dos veículos de comunicação, desde que sejam utilizadas as ferramentas apropriadas, como, por exemplo, o assunto do próximo capítulo.

PERFIL DA AUDIÊNCIA

A Secretaria de Comunicação, órgão central do Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo, denominada como SICOM, foi instituída no ano de 1999 e organizada em 2007, tendo como funções, dentre várias, coordenar e aprovar o planejamento e a execução das ações de assessoria de imprensa e de publicidade dos órgãos setoriais do sistema e a consolidação dos planos e autorizações de mídia destinada aos veículos de comunicação (SÃO PAULO, 2007). A Polícia Militar, por intermédio da 5ª Seção do Estado-Maior, pode encaminhar propostas para a veiculação de campanhas de seu interesse, além de possuir ferramentas próprias como o programa televisivo na TV Comunitária chamado "A PM e Você" e outro na TV Câmara, o "Emergência 190", conforme os Anexos F e G.

O exposto, até o momento, pretende esclarecer que o Governo do Estado e a Corporação possuem ferramentas para a veiculação de campanhas educativas que possam orientar a população no sentido de evitar atitudes de risco que possam conduzir a ocorrência de afogamentos. Há uma ferramenta similar regulamentada pelo Governo Federal como "Publicidade de Utilidade Pública", tendo como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população no sentido de adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida (BRASIL, 2007).

Para a difusão das informações nos meios de comunicação, é necessário conhecer o público de destino, a fim de que o objetivo seja alcançado com maior eficácia. O trabalho definiu o perfil dos afogados em águas internas e é para esse grupo de risco que as campanhas devem ser destinadas. Não basta somente a divulgação das orientações necessárias sem considerar o veículo de comunicação, dia, horário, tipo do programa, dentre outros. É preciso identificar o que, onde e quando o público inserido no perfil de risco está presente para que a mensagem possa ser assimilada e o objetivo atingido. Dentro desse contexto, há poderosas ferramentas que o Estado pode utilizar para que a mensagem desejada alcance o público definido: a publicidade apropriada e o perfil da audiência.

A publicidade apropriada, assunto que não será explorado no trabalho, é realizada, normalmente, por intermédio das agências de publicidade, visando a criar uma comunicação que possa atrair a atenção das pessoas e que a mensagem possa ser assimilada pelo público desejado.

O perfil da audiência, objeto de estudo deste capítulo, é resultado de pesquisas elaboradas e tabuladas por vários institutos de pesquisa visando obter informações sobre as características do público, programas, horários e dias preferidos. Segundo o IBOPE (2007), serve para analisar qual é o perfil demográfico da audiência de um determinado programa ou emissora, sendo um índice horizontal, que mostra a distribuição do total da audiência pelas variáveis sexo, classe econômica, faixa etária.

Para um melhor entendimento, alguns exemplos, colhidos na internet, serão apresentados a seguir, visando obter uma noção básica mediante a análise e comparação com o perfil do afogado em águas internas.

7.1 Revista Veja

A Revista Veja, segundo o Grupo Abril (2007), é um veículo de comunicação com 7.544.000 leitores, de grande aceitação do público, que apresenta o seguinte perfil:

a) faixa etária:

- 10 a 19 anos: 20%;
- 20 a 29 anos: 23%;
- 30 a 39 anos: 18%;
- 40 a 49 anos: 16%;
- 50 anos e mais: 23%.

b) sexo:

- homens: 47%;
 - mulheres: 53%.
- c) estado civil:
- casados: 38%;
 - solteiros: 50%.
- d) nível de instrução:
- médio: 36%;
 - superior: 40% (GRUPO ABRIL, 2007).

Mesmo diante do impacto e da repercussão que, normalmente, a Revista Veja causa ao público em geral, o perfil de seus leitores não confere com o dos afogados, principalmente em relação ao grau de instrução e sexo, motivo pelo qual não é o veículo ideal de comunicação para transmitir orientações sobre prevenção de afogamentos em razão de não atingir, diretamente, o público-alvo. Certamente, até pela repercussão das notícias veiculadas pela revista, pelo menos de forma reflexa, poderia gerar resultados, mas, em termos de planejamento estratégico visando à adoção de medidas preventivas, a prioridade seria a veiculação em mídias mais apropriadas aos objetivos do trabalho.

7.2 MTV Brasil

A emissora MTV-BRASIL foi lançada em 1990 e, segundo o Grupo Abril (2007), foi a primeira TV segmentada do país dedicada ao público jovem, alcançando 300 municípios em todo o país, em sinal aberto, 24 horas no ar ininterruptamente. Utiliza uma linguagem diferenciada e específica para os jovens e, além de músicas, transmite mensagens de utilidade pública, campanhas educativas e outras orientações que podem evitar comportamentos de risco, possuindo, segundo a mesma fonte (GRUPO ABRIL, 2007), uma audiência com o seguinte perfil:

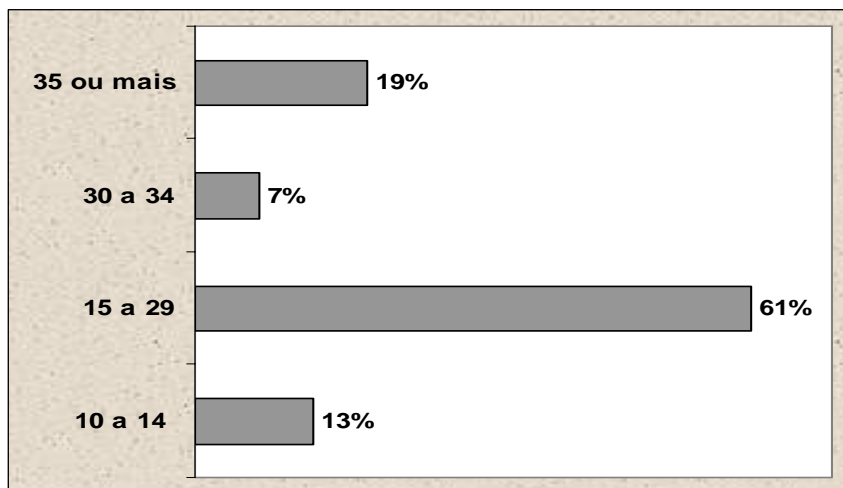


Figura 6 - MTV Brasil – audiência por faixa etária – janeiro a abril de 2006
 Fonte: Ibope/Telereport

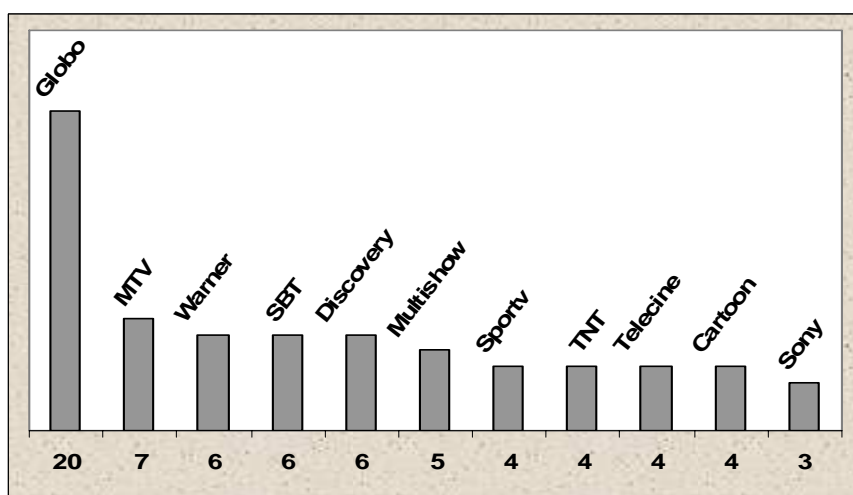


Figura 7 - Canais de TV Favoritos dos Jovens – 2006
 Fonte: TGI Ibope

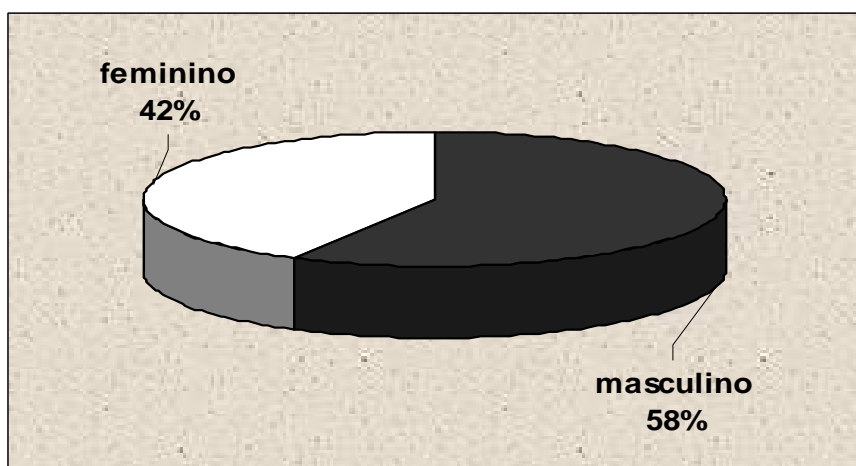


Figura 8 - MTV Brasil – audiência por sexo – 2006
 Fonte: TGI Ibope

O perfil de audiência da emissora coincide com a faixa etária e sexo dos afogados, pois envolve a população jovem masculina. A emissora não disponibilizou o grau de instrução, dificultando uma análise completa, mas pelo público, linguagem utilizada e identificação com os jovens, a MTV Brasil é uma boa opção para a divulgação de campanhas preventivas, desde que ocorra a assessoria de uma agência de publicidade para conciliar a mensagem da Corporação com a linguagem áudio-visual presente nos programas da emissora.

7.3 Rede Bandeirantes de Televisão

PROGRAMA (continua)	Dia	Hora	Sexo (%)		Faixa Etária (%)				
			HH	MM	4-11	12-17	18-24	25-49	50+
Primeiro Jornal	Seg/sex	0800	51	49	8	5	12	47	28
Bem Família	Seg/sex	0930	36	64	7	9	12	41	31
Esporte Total 1ª ed	Seg/sex	1200	60	40	10	13	17	37	23
Pra Valer	Seg/sex	1500	33	67	6	7	12	39	36
De Olho nas Estrelas	Seg/sex	1700	28	72	5	6	12	38	39
Esporte Total - 2ª ed	Seg/sex	1800	44	56	5	5	9	36	45
Brasil Urgente	Seg/sex	1815	46	54	5	5	7	37	46
Jornal da Band	Seg/sex	1920	51	49	6	5	6	35	48
Pic Nick	Seg/sex	2010	48	52	23	15	8	38	16
Paixões Proibidas	Seg/sex	2200	40	60	9	7	14	41	29
Boa Noite Brasil	2ª/3ª/4ª/6ª	2250	41	59	9	10	15	41	25
af									
Taken	Quinta	2250	47	53	8	10	15	48	19
Jornal da Noite	Seg/sex	0030	46	54	8	8	18	45	21
A Noite é uma Criança	Seg/sab	0115	52	48	7	10	19	43	21

PROGRAMA (conclusão)	Dia	Hora	Sexo (%)		Faixa Etária (%)				
			HH	MM	4-11	12-17	18-24	25-49	50+
Sabadaço	Sab.	1230	40	60	15	13	14	38	20
Esporte Camp. Italiano	Sab.	1700	64	36	10	9	13	41	27
Esporte Camp. Inglês	Sab.	1700	64	36	9	11	14	38	28
Repercute	Sab.	2200	41	59	6	4		38	44
Terra Sertaneja	Sab.	2230	38	62	6	5	9	39	41
Taken - reprise	Sab.	2330	48	52	6	7	16	44	27
Comando Madrug.	Sab.	0100	57	43	5	10	17	45	23
Cine Band Privê	Sab.	0245	ne	ne	ne	ne	ne	ne	ne
Esporte Camp. Italiano	Dom.	1200	66	34	9	12	14	38	27
Esporte Camp Inglês	Dom.	1200	69	31	7	12	16	43	22
Programa Raul Gil	Dom.	1600	41	59	8	6	9	36	41
Show do Esporte	Dom.	2100	52	48	9	7	10	38	36
Cana Livre	Dom.	2230	55	45	6	6	8	35	45
Cine Band Clássicos	Dom.	0000	ne	ne	ne	ne	ne	ne	ne
Faixa Horária – 2ª a Domingo									
0800 – 1200h			44	56	8	8	13	42	29
1200 – 1800h			42	58	10	9	12	38	31
1800 – 0200h			46	64	9	8	11	40	32
Média das 0800 às 0200h			44	56	9	8	12	39	32
Universo da população: 131.836.320									

Figura 9 - Perfil de audiência – TV Bandeirantes- 2006
Fonte: IBOPE/Teleport

A Rede Bandeirantes de Televisão, também conhecida como Band, é uma rede de emissoras de televisão brasileira pertencente ao Grupo Bandeirantes

de Comunicação, em operação desde 1967. Segundo o Grupo Bandeirantes de Televisão (2006), o perfil de audiência televisiva é o demonstrado na Figura 9.

Há um equilíbrio na audiência masculina com idade dos 18 aos 24 anos nas diversas faixas de horário e dias da semana, sem destaques que permitam identificar quais seriam os apropriados para a veiculação de campanhas preventivas; situação diferente em relação aos programas televisivos de esportes, variedades e jornalísticos que apresentam uma maior audiência junto ao público jovem masculino.

7.4 Diário “Lance!”

Editado por Areté Editorial S/A, seria, segundo o site da empresa (LANCENET, 2007), o maior diário de esportes das Américas, circulando com três edições distintas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais possuindo um formato de tablóide europeu e uma equipe de jornalistas distribuídas pelo Brasil. O veículo de comunicação divulga, basicamente, notícias de esportes, principalmente os relacionados a futebol, assunto esse de grande interesse para a população jovem masculina, como foi demonstrado, também, no perfil de audiência da Rede Bandeirantes de Televisão. Segundo a mesma fonte (LANCENET, 2007) possui um público com o seguinte perfil:

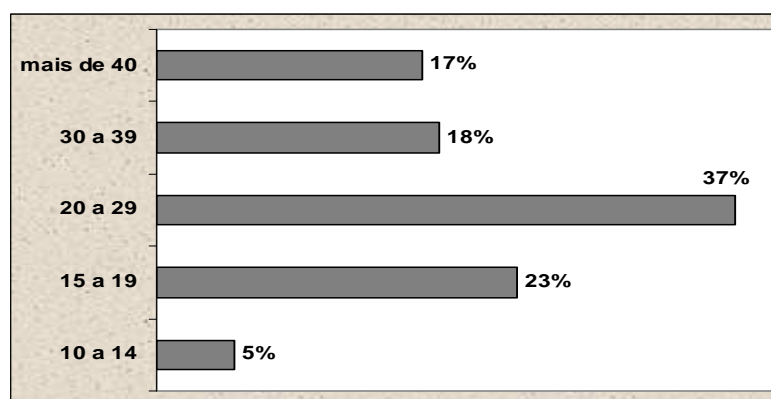


Figura 10 - Leitor do Lance! – faixa etária – 2007
Fonte: Lancenet

O público na faixa dos 15 aos 29 anos representa 60% dos leitores, comprovando que veículos de comunicação ou programas jornalísticos ligados ao

esporte podem oferecer meios no sentido que as orientações sobre prevenção de afogamentos atinjam o público desejado.

7.5 Metronews

Fundado em 14 de setembro de 1974, data em que foi inaugurado o sistema metroviário de São Paulo, tem como objetivo a informação e a prestação de serviço, circulando de segunda a sexta-feira em todas as estações do metrô da capital, com 120 mil exemplares diários, distribuídos gratuitamente (METRONEWS, 2007). Os leitores possuem o seguinte perfil:

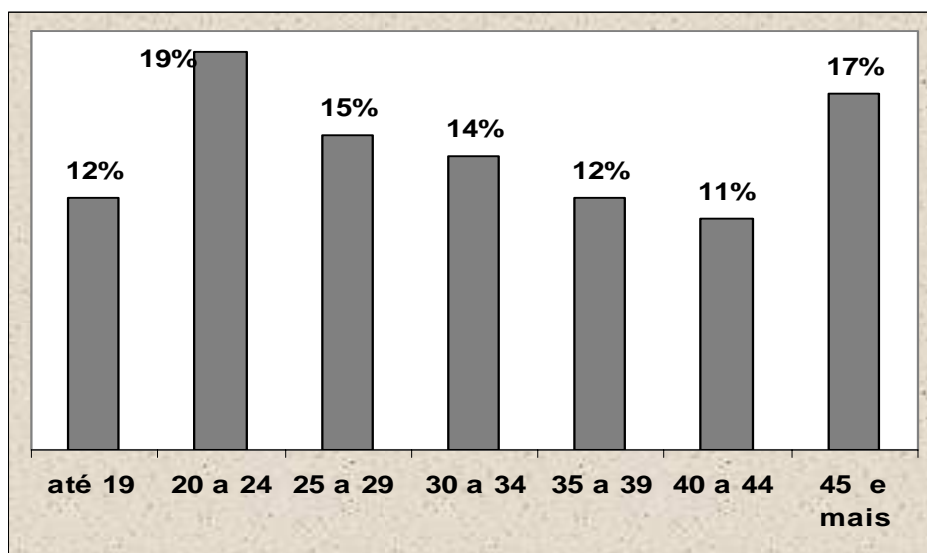


Figura 11 - Faixa etária do leitor – Metronews – 2007

Fonte: Metronews

A faixa etária dos leitores do Metronews assemelha-se ao perfil dos afogados, pois 31% pertencem à população jovem, entretanto, há diferenças em relação ao grau de instrução, pois, segundo a mesma fonte (METRONEWS, 2007), 66% dos usuários possuem, no mínimo, o ensino médio completo e, considerando a distribuição restrita à capital, este veículo de comunicação não é o ideal para os objetivos do trabalho em nível estadual, pelo menos de forma direta.

7.6 Internet

O Comitê Gestor da Internet no Brasil, denominado como CGI.br, foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 (BRASIL, 1995) e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003 (BRASIL, 2003), para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços sobre internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados (CGI.BR, 2007). Para atingir vários de seus objetivos, o CGI.br criou o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br, entidade civil, sem fins lucrativos, que, desde dezembro de 2005, implementa as decisões e projetos do comitê, tendo como atribuição a divulgação de indicadores, estatísticas e informações estratégicas sobre o desenvolvimento da internet brasileira por meio do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação, denominado como CETIC.br (CGI.BR, 2007).

O Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no país realizada, anualmente, em todo o território nacional. Uma das ferramentas do CETIC.br é a pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil, denominada de TIC Domicílios e Usuários, que mede o uso das tecnologias de comunicação e informação em domicílios, o acesso individual a computadores e à internet, as atividades desenvolvidas na rede, as barreiras de uso, o governo eletrônico, o comércio eletrônico, a segurança na rede e spam, as habilidades para o uso do computador e internet, o acesso sem fio, entre outros. Tais dados são relevantes para os objetivos do trabalho, pois o poder da informação é um requisito buscado incessantemente por todos os órgãos e entidades, sejam públicos ou privados e a internet é uma ferramenta poderosa para a difusão de conhecimentos e comunicação eletrônica entre as pessoas, desenvolvendo e crescendo de forma acelerada, gerando a obrigatoriedade do Estado de participar desse contexto. Diante desse quadro, é importante conhecer o perfil do internauta que, segundo o TIC Domicílios e Usuários (CETIC.BR, 2006), apresenta a seguinte descrição:

Proporção de indivíduos que já utilizaram um computador (%)		
Faixa etária	Sim	Não
16 a 24 anos	73,17	26,83
25 a 34 anos	56,68	43,32
35 a 44 anos	35,10	64,90
45 a 59 anos	18,67	81,33
Total Sudeste	49,22	50,78

Tabela 13 - Porcentual de uso de computador por faixa etária – 2006
 Fonte: CETIC.br

Frequência do acesso individual à internet (%)				
Perfil	Diariamente	Pelo menos	Pelo menos	Menos que
		uma vez por semana	uma vez por mês	uma vez por mês
Sexo masculino	49,95	35,95	10,79	3,31
Ensino fundamental	32,66	46,50	15,82	5,02
16 a 24 anos	46,59	37,68	11,96	3,77
Total Sudeste	47,49	37,93	10,24	4,34

Tabela 14 - Acesso à internet por perfil – 2006
 Fonte: CETIC.br

Interação com autoridades públicas (%)				
Perfil	Sexo	Ensino	16 a 24	<i>Total</i>
	masculino	fundamental	anos	
Obter informações	18,20	6,54	13,14	17,59
Download de formulários oficiais	8,40	1,32	5,11	6,25
Enviar e-mails para órgãos públicos ou formulários oficiais	8,38	1,56	6,44	7,55
Emitir vias para serviços e taxas	9,23	2,84	4,05	8,09
Fazer denúncias	1,76	0,06	1,47	0,98
Não acessou nos últimos 3 meses	15,16	4,39	15,83	15,23

Tabela 15 - Interação com autoridades públicas por perfil – 2006
 Fonte: CETIC.br

Indivíduos que usam a internet para educação (%)		
Perfil	Sim	Não
Sexo masculino	60,63	39,37
Ensino fundamental	61,56	38,44
16 a 24 anos	69,44	30,56
Total Sudeste	64,39	35,61

Tabela 16 - Uso da internet para educação – 2006

Fonte: CETIC.br

A internet ainda não está ao alcance de todos, mas não há dúvidas sobre o crescimento e da importância de sua utilização, em razão da globalização e da tendência de interação virtual que o mundo apresenta, constituindo uma ferramenta obrigatória para a difusão de ações preventivas visando à redução de afogados.

As tabelas 13 a 16 constataam a penetração da internet junto ao público jovem do sexo masculino, bem como a elevada frequência de acesso. Verifica-se, também, que o governo eletrônico possui baixa difusão junto ao público desejado, indicando que campanhas preventivas disponibilizadas nas páginas eletrônicas da Corporação tendem a não alcançar o resultado esperado; sendo recomendada a inclusão em sítios voltados à educação, esportes ou outros de acordo com perfil de audiência apresentado, conforme foi exposto neste capítulo.

PROGRAMAS SOCIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS

8.1 Programas Sociais Existentes

O Corpo de Bombeiros da PMESP, além de suas missões legalmente previstas, atua em programas sociais visando aliar os assuntos de interesse da Corporação na área de prevenção ao auxílio a segmentos carentes da sociedade, resultando em uma interação onde são oferecidos instrumentos de defesa para fatalidades ou emergências somados a benefícios sociais.

O Gabinete do Comando, órgão pertencente ao Estado-Maior do Corpo de Bombeiros, efetua o controle dos programas sociais existentes, mantendo ligação com a 5ª Seção do Estado-Maior da PMESP, sendo ambos participantes do Sistema de Comunicação do Governo do Estado, conforme o contido no Anexo G.

Segundo informações fornecidas pelo Gabinete do Comando do CCB (2007), conforme consta no Anexo H, os programas sociais executados atualmente são os que seguem abaixo.

8.1.1 “SOS – Bombeiros no Resgate da Cidadania”

O “SOS – Bombeiros no Resgate da Cidadania” é um programa social e educacional que envolve as Secretarias da Assistência e Desenvolvimento Social e da Segurança Pública, com a participação de entidades ou Organizações não-governamentais para cada núcleo de atendimento.

Atualmente, atende-se mais de 1.700 crianças e adolescentes em risco pessoal e social, de ambos os sexos, de 10 a 15 anos, em 23 municípios do Estado. A capital atende 360 crianças e adolescentes em seis Postos de Bombeiros sob a coordenação da Organização não-governamental Instituto Mensageiros.

O Programa tem como objetivo proporcionar a complementação escolar, utilizando a arte e a educação de valores, visando à inclusão social. Na área da saúde é realizado um acompanhamento nutricional, médico e odontológico.

É desenvolvido em períodos complementares à escola com jovens oriundos de famílias de comprovada baixa renda, até dois salários mínimos, ou que estejam passando por problemas escolares como evasão, frequência inferior a 75%, baixo aproveitamento, dificuldade de ensino e de relacionamento, ou, ainda, por encaminhamento de conselhos tutelares, todos visando o sucesso escolar, a reorganização familiar e a integração à sociedade.

As principais ações desenvolvidas são: arte, esporte, lazer, apoio escolar, educação preventiva de acidentes, todas desenvolvidas em Postos de Bombeiros, envolvendo também, a auto-estima, a cidadania, a disciplina, o auto-desenvolvimento e a escolarização, de forma prazerosa, por intermédio de oficinas que possibilitem a expressão nos campos da arte e do conhecimento, assim como o lazer e apoio escolar. São criadas, também, condições para que assumam responsabilidades individuais e grupais, ensinamentos de boas maneiras, além de estimular o gosto pela escola, o auto-respeito e o respeito pelo próximo.

São cumpridas fases metodológicas que, apesar de seqüenciais, na prática se relacionam: integração, participação e conscientização, ação de grupo, liderança e oficinas como brigada mirim, prevenção de acidentes, meio ambiente e cidadania, teatro, dança, capoeira, artes plásticas, esporte e apoio escolar.

8.1.2 Programa “Recicle Milhões de Vidas”

Trata-se de um programa em parceria com a empresa LOGA e com o Instituto RECICLE, objetivando a coleta de materiais recicláveis (metais, papéis,

plásticos, vidros, pilhas e baterias) e o resultado é convertido em benefício para várias entidades assistenciais.

Os moradores do Município de São Paulo contam com locais determinados para a coleta dos materiais recicláveis nos 29 Postos de Bombeiros existentes na capital, onde são orientados por funcionários especialmente contratados e treinados.

É um programa que, além do auxílio prestado a entidades assistenciais, contribui significativamente para o meio-ambiente, reciclando mais de uma tonelada de materiais ao ano.

8.1.3 Campanha “Bombeiro Sangue Bom”

Consiste em uma campanha anual para o público interno, desde 2004, visando à adesão voluntária do maior número possível de doadores de sangue, durante o mês de julho, período em que coincide o Dia do Bombeiro Brasileiro com as dificuldades da reserva de sangue nos hemocentros.

As doações são destinadas aos principais bancos de sangue do Estado de São Paulo, em especial a Fundação Pró-Sangue, que abastece aproximadamente 300 hospitais.

8.1.4 Programa “Amigo Bombeiro”

O objetivo do projeto é possibilitar o fornecimento de leite materno aos recém-nascidos, pela doação voluntária de outras mães, previamente cadastradas pelo hospital conveniado, numa demonstração de amor e solidariedade a seu semelhante.

A coleta é realizada, semanalmente, da seguinte forma:

- Uma auxiliar de enfermagem comparece na residência onde será feita a coleta, orientando a mãe doadora sobre o procedimento que será adotado;
- O bombeiro conduz a viatura com o leite coletado das respectivas residências até o hospital conveniado.

8.1.5 Programa “Bombeiro nas Escolas (PBE)”

O Programa Bombeiro nas Escolas tem a finalidade principal de levar ao aluno do ensino fundamental conhecimentos básicos na área de prevenção, combate a incêndio e primeiros socorros sendo destinado aos jovens, por intermédio de aulas teóricas e práticas, para desenvolver e familiarizar-se com hábitos e posturas prevencionistas.

Foi instituído pela Lei Municipal nº 480/94 (RIBEIRÃO PRETO, 1994), conforme Anexo I, no Município de Ribeirão Preto e inserido como carga de matéria obrigatória aos alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, preferencialmente aos matriculados na 8ª série, sendo ministrado e desenvolvido pelos membros do 9º Grupamento de Bombeiros. A responsabilidade inerente à execução e desenvolvimento do programa educacional é da Secretaria Municipal da Educação.

8.2 Perfil do Público Atendido pelos Programas

Conforme o modelo de questionário constante no Apêndice B foi realizada uma pesquisa qualitativa de campo visando descrever o perfil da comunidade atendida diretamente pelos programas sociais aplicados pelo Corpo de Bombeiros da PMESP. As respostas subsidiaram a elaboração de tabelas referentes a cada questão, todas relacionadas aos dados do perfil da vítima, analisado no capítulo 5¹⁰,

¹⁰ Ver p. 63 a 74.

e aspectos sobre o lazer e moradia, conforme foi descrito no estudo de caso¹¹, visando identificar possíveis semelhanças entre o perfil do afogado e o público atendido pelos programas sociais do CB e, desta forma, inserir o tema nos projetos existentes na Corporação.

Programas como “Bombeiro Sangue BOM”, “Amigo Bombeiro” e “Recicle Milhões de Vidas” foram excluídos em razão de não envolverem uma ação direta com a presença do Bombeiro ministrando orientações preventivas diretamente ao público. É conveniente mencionar, também, que o programa “Bombeiro Sangue Bom” envolve o público interno, conflitando com o objetivo da pesquisa.

Os questionários foram enviados a todos os Grupamentos de Bombeiros do Estado, perfazendo um total de 18, havendo o envio de cinco respostas, equivalente a 28%.

A pesquisa envolveu um público de 344 pessoas atendidas pelos programas “SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania” e “Bombeiro Mirim”, executados nas seguintes Unidades: 2º GB, 10º GB, 11º GB, 12º GB e 16º GB. Cabe esclarecer que nenhuma das Unidades que responderam à pesquisa ministra instruções de prevenção de afogamentos nos respectivos programas. Não houve, também, resposta de Unidades que ministram o programa “Bombeiros nas Escolas”.

Os resultados obtidos são os seguintes:

Programas existentes	%
SOS Bombeiros	60
Bombeiro Mirim	20
outros	20
total	100

Tabela 17 - Programas existentes no CB – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

Faixa etária	%
até 14 anos	74
de 15 a 24 anos	26
total	100

Tabela 18 - Idade do atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

¹¹ Ver p. 79 e 81.

Sexo	%
Feminino	35
Masculino	65
total	100

Tabela 19 - Sexo dos atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

Escolaridade	%
Fundamental incompleto	74,1
Fundamental completo	0,6
Médio incompleto	25,3
total	100

Tabela 20 - Escolaridade dos atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

Estado civil	%
Solteiro	100
Outros	0
total	100

Tabela 21 - Estado civil dos atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

Etnia	%
branca	48,8
parda	32,3
negra	14,2
amarela	1,2
outros	3,5
total	100

Tabela 22 - Etnia dos atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

Residência	%
Zona urbana	98,8
Zona rural	1,2
total	100

Tabela 23 - Residência dos atendidos pelo programa - 2007
Fonte: Pesquisa do autor

As tabelas 17 a 23 demonstram que a comunidade atendida pelos programas sociais aplicados pelo Corpo de Bombeiros da PMESP possui o seguinte perfil: branco, solteiro, sexo masculino, idade até 14 anos, ensino fundamental

incompleto como grau de instrução, reside em zona urbana e a maioria participa do programa “SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania”.

Habilidade aquática	%
sabe nadar	40
não sabe nadar	60
total	100

Tabela 24 - Habilidade aquática dos atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

Lazer aquático de preferência	%
Praias	35,6
Balneários Públicos	0,7
Parques aquáticos privados	4,4
Rios e lagoas	14,9
Represas	4,7
Piscinas	33,9
nunca utilizou este tipo de lazer	5,8
total	100

Tabela 25 - Lazer aquático dos atendidos pelo programa – 2007
Fonte: Pesquisa do autor

As tabelas 24 e 25 demonstram que o público atendido pelos programas sociais do Corpo de Bombeiros, em geral, não sabe nadar, mas freqüenta os locais de risco, principalmente piscinas e praias.

O perfil é bem próximo ao do afogado e, apesar da faixa etária ser menor, certamente a instrução envolvendo assuntos sobre prevenção de afogamentos atingiria o objetivo desejado a curto e médio prazo. Percebe-se, também, um comportamento de risco, pois a comunidade em questão freqüenta praias e piscinas, mas não sabe nadar e nem recebe orientações de como proceder para evitar um acidente com afogamento.

PROPOSTA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO PASSIVA

Após a elaboração do perfil das vítimas e dos aspectos locais e temporais das ocorrências envolvendo afogados e, ainda, da definição das prioridades, todos objetos deste trabalho, as propostas que visam regulamentar ações e medidas de prevenção passiva, no âmbito do Estado, especificamente os relacionados a águas internas, são os descritos abaixo:

- a) desencadeamento de uma campanha preventiva visando à redução de afogamentos em águas internas para orientar o público sobre os comportamentos de risco, mediante solicitação, via canal técnico, ao Sistema de Comunicações do Governo do Estado de São Paulo (SICOM), onde deve ser especificado o perfil das vítimas e da ocorrência para que, com o auxílio de uma agência de publicidade e de um instituto de pesquisa, possa se detectar o veículo e a linguagem de comunicação mais apropriada para atingir o público desejado;
- b) inclusão do tema salvamento aquático, prevenção de afogamentos, nas palestras, informativos e programas sociais “SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania”, “Bombeiro Mirim” e “Bombeiros nas Escolas”, com conteúdo padronizado, conforme o Plano de Didático constante do Apêndice G;
- c) alteração da legislação estadual e elaboração de um Decreto de Proteção Contra Afogamentos no Estado de São Paulo sugerindo a denominação de “AQUAPREV”, para disciplinar o funcionamento de balneários, regulamentar medidas que possam proteger e prevenir a ocorrência de afogamentos bem como fornecer meios para que, em um eventual acidente, vítimas possam ser resgatadas e socorridas de maneira ágil e eficiente, nos moldes do Regulamento de Proteção Contra Incêndios, conforme as propostas constantes nos Apêndices C, D, E e F;

- d) Elaboração de um Termo de Cooperação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) visando ações conjuntas na área de prevenção de afogamentos, onde a Corporação definiria o conteúdo e a Coordenadoria realizaria a confecção e distribuição de materiais educativos e placas de sinalização;
- e) inclusão do tema salvamento aquático, prevenção de afogamentos, nos Projetos e Programas de Educação Ambiental desenvolvidos pelo Policiamento Ambiental junto ao público externo;
- f) inclusão do tema salvamento aquático, prevenção de afogamentos, nos programas televisivos "A PM e Você" da TV Comunitária e no "Emergência 190" da TV Câmara, além de outros que a Corporação participe ou desenvolva;
- g) implementar esforços na aprovação do Projeto de Lei Federal nº 1685/03, que cria a profissão de guarda-vidas;
- h) inclusão do tema salvamento aquático, prevenção de afogamentos, na Semana Prevencionista, que ocorre anualmente no CB, direcionando ao público com o perfil desejado;
- i) inclusão do tema no Manual Técnico de Bombeiros-34 e Normas Operacionais de Bombeiros-17, ambos sobre Educação Pública;
- j) monitorar, periodicamente, a evolução dos afogamentos mediante acesso aos dados do Instituto Médico-Legal de São Paulo e do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde para aferir os resultados e, se for o caso, redefinir o perfis constantes no trabalho;
- k) priorizar a capital, 5º GB, 7º GB e 15º GB como Unidades que merecem maior atenção e recursos na prevenção de afogamentos.
- l) Elaboração de um Termo de Cooperação com o órgão federal competente para expedir licenças e fiscalizar as atividades de pesca amadora, visando difundir orientações sobre prevenção de afogamentos aos pescadores em cursos, formulários, cartilhas e

outros materiais que os usuários devem manusear, bem como inserir o fone de emergência 193 em equipamentos e documentos específicos para pesca, de porte obrigatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevenção é o meio mais racional para a redução dos afogamentos no Estado, prova disso são as campanhas de orientação divulgadas na mídia como as de vacinação, dengue, AIDS, cinto de segurança, dentre outros, que comprovam o fato.

A presença do Guarda-Vidas da Corporação orientando e, quando necessário, realizando o resgate de vítimas, certamente oferece uma maior sensação de segurança para a população. Entretanto, a presença do bombeiro em todos os locais de risco é inviável em razão do efetivo e meios necessários aliados à dispersão e variedade da hidrografia estadual, balneários, praias, dentre outros, comprovando o exposto na problemática apresentada na introdução dos trabalhos¹².

A dispersão e a variedade dos locais de risco exigem uma regulamentação de medidas no sentido de alertar a população das situações de periculosidade, bem como desenvolver ambientes seguros que possam reduzir as chances de um afogamento. Caso todas as medidas preventivas não sejam suficientes ou na ocorrência de falhas humanas, é necessário dispor de profissionais, equipamentos e materiais que, em tempo hábil, possibilitem o resgate das vítimas de forma eficaz.

O desencadeamento de uma campanha preventiva busca atingir o público de risco para alcançar o resultado desejado, mas, para isso, devemos conhecer esse público, uma das questões em que o trabalho é baseado.

Os projetos, programas sociais, cursos e palestras da Corporação possibilitam um contato direto do policial militar-bombeiro com o público visando, especificamente, a difusão de orientações e ensinamentos que ofereçam à população instrumentos de defesa que possam evitar o comportamento de risco e, conseqüentemente, uma fatalidade.

¹² Ver p.15.

O trabalho definiu prioridades em cada nível, desde localidades até aspectos temporais e perfil das vítimas, bem como apresentou algumas ferramentas apropriadas para que as medidas de prevenção sejam eficazes.

A concentração de esforços na redução do número de afogados em águas internas pode alcançar êxito, desde que haja planejamento, concentração de esforços e ações efetivas da Corporação, o que pode ser alcançado mediante a regulamentação do assunto.

Do exposto, conclui-se que as prioridades das medidas de prevenção passiva, visando à redução do número de afogados em águas internas no Estado de São Paulo são:

- a) adequação da legislação estadual e a publicação de um Decreto regulamentando a proteção contra afogamentos no Estado de São Paulo;
- b) reforço das atividades preventivas visando à redução de afogamentos na áreas do 5º GB, 7º GB e 15º GB;
- c) concentrar as ações preventivas de afogamentos em indivíduos jovens, solteiros, de etnia branca, sexo masculino e ensino fundamental como grau de instrução;
- d) concentrar as medidas preventivas de afogamentos em localidades situadas em zonas rurais com grande presença de águas naturais, especialmente os rios e os balneários públicos, em períodos do verão, principalmente no mês de janeiro e, no caso dos outros meses, todos os domingos.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Antonio dos Santos. **A prevenção como prioridade do Corpo de Bombeiros – proposta de padronização controle e maximização dos programas de educação preventiva desenvolvidos para a população.** 2000, 124 f. Monografia (Curso Superior de Polícia) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo.

ARETÉ EDITORIAL S/A. Diário Lance!. **Mídia.** 2007. Disponível em: <www.lancenet.com.br/midia/lance.htm>. Acesso em: 14 ago. 2007.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 2006.

_____. **Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003.** Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências. Disponível em: <www.cg.org.br/regulamentacao/decr4829.htm>. Acesso em: 01 out. 2007.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2007.

_____. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm#art4>. Acesso em: 03 out. 2007.

_____. **Normas de Publicidade do Governo Federal.** 2002. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/instrumentos/normas_publicdd_governol/Ac_Cenp/>. Acesso em: 10 jul. 07.

_____. **Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995.** Cria o Comitê Gestor Internet do Brasil. Disponível em: <<http://www.cg.org.br/regulamentacao/port147.htm>>. Acesso em: 01 out. 2007.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. TIC – Domicílios e Usuários. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil.** 2006. Brasil, 2007. Disponível em: <www.cetic.br/usuarios/tic/2006>. Acesso em: 14 ago. 2007.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Sobre o CGI.br.** 2007. Brasil, 2007. Disponível em: <www.cgi.br/sobre-cg/index.htm>. Acesso em: 27 ago. 2007.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Sistema de Informações sobre Mortalidade.** 2000-2004. Disponível em: <www.w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>. Acesso em: 12 jan. 2007.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID10**. 1993. v. 1. Disponível em: <www.datasus.gov.br/cid10/webhelp/cid10.htm>. Acesso em: 15 ago. 2007.

_____. **Histórico do Datasus**. 2007. Disponível em: <www.w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>. Acesso em: 12 jan. 2007.

_____. **Tabelas de óbitos por causas externas**. 2000 - 2004. Disponível em: <www.tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/extsp.def>. Acesso em: 12 jan. 2007.

DUARTE, Nelson Francisco. **Mortes por afogamento no Estado de São Paulo – realidade a ser vista pela Defesa civil e Corpo de Bombeiros**. 1993. Monografia (Curso Superior de Polícia) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo**. 2003. Disponível em <www.seade.gov.br/produtos/anuario/2003/index.php?tip=ment&opt=temas&cap=4&tema=edu#1>. Acesso em 13 ago. 2007.

_____. **Estatística de afogamentos por municípios**. 2000-2005. São Paulo, 2007. 18 p.

_____. **Histórico do Seade**. 2007. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. 2000, 2002, 2004. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

_____. **Perfil Municipal**. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/perfil.php>. Acesso em: 09 jan. 2007.

_____. **População do Estado de SP**. 2006. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos>. Acesso em: 12 jun. 2007.

GRUPO ABRIL. MTV Brasil. **Publicidade - Perfil**. 2006. Disponível em: <www.mtv.uol.com.br/publicidade/site/pesquisa/perfil.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2007.

_____. Revista Veja. **Perfil do leitor**. 2007. Disponível em: <www.veja.abril.com.br/idade/publiabril/midiakit/veja/perfil_leitor.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2007.

GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO. Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda. **Perfil de mídia TV**. 2006. Disponível em: <www.band.com.br/comercial/destaque.asp?tipo=C10>. Acesso em: 23 maio 2007.

IBGE. **Normas de apresentação tabular do IBGE**. 3. ed. Rio de Janeiro. 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conceitos e indicadores mínimos da população**. Brasil, 1992-1996. Disponível em: <www.ibge>.

gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 13 jul. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Almanaque IBOPE**. 2005. Brasil, 2007. Disponível em: <www.almanaqueibopec.com.br/asp/glossario.asp>. Acesso em: 21 ago. 2007.

INSTITUTO MÉDICO-LEGAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Necropsiados por afogamento – anual**. 2000-2006. São Paulo, 2007. 3 p.

_____. **Necropsiados por afogamento – mensal**. 2003-2006. São Paulo, 2007. 10 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação básica no Brasil**. [2003?]. Disponível em: <www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2007.

METRONEWS. **Perfil do leitor**. 2007. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.metronews.com.br>. Acesso em: 14 ago. 2007.

OYAMA, Luiz Hiroshi. **Prevenção aquática do 2º GBS na represa de Guarapiranga**. 1995, 134 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Centro Interamericano para el Desarrollo del Conocimiento en la Formación Profesional. **Juventude Brasileira: um estudo preliminar**. 2005. Disponível em: <http://www.cinterfor.orguy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/not/libro60/i/iii/index.htm>. Acesso em: 10 ago. 2007.

POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estrutura do Instituto Médico Legal**. 2007. Disponível em: <www.polcientifica.sp.gov.br/sptc/iml.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2007.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estrutura Operacional do Salvamar Paulista. **Intranet da Polícia Militar**, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.intranet.polmil.sp.gov.br/organizacao/unidades/17gb/index.html>. Acesso em: 01 out. 2007.

_____. Manual Técnico de Bombeiros da Polícia Militar Busca e Salvamento Aquático - MTB-9-PM. **Boletim Geral PM**, São Paulo, n. 051, 17 mar. 2004. Disponível em: <www.bg.polmil.sp.gov.br/boletim>. Acesso em: 26 jan. 2007.

_____. Norma Operacional de Bombeiros sobre Salvamento Aquático – NOB-27-PM. **Intranet da Polícia Militar**, São Paulo, 2004. Disponível em: <www.ccb.polmil.sp.gov.br/dop/index_norsob.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

_____. Normas Operacionais de Bombeiros sobre Educação Pública – NOB-17 – PM. **Intranet da Polícia Militar**, São Paulo, 2004. Disponível em: <www.intranet.ccb.polmil.sp.gov.br/unidades/dop/pagina_web_dop>. Acesso em: 01 ago. 2007.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ordem de Serviço nº CCB-020/214/06. **Sistema de Dados Operacionais do Corpo de Bombeiros**, 27 dez. 2006.

PRUDENSITE. **Dados gerais do Município de Presidente Prudente**. [entre 2000 e 2006]. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.prudensite.com.br>. Acesso em: 08 ago. 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Dados geográficos do Município de Garça**. 2004. São Paulo, 2007. Disponível em <www.prefgarca.sp.gov.br/html/modules/xt_conteudo>. Acesso em 08 ago. 2007.

_____. **Dados geográficos do Município de Marília**. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/index.htm>. Acesso em: 08 ago. 2007.

_____. **Dados geográficos do Município de Martinópolis**. 2004. São Paulo, 2006. Disponível em: <www.martinopolis.sp.gov.br/prefeitura/index.html>. Acesso em: 08 ago. 2007.

_____. **Dados geográficos do Município de Ourinhos**. 2005. São Paulo, 2007. Disponível em: <www.ourinhos.sp.gov.br/a_cidade/p_dados_gerais.asp>. Acesso em: 16 ago. 2007.

_____. **Dados geográficos do Município de Rancharia**. 2005. São Paulo, 2006. Disponível em: <www.rancharia.sp.gov.br/prefeitura/website/secoes/dados_geograficos.asp> . Acesso em: 08 ago. 2007.

_____. **Decreto nº 22.171, de 8 de maio de 1984**. Autoriza a celebração de convênios com municípios sobre serviços de bombeiros. Disponível em: <www.intranet.polmil.sp.gov.br/1empm/novaleg.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

_____. **Decreto nº 46.076, de 31 de agosto de 2001**. Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco para os fins da Lei nº 684, de 30 de setembro de 1975 e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.ccb.polmil.sp.gov.br/seguranca_incendio/decreto/decreto.htm>. Acesso em: 05 out. 2007.

_____. **Decreto nº 51.465, de 1 de janeiro de 2007**. Organiza a Secretaria de Comunicação e dá providências correlatas. Disponível em: <www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em: 21 ago. 2007.

_____. Departamento de Estradas de Rodagem. **Distância e Rotas entre Cidades**. 2006. Disponível em: <200.144.29.101/website/webrota/viewer.htm>. Acesso em: 20/ ago. 2007.

_____. **Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.intranet.polmil.sp.gov.br/1empm/novaleg.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

_____. **Lei nº 684, de 30 de setembro de 1975**. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com municípios, sobre serviços de bombeiros. Disponível em: <www.intranet.polmil.sp.gov.br/1empm/novaleg.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (1989). **Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo: Assembléia Legislativa, 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SALVAMENTO AQUÁTICO. **Drowning definition**. 2005. Disponível em: <www.sobrasa.org.br/biblioteca/biblioteca.html>. Acesso em: 27 ago. 2007.

_____. **Proposta de lei que regulamenta o uso de piscinas coletivas, praias particulares e formação de guarda-vidas de piscina**. 2004. Disponível em: <www.sobrasa.org/biblioteca/bibliotec a.htm>. Acesso em: 26 jan. 2007.

VILELA, Jefferson José Maciel. **Tratamento estatístico sobre as mortes por afogamento no Estado de São Paulo. O perfil do afogado no Estado de São Paulo: Estudo de caso – perfil do afogado no litoral paulista**. 1996, 111 f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo, São Paulo.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. **Dados gerais da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo**. 2000. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/wiki/ Santa_Cruz_do_Rio_Pardo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_do_Rio_Pardo)>. Acesso em: 16 ago. 2007.

_____. **Ensino Fundamental**. 2002. Disponível em: <www.wikipedia.org/index.php?title=Ensino_fundamental&actin=edit§ion=1>. Acesso em: 13 jul. 2007.

_____. **Ensino Médio**. 2002. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ensino_m%C3%A9dio>. Acesso em: 13 jul. 2007.

4. Solicito indicar o Programa em que seja ministrada instrução de natação ou prevenção de afogados com a respectiva carga horária:

PROGRAMA	Carga horária da instrução de natação/prevenção

5. Há palestras ministradas regularmente, no âmbito desse GB, sobre prevenção de afogamentos?

sim não

Em caso positivo, desde que ano e em quais períodos e locais (escolas, shoppings, via pública, represas, rios, parques aquáticos):_____

6. Notas de imprensa sobre prevenção de afogados são distribuídas regularmente por esse GB?

sim não

Em caso positivo desde que ano e em quais períodos?_____

7. Há prevenção ativa de afogamentos no âmbito desse GB?

sim não

caso positivo, indique os locais, ano que o serviço foi iniciado e em quais dias e horários da semana são realizados_____

DATA_____/_____/____

Unidade:_____

Identificação (opcional):

APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DOS ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS DO CB

PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS E EDUCATIVOS DESENVOLVIDOS PELO CORPO DE BOMBEIROS

OPM_____

- 1- Qual (is) dos **programas sociais** abaixo é (são) desenvolvido (s) nesse GB?
- a) () SOS Bombeiros no Resgate da Cidadania;
 - b) () Bombeiros nas Escolas;
 - c) () Bombeiro Mirim;
 - d) () Brasinha;
 - e) () não há;
 - f) () outros. Qual (is)?

As questões abaixo se referem aos GB que possuem programas educativos ou sociais, caso essa OPM não possua, solicito apenas identificar e enviar para o e-mail: 10gbb3@polmil.sp.gov.br ou suganuma@polmil.sp.gov.br, para fins de controle.

- 2- Qual a **faixa etária** dos usuários do programa? Caso houver mais de um programa social ou educativo com faixa etária distinta, especifique.

- a) () até 14 anos; _____
- b) () de 15 a 24 anos; _____
- c) () de 25 a 34 anos; _____
- d) () de 35 a 44anos; _____
- e) () mais de 44 anos. _____

- 3- Qual o **sexo** dos usuários do programa? Solicito especificar numericamente:

- a) () Feminino; _____
- b) () Masculino; _____

- 4- Qual o grau de **escolaridade** dos usuários do programa? Expressar numericamente:
- a) () nenhuma; _____
 - b) () Fundamental incompleto; _____
 - c) () Fundamental completo; _____
 - d) () Médio incompleto; _____
 - e) () Médio completo; _____
 - f) () Superior. _____
- 5- Qual o **estado civil** dos usuários do programa? Expressar numericamente:
- a) () Solteiro; _____
 - b) () Casado; _____
 - c) () Separado; _____
 - d) () Viúvo; _____
 - e) () Outros. _____
- 6- Qual a **etnia** dos usuários do programa? Expressar numericamente:
- a) () branca; _____
 - b) () parda; _____
 - c) () negra; _____
 - d) () amarela; _____
 - e) () outros. _____
- 7- Tipo de local onde **residem** os usuários do programa:
- a) () Zona urbana; _____
 - b) () Zona rural. _____
- 8- Quantidade de usuários do programa que sabem **nadar**: Expressar numericamente no campo ao lado:
- a) () SIM; _____ b) () NÃO. _____
- 9- Qual a opção de **lazer aquática normalmente utilizada** pelos usuários do programa? Expressar numericamente no campo ao lado de cada item:
- a) () Praias; _____
 - b) () Balneários Públicos; _____
 - c) () Parques aquáticos privados; _____
 - d) () Rios e lagoas; _____
 - e) () Represas; _____
 - f) () Piscinas; _____

g) () nunca se utilizou deste tipo de lazer; _____

h) () outros. _____ Citar: _____

10- Qual o meio de comunicação **mais acessado** pelos usuários do programa?

Expressar numericamente:

a) () Televisão; _____

b) () Rádio; _____

c) () Internet; _____

d) () Jornais e revistas; _____

e) () Outros. _____

Digitador: Posto/Grad _____ Nome de Guerra _____ Função: _____

Solicito enviar as respostas, via malote, para o 10º GB ou via e-mail para suganuma@polmil.sp.gov.br ou 10gbb3@polmil.sp.gov.br.

APÊNDICE C – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI 616/74

Lei nº _____, de ____ de _____ de _____

(Projeto de lei nº _____, do Deputado _____)

Altera a redação da Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 40 da Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 40º - O Comando do Corpo de Bombeiros compreende:

[...]

§ 2º - O Estado-Maior terá a seguinte organização:

[...]

7. 6ª Seção (B/6): Seção de Serviço Técnico, incumbida de:

[...]

b) executar e supervisionar o disposto na legislação do Estado, quanto à instalação de equipamentos e às medidas preventivas de afogamentos." (NR)

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos _____ de _____ de _____.

JOSÉ SERRA

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão

Secretário da Segurança Pública

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário – Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos _____ de _____ de _____.

APÊNDICE D – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA LEI 684/75

Lei nº _____, de ____ de _____ de _____

(Projeto de lei nº _____, do Deputado _____)

Altera a redação da Lei nº 684, de 30 de setembro de 1975, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com Municípios, sobre Serviços de Bombeiros.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 3º da Lei nº 684, de 30 de setembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 3º - Os municípios se obrigarão a autorizar o órgão competente do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, a pronunciar-se nos processos referentes à aprovação de projetos e à concessão de alvarás para construção, reforma ou conservação de imóveis, os quais, à exceção dos que se destinarem às residências unifamiliares, somente serão aprovados ou expedidos se verificada, pelo órgão, a fiel observância das normas técnicas de prevenção e segurança contra incêndios **e prevenção e segurança contra afogamentos.**” (NR)

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos ____ de _____ de _____.

JOSÉ SERRA

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão

Secretário da Segurança Pública

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário – Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos ____ de _____ de _____.

APÊNDICE E – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 22.171, DE 08 DE MAIO DE 1984

DECRETO Nº _____, DE ____ DE _____ DE _____

Altera as alíneas a, d, e, da cláusula segunda do modelo anexo ao Decreto nº 22.171, de 08 de maio de 1984, que autoriza a celebração de convênios com municípios sobre serviços de bombeiros.

JOSÉ SERRA, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições,

Decreta:

Artigo 1º - Ficam alteradas as alíneas a, d, e, da cláusula segunda do modelo anexo ao Decreto nº 22.171, de 08 de maio de 1984, com a seguinte redação:

- "a) prevenção de incêndios e afogamentos;
- d) proteção contra incêndios, afogamentos e salvamentos;
- e) aprovação de projetos de proteção contra incêndios e afogamentos".

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, ____ de _____ de _____.

JOSÉ SERRA

GOVERNADOR DO ESTADO

APÊNDICE F – PROPOSTA DE DECRETO REGULAMENTANDO A PROTEÇÃO CONTRA AFOGAMENTOS



ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº _____, DE _____ DE _____ DE _____.

Institui o Regulamento de Proteção Contra Afogamentos das edificações e áreas de risco, denominado “AQUAPREV”, para os fins da Lei nº 684, de 30 de setembro de 1975 e estabelece outras providências.

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

CAPÍTULO I **Disposições Preliminares**

Artigo 1º – Este Regulamento dispõe sobre as medidas de proteção contra afogamentos nas edificações e áreas de risco, atendendo ao previsto no artigo 144 § 5º da Constituição Federal, ao artigo 142 da Constituição Estadual, ao disposto na Lei Estadual nº 616, de 17 de dezembro de 1974 e na Lei Estadual nº 684, de 30 de setembro de 1975.

Artigo 2º – Os objetivos deste Regulamento são:

I – proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco exploradas, mantidas ou administradas por qualquer tipo de entidade ou pessoa física, contra afogamentos;

II – proporcionar condições ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, denominado no presente Regulamento como CBPMESP, para propor ações ou medidas junto ao poder público competente, no sentido de evitar ou reduzir a ocorrência de afogamentos em edificações ou áreas de risco que não sejam exploradas por qualquer tipo de entidade ou pessoa física;

III – oferecer à população conhecimentos que evitem a ocorrência de afogamentos;

IV – disciplinar a utilização dos integrantes do Corpo de Bombeiros e profissionais de salvamento aquático na prevenção de afogamentos; e

V – dar ao Corpo de Bombeiros condições de efetuar medidas de proteção contra afogamentos e, quando necessário, efetuar o salvamento e resgate de vítimas.

CAPÍTULO II Das Definições

Artigo 3º – Para efeito deste Regulamento são adotadas as definições abaixo descritas:

I – **Análise**: é o ato de verificação das exigências das medidas de segurança contra afogamentos das edificações e áreas de risco, no processo de segurança contra afogamentos;

II – **Áreas de Risco**: é o ambiente interno e externo à edificação que contém piscinas e ou quaisquer reservatórios de substâncias químicas, água doce ou salgada, artificial ou natural, com ou sem sistema eletromecânico para produção de ondas e com profundidades superiores a 50 (cinquenta) centímetros, explorados por qualquer entidade, seja em recintos públicos ou privados, destinados à utilização coletiva para banho, armazenamento, produção, lazer ou terapêutica, ainda que sem fins lucrativos, que possam oferecer riscos de afogamentos;

III – **Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)**: é o documento emitido pelo CBPMESP certificando que, durante a vistoria, a edificação e a área de risco possuíam as condições mínimas de segurança contra incêndios e

afofamentos, previstas pela legislação e constantes no processo, estabelecendo um período de revalidação;

IV – **Balneários:** local ou conjunto de locais com áreas destinadas ao banho coletivo com finalidade de lazer ou uso terapêutico, com frequência elevada de banhistas, aberto ou restrito ao público, com ou sem fins lucrativos, explorado por qualquer entidade ou pessoa física;

V – **Campanhas educativas:** reguladas pela ITCB sobre o assunto, são ações e medidas junto à mídia escrita, falada, televisiva, eletrônica e assemelhados visando orientar, esclarecer e divulgar mensagens, informativos, alertas e congêneres sobre comportamentos e atitudes que possam evitar ou diminuir a ocorrência de afogamentos, visando sensibilizar e convencer o público em geral, principalmente àqueles que possuem o perfil de risco; sendo de iniciativa do CBPMESP com o apoio de outros órgãos públicos ou privados, mediante convênio, termo de cooperação, protocolo de intenções ou outros meios legais e adequados;

VI - **Cartazes, cartilhas, panfletos, informativos e similares:** regulados pela ITCB sobre o assunto, são materiais escritos, eletrônicos e ou áudios-visuais destinados a divulgar mensagens, informativos, alertas e congêneres sobre comportamentos e atitudes que possam evitar ou diminuir a ocorrência de afogamentos, visando sensibilizar e convencer o público em geral, principalmente àqueles que possuem o perfil de risco, bem como auxiliar na execução de campanhas educativas e palestras, sendo o conteúdo definido pelo CBPMESP e a distribuição, divulgação e confecção mediante apoio de outros órgãos públicos ou privados, mediante convênio, termo de cooperação, protocolo de intenções ou outros meios legais e adequados;

VII - **Comissão Especial de Avaliação (CEA):** é um grupo de pessoas qualificadas, pelos respectivos órgãos competentes, no campo da segurança contra afogamentos, representativas de entidades públicas e privadas, com o objetivo de avaliar e propor alterações necessárias ao presente Regulamento;

VIII – **Comissão Técnica:** é o grupo de estudo do CBPMESP, instituído pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, com o objetivo de analisar e emitir pareceres relativos aos casos que necessitarem de soluções técnicas mais complexas ou apresentarem dúvidas quanto às exigências previstas neste Regulamento;

IX – **Edificação:** é a área construída destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento ou material;

X – **Equipamentos de proteção aquática:** dividem-se em dois tipos: o de prevenção ativa e os obrigatórios nas edificações e áreas de riscos constantes em projetos e verificados na vistoria; sendo ambos estabelecidos pela ITCB sobre o assunto, conforme a atividade e o risco, visando auxiliar o serviço de prevenção ativa, o salvamento e o resgate de afogados e, ainda, a proteção contra afogamentos;

XI – **Emergência:** é a situação crítica e fortuita que representa perigo à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio, decorrente de atividade humana ou fenômeno da natureza que obriga a uma rápida intervenção operacional;

XII – **Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros (ITCB):** é o documento técnico elaborado pelo CBPMESP que regulamenta as medidas de segurança contra incêndios e afogamentos nas edificações e áreas de risco;

XIII – **Isolamento das áreas de risco:** regulado pela ITCB sobre o assunto, é o ato de deixar determinada área ou local isolado, mediante barreiras ou sistemas que impeçam a entrada normal de pessoas, com a necessidade de vigilância contínua, de modo que o acesso ou trânsito possa ser realizado somente por proprietário, funcionário designado ou assemelhado;

XIV – **Ocupação:** é a atividade ou uso da edificação ou área de risco;

XV – **Medidas de Segurança Contra Afogamentos:** é o conjunto de ações, sinalizações, barreiras, dispositivos ou sistemas instalados nas edificações e áreas de risco para evitar o surgimento de um afogamento; fornecer condições e meios para o salvamento e resgate de vítimas e, ainda, propiciar a proteção à vida, ao meio ambiente e ao patrimônio;

XVI - **Palestras ministradas pelos integrantes do CBPMESP:** consiste na exposição de mensagens, informativos, alertas e congêneres sobre comportamentos e atitudes que possam evitar ou diminuir a ocorrência de afogamentos, visando sensibilizar e convencer o público em geral, principalmente àqueles que possuem o perfil de risco, sendo ministrada pelos integrantes do CBPMESP;

XVII – **Pesquisa sobre Afogados:** consiste na apuração das causas, circunstâncias e condições ocorridas nos afogamentos visando estabelecer ações ou medidas que reduzam tal fatalidade; visa, também, mediante estudos ou informações de outros órgãos, detectar e analisar locais de risco relevantes, mesmo aqueles não mantidos ou administrados por qualquer tipo de entidade ou que não apresentam alta concentração de público, para adotar ações ou medidas que possam evitar ou reduzir a ocorrência de afogamentos;

XVIII – **Posto de Bombeiro:** para fins de aplicação deste Regulamento, é a instalação física composta por equipamentos, materiais, efetivo do CBPMESP e meios de comunicação, todos estabelecidos em ITCB, para realizar, mediante convênio, a atividade de prevenção ativa em balneários públicos em conformidade com as tabelas anexas;

XIX – **Posto de Proteção Aquática :** para fins de aplicação deste Regulamento, é a instalação física composta por equipamentos, materiais, efetivo não pertencente ao CBPMESP e meios de comunicação, todos estabelecidos em ITCB, para realizar a atividade de prevenção ativa em conformidade com as tabelas anexas;

XX – **Prevenção ativa:** define-se pela presença do integrante do CBPMESP ou profissional da área, reconhecido pelo órgão competente, no local de risco, orientando, sinalizando, restringindo e, quando necessário, efetuando o salvamento e resgate de vítimas;

XXI – **Proteção contra afogamentos:** é o conjunto de medidas que visam: evitar ou dificultar a ocorrência de afogamento; fornecer meios de defesa para a população mediante orientações e a difusão de informativos e campanhas educativas; disciplinar o funcionamento dos locais de risco, mantidos por qualquer tipo de entidade, com alta concentração de público; utilizar de forma racional e regulamentar os bombeiros e profissionais públicos ou privados nas áreas de risco; propor ao poder público competente ações ou medidas que possam evitar a ocorrência de afogamentos em edificações ou área de risco não mantidos ou administrados por qualquer tipo de entidade.

XXII – **Processo de Segurança Contra Afogamentos:** é a documentação que contém os elementos formais exigidos pelo CBPMESP na apresentação das

medidas de segurança contra afogamentos de uma edificação e áreas de risco que devem ser projetadas para avaliação em análise técnica, podendo ser incluída no processo das medidas de segurança contra incêndios, desde que referente à mesma edificação ou área de risco;

XXIII – Profissionais de proteção contra afogamentos: é o profissional público ou privado, não integrante da PMESP, que possui formação ou especialização na área de prevenção ou salvamento aquático em estabelecimento de ensino habilitado e reconhecido pelo órgão competente; cabe observar que tanto a profissão como o estabelecimento de ensino devem ser reconhecidos pelos respectivos órgãos competentes para formar ou exercer a função de prevenção e salvamento de vidas em ambiente aquático;

XXIV – Programas sociais e educativos: são programas que visam aliar os assuntos de interesse da Corporação na área de prevenção de afogamentos, ao auxílio e fornecimento de benefícios sociais a segmentos carentes da sociedade que possuam o perfil de risco, resultando em uma integração com a comunidade, onde são oferecidos instrumentos de defesa para evitar ou reduzir a ocorrência de fatalidades ou emergências. São ações exercidas ou apoiadas pelo CBPMESP com o auxílio, ou não, de outros órgãos públicos ou privados, mediante convênio, termo de cooperação, protocolo de intenções ou outros meios legais e adequados;

XXV – Responsável Técnico: é o profissional habilitado pelo órgão competente para elaboração e ou execução de atividades relacionadas à segurança contra afogamentos;

XXVI - Restrição de acesso às áreas de risco: regulado por ITCB, consiste em sistemas ou barreiras que dificultam o acesso de crianças ao local de risco e, ainda, possam alertar os demais quanto à limitação ou restrição do fluxo de pessoas; abrange um local ou um conjunto de locais com acesso controlado e de responsabilidade do proprietário, funcionários ou assemelhados.

XXVII – Segurança Contra Afogamentos: é o conjunto de ações e recursos internos e externos à edificação e áreas de risco que permite evitar a ocorrência de afogamentos e oferecer condições para, se necessário, efetuar o salvamento e resgate de vítimas de forma eficiente;

XXVIII – **Sinalização das áreas de risco:** regulada pela ITCB sobre o assunto, consiste na fixação de placas ou assemelhados, plenamente visíveis ao público em geral, que contenham símbolos, mensagens de alerta ou procedimentos a serem adotados para evitar ou prevenir a ocorrência de afogamentos na área de risco abrangida pela sinalização, com conteúdo definido e padronizado pelo presente regulamento. Nas plantas, objeto de análise pelo Serviço de Segurança Contra Afogamentos, consiste em símbolos ou figuras padronizadas distribuídas nas áreas de risco conforme o tipo, classificação, dimensão e localização, tudo de acordo com a ITCB sobre o assunto;

XXIX – **Vistoria:** é o ato de verificar o cumprimento das exigências das medidas de segurança contra incêndios e afogamentos nas edificações e áreas de risco, mediante inspeção no local.

CAPÍTULO III

Da Aplicação

Artigo 4º – Ao CBPMESP, por meio do Serviço de Segurança Contra Afogamentos, cabe regulamentar, analisar e vistoriar as medidas de segurança contra afogamentos nas edificações e áreas de risco.

Artigo 5º – As normas de segurança previstas neste Regulamento se aplicam às edificações e áreas de risco, devendo ser observadas por ocasião da:

I – construção e reforma;

II – mudança da ocupação ou uso;

III – ampliação de área construída;

IV – regularização das edificações e áreas de risco, existentes na data de publicação deste Regulamento.

§ 1º – Estão excluídas das exigências deste Regulamento:

1 – residências exclusivamente unifamiliares;

2 – residências exclusivamente unifamiliares localizadas no pavimento superior de ocupação mista, com até dois pavimentos e que possuam acessos independentes.

§ 2º – Quando existirem ocupações mistas que não sejam separadas por compartimentação, aplicam-se as exigências da ocupação de maior risco. Caso haja compartimentação, aplicam-se as exigências de cada risco específico.

§ 3º – Para que a ocupação mista se caracterize é necessário que a área destinada às ocupações principais diversas, excluindo-se a maior delas, seja superior a 10% da área total do pavimento onde se situa.

§ 4º – Não se considera como ocupação mista, o local onde predomine uma atividade principal juntamente com atividades subsidiárias, fundamentais para sua concretização.

§ 5º – São consideradas existentes as edificações e áreas de risco construídas ou regularizadas anteriormente à publicação deste Regulamento, com documentação comprobatória, desde que mantidas as áreas e ocupações da época.

CAPÍTULO IV

Do Serviço de Segurança contra Afogamentos

Artigo 6º – O Serviço de Segurança Contra Afogamentos compreende o conjunto de Unidades do CBPMESP, com a finalidade de desenvolver as atividades relacionadas à prevenção e proteção contra afogamentos nas edificações e áreas de risco, observando-se o cumprimento das exigências estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 7º – São funções do Serviço de Segurança Contra Afogamentos:

I – regulamentar as medidas de segurança contra afogamentos;

II – credenciar seus oficiais e praças;

III – analisar o processo de segurança contra afogamentos;

IV – realizar a vistoria nas edificações e áreas de risco;

V – analisar sobre a necessidade ou não da presença de integrantes do CBPMESP e profissionais de proteção aquática nas edificações e áreas de risco;

VI – pesquisa sobre afogados;

VII – propor ao Comando da Unidade ações ou medidas que possam evitar a ocorrência de afogamentos em edificações ou área de risco não mantidos ou administrados por qualquer tipo de entidade, para cientificar o poder público competente;

VIII – expedir o AVCB;

IX – cassar o AVCB.

CAPÍTULO V

Dos Procedimentos Administrativos

Artigo 8º – Ao Serviço de Segurança Contra Afogamentos cabe credenciar seus integrantes por meio de cursos de habilitação e treinamentos.

Artigo 9º – O AVCB será expedido pelo Corpo de Bombeiros, desde que as edificações e áreas de risco estejam com suas medidas de segurança contra incêndio e afogamentos projetados e instalados de acordo com respectivo processo aprovado, após a vistoria de que trata o artigo 10.

§ 1º – O processo será iniciado com o protocolo de requerimento, devidamente instruído com o projeto técnico que deve conter plantas, especificações das medidas de segurança contra afogamentos e demais documentos necessários à demonstração do atendimento das disposições técnicas contidas neste Regulamento e nas respectivas ITCB.

§ 2º – O processo será objeto de análise por Oficial ou Praça credenciado pelo Serviço de Segurança Contra Afogamentos.

§ 3º – O indeferimento do processo deverá ser motivado, com base na inobservância, pelo interessado, das disposições contidas neste Regulamento e nas respectivas ITCB.

§ 4º – O requerente será sempre notificado quanto ao resultado da análise do processo, só devendo executar as medidas de segurança contra afogamentos quando de sua aprovação.

§ 5º – O processo será aprovado, desde que sanadas as observações apontadas em análise.

§ 6º – O AVCB terá validade, a contar de sua expedição, de 2 (dois) anos para os locais de reunião de público e de 3 (três) anos para as demais ocupações, com exceção das construções provisórias, que terão prazo estabelecido de acordo com suas características peculiares, conforme descrito na ITCB sobre Procedimentos Administrativos.

Artigo 10 – A vistoria nas edificações e áreas de risco será feita mediante solicitação do proprietário, responsável pelo uso, responsável técnico, Ministério Público, Poder Judiciário ou autoridade competente.

§ 1º – As medidas de segurança contra afogamentos aprovadas pelo CBPMESP devem ser projetadas e executadas por profissionais ou empresas habilitadas.

§ 2º – O AVCB só será expedido, desde que verificadas “in loco” o funcionamento e execução das medidas de segurança contra incêndios e afogamentos, de acordo com o processo aprovado em análise, ou ainda, desde que sanadas as possíveis observações apontadas em vistoria.

§ 3º – Após a emissão do AVCB, constatada irregularidade nas medidas de segurança contra incêndios ou afogamentos previstas neste Regulamento, o CBPMESP providenciará a sua cassação, mediante processo regular estabelecido em ITCB.

§ 4º – Na vistoria, compete ao CBPMESP a verificação das medidas de segurança contra incêndios e afogamentos previamente aprovadas, bem como seu funcionamento, não se responsabilizando pela instalação, manutenção ou utilização indevida.

Artigo 11 – O proprietário ou o responsável técnico poderá solicitar informações sobre o andamento do processo ou do pedido de vistoria, ao Serviço de Segurança Contra Afogamentos do CBPMESP.

Artigo 12 – A apresentação de norma técnica ou literatura estrangeira pelo interessado deverá estar acompanhada de tradução juramentada para a língua portuguesa, a fim de ser verificada sua compatibilidade com os objetivos deste Regulamento.

Artigo 13 – Será objeto de análise específica pela Comissão Técnica as edificações e áreas de risco cuja ocupação ou uso não se encontrem entre aqueles relacionados no presente Regulamento.

Artigo 14 – O proprietário, o responsável pelo uso ou o responsável técnico, poderá interpor recurso das decisões do Corpo de Bombeiros, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da vista dos autos do processo administrativo.

§ 1º – O recurso será dirigido ao Comandante da Unidade que praticou o ato.

§ 2º – Recebido o recurso, o Comandante da Unidade o decidirá no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo.

§ 3º – A decisão será publicada em Diário Oficial do Estado.

Artigo 15 – Caberá recurso, em última instância administrativa, ao Comandante do Corpo de Bombeiros, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da decisão a que alude o § 3º do artigo anterior.

Parágrafo único – Recebido o recurso, o Comandante do Corpo de Bombeiros o decidirá no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo.

CAPÍTULO VI

Das Responsabilidades

Artigo 16 – Nas edificações e áreas de risco a serem construídas cabe aos respectivos autores e ou responsáveis técnicos, o detalhamento técnico dos projetos e instalações das medidas de segurança contra afogamentos, objeto deste Regulamento, e ao responsável pela obra, o fiel cumprimento do que foi projetado.

Artigo 17 – Nas edificações e áreas de risco já construídas é de inteira responsabilidade do proprietário ou do responsável pelo uso, a qualquer título:

I – utilizar a edificação e equipamentos de acordo com o uso para os quais foram projetados;

II – tomar as providências cabíveis para a adequação da edificação e áreas de risco às exigências deste Regulamento, quando necessário.

Artigo 18 – O proprietário do imóvel ou o responsável pelo uso obrigam-se a manter as medidas de segurança contra afogamentos em condições de utilização, providenciando sua adequada manutenção, sob pena de cassação do AVCB, independentemente das responsabilidades civis e penais cabíveis.

CAPÍTULO VII

Das Medidas de Segurança contra Afogamentos

Artigo 19 – Constituem medidas de segurança contra afogamentos:

I – isolamento das áreas de risco;

II – sinalização das áreas de risco;

III – restrição de acesso às áreas de risco;

IV – equipamentos de proteção, resgate e salvamento aquático;

V – campanhas educativas;

VI – cartazes, cartilhas, panfletos, informativos e similares;

VII – palestras ministradas pelos credenciados do CBPMESP;

VIII – programas sociais e educativos;

IX – prevenção ativa exercida pelos integrantes do CBPMESP;

X – prevenção ativa exercida pelos profissionais de proteção contra afogamentos, reconhecidos pelo órgão competente.

§ 1º – Para a execução e implantação das medidas de segurança contra afogamentos devem ser atendidas as Instruções Técnicas elaboradas pelo CBPMESP e o constante nas tabelas anexas.

§ 2º – As medidas de segurança contra afogamentos das edificações e áreas de risco objeto de análise de projeto e vistoria são os previstos nos incisos I, II, III, IV, IX e X, todos do artigo 19.

§ 3º – As medidas de segurança contra afogamentos previstas nos incisos V, VI, VII e VIII, todos do artigo 19 referem-se à atuação do CBPMESP constante no inciso II e III do artigo 2º, obedecendo às ITCB específicas sobre o assunto, podendo ser objeto de termo de cooperação, convênios e similares com outros órgãos sejam públicos ou privados.

§ 4º – As medidas de segurança contra afogamentos das edificações e áreas de risco devem ser projetadas e executadas para atender aos objetivos deste Regulamento, podendo ser incluídas no processo de segurança contra incêndios da mesma edificação ou área de risco.

CAPÍTULO VIII

Do Cumprimento das Medidas de Segurança contra Afogamentos

Artigo 20 – Na implantação das medidas de segurança contra afogamentos, as edificações e áreas de risco devem atender às exigências contidas neste capítulo.

Artigo 21 – Cada medida de segurança contra afogamentos deve obedecer aos parâmetros estabelecidos na ITCB respectiva e as tabelas constantes dos anexos.

Artigo 22 – Serão objetos de ITCB os seguintes assuntos:

I – procedimentos administrativos;

II – conceitos básicos de segurança contra afogamentos;

III – terminologia de proteção contra afogamentos;

IV – Símbolos gráficos para projeto de proteção contra afogamentos

V – isolamento e restrição às áreas de risco;

- VI – sinalização das áreas de risco;
- VII – campanhas educativas;
- VIII – cartazes, cartilhas, panfletos, informativos e similares;
- IX – palestras ministradas pelos integrantes do CBPMESP;
- X – prevenção ativa exercida pelos integrantes do CBPMESP e pelos profissionais de proteção contra afogamentos reconhecidos pelo órgão competente, na área de risco;
- XI – programas sociais e educativos;
- XII – equipamento de proteção, salvamento e resgate aquático;
- XIV – Posto de Bombeiros em balneários – critérios para instalações, efetivo, materiais e equipamentos necessários para proteção contra afogamentos;
- XV – Posto de Proteção Aquática – critérios para instalações, efetivo, materiais e equipamentos necessários para proteção contra afogamentos;
- XVI – outros julgados necessários pela Comissão Especial de Avaliação (CEA).

CAPÍTULO IX

Da Classificação das Edificações e Áreas de Risco

Artigo 23 – Para efeito deste Regulamento, as edificações e áreas de risco são classificadas na tabela 2 constante do anexo.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais

Artigo 24 – Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação (CEA), prevista no inciso VII, do artigo 3º do presente Regulamento que é presidida pelo Comandante do CBPMESP e composta por 2 (dois) representantes da própria Corporação, 2 (dois) representantes do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), 2 (dois) representantes de entidades públicas ou privadas ligadas às questões de saúde, segurança ou prevenção contra afogamentos, 2 (dois) representantes de Universidades, 2 (dois) representantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas e outros representantes afins.

Parágrafo único – Caberá ao presidente a nomeação dos demais integrantes que compõem a CEA, que deverão reunir-se bimestralmente em local apropriado, nas instalações do Comando do CBPMESP.

Artigo 25 – Competirá à Comissão a que alude o artigo anterior:

I – avaliar a execução das normas previstas neste Regulamento e os eventuais problemas ocorridos em sua aplicação;

II – apresentar propostas de alteração do Regulamento.

Parágrafo único – As propostas de alteração do Regulamento e das ITCB deverão ser apreciadas por Comissão Técnica antes de serem homologadas pelo Comandante do CBPMESP, desde que as considere convenientes e oportunas e na medida em que atendam aos objetivos deste Regulamento.

Artigo 26 – Decorridos 2 (dois) anos de vigência deste Regulamento, a CEA apresentará uma proposta para sua revisão.

Artigo 27 – O presente regulamento atenderá, no que couber, às medidas previstas no Regulamento de Segurança contra Incêndio.

Artigo 28 – O efetivo e o quadro de organização do CBPMESP serão adequados para atender às exigências do presente regulamento no prazo de um ano a contar da publicação do presente Decreto, devendo ser revisado e adequado anualmente.

Artigo 29 - Até a regulamentação da profissão relacionada à proteção contra afogamentos pelo órgão competente, serão aceitos profissionais da área de segurança pública ou privada com atuação restrita para orientação ao público e acionamento do serviço de emergência, caso necessário.

Artigo 30 – Este Decreto entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, _____ de _____ de _____.

JOSÉ SERRA

Ronaldo Augusto Bretas Marzagão

Secretário da Segurança Pública

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário – Chefe da Casa Civil

Sidney Beraldo

Secretário do Governo e Gestão Pública

ANEXO a que se refere o Decreto nº _____, de ____ de _____ de _____

TABELA 1
CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À
OCUPAÇÃO

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
A	Residencial	A-1	Habitação unifamiliar, multifamiliar e coletiva	Casas térreas ou assobradadas (isoladas e não isoladas) e condomínios horizontais; edifícios de apartamento em geral; pensionatos, internatos, alojamentos, mosteiros, conventos, residências geriátricas. Capacidade máxima de 16 leitos; todos acima que apresentem risco baixo.
		A-2	Habitação especial	Habitações constantes da classificação A-1 com a presença de risco alto.
B	Serviço de Hospedagem	B-1	Hotel e assemelhado	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, albergues, casas de cômodos e divisão A3 com mais de 16 leitos e assemelhados; hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se apart-hotéis, hotéis residenciais) e assemelhados; todos acima com risco baixo.
		B-2	Hotel especial	Hotéis constantes da classificação B-1 com a presença de risco alto.

Grupo	Ocupação/Usos	Divisão	Descrição	Exemplos
C	Comercial	C-1	Comércio em geral	Edifícios de lojas de departamentos, magazines, galerias comerciais, comércio de piscinas; supermercados em geral, mercados e outros; Centro de compras em geral (shopping centers); todos acima com risco baixo.
		C-2	Comércio em geral	Locais constantes da classificação C-1 com a presença de risco alto.
		C-3	Comércio especial	Locais constantes da classificação C-1 com a presença de risco especial.
D	Balneários	D-1	Públicos	Prainhas, thermas, orla marítima, represas fluviais ou lacustres parques aquáticos e assemelhados com o objetivo de banho (inclusive terapêutico ou medicinal) e lazer, mantidos pelo poder público sem a cobrança de emolumentos.
		D-2	Privados	Prainhas, thermas, orla marítima, represas fluviais ou lacustres, parques aquáticos e assemelhados com o objetivo de banho (inclusive terapêutico ou medicinal) e lazer, restritos ao público.

Grupo	Ocupação/Usos	Divisão	Descrição	Exemplos
		D-3	Terapêuticos	Edificações específicas para banho terapêutico, águas medicinais, sulfurosas ou assemelhadas, com reservatórios ou piscinas de no máximo 50 cm de profundidade, mantidos ou não pelo poder público.
		D-4	Misto	Prainhas, thermas, orla marítima, represas fluviais ou lacustres e assemelhados com o objetivo de banho (inclusive terapêutico ou medicinal) e lazer mantidos pelo poder público com a cobrança de emolumentos.
E	Educacional e cultura física	E-1	Cursos em geral	Escolas de artes e artesanato, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira; escolas religiosas e assemelhadas; locais de ensino e ou práticas de artes marciais, ginástica (artística, dança, musculação e outros); esportes (tênis, futebol e outros), sauna, casas de fisioterapia e assemelhados coletivos. Todos acima que não possuam locais de risco alto ou especiais. todos acima que possuam as modalidades natação, hidroginástica e assemelhados, com risco baixo.

Grupo	Ocupação/Usos	Divisão	Descrição	Exemplos
		E-2	Centro de treinamento profissional	Escolas e academias específicas de natação.
		E-3	Escolas especiais	Creches, escolas maternas, jardins-de-infância, escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, cursos supletivos e pré-universitários e assemelhados; escolas para excepcionais, deficientes visuais e auditivos e assemelhados; todos acima que possuam áreas de risco alto.
		E-4	Escolas em geral	Creches, escolas maternas, jardins-de-infância, escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, cursos supletivos e pré-universitários e assemelhados; escolas para excepcionais, deficientes visuais e auditivos e assemelhados que possuam áreas de risco baixo.

Grupo	Ocupação/Usos	Divisão	Descrição	Exemplos
F	Local de Reunião de Público	F-1	Geral	Museus, centro de documentos históricos, bibliotecas e assemelhados; igrejas, capelas, sinagogas, mesquitas, templos, cemitérios, crematórios, necrotérios, salas de funerais e assemelhados; estações de rodovias e ferroviárias e marítimas, portos, metrô, aeroportos, heliponto, estações de transbordo em geral e assemelhados; estádios, ginásios com arquibancadas, rodeios, autódromos, sambódromos, arenas em geral, academias, pista de patinação e assemelhados; teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados; boates, clubes em geral, salões de baile, restaurantes dançantes, clubes sociais, bingo, bilhares, tiro ao alvo, boliche e assemelhados; jardim zoológico, parques recreativos e assemelhados; salões e salas de exposição de objetos e animais, show-room, galerias de arte, planetários e assemelhados; restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios e assemelhados; todos acima com risco baixo.

Grupo	Ocupação/Usos	Divisão	Descrição	Exemplos
		F-2	Especial	Todos os mencionados na classificação F-1 com risco alto; áreas restritas para atividade de pesca; aquários públicos e privados e assemelhados.
G	Indústria	G-1	Locais onde as atividades exercidas e os materiais e reservatórios utilizados apresentam áreas de risco alto.	Indústrias, usinas, agroindústrias, produção pesqueira e assemelhados.
		G-2	Locais onde as atividades exercidas e os materiais e reservatórios utilizados apresentam áreas de risco especial.	Indústrias, refinarias, destilarias, usinas, tanques, parques de tanques, agroindústrias e assemelhados.
		G-3	Locais onde as atividades exercidas e os materiais apresentam risco baixo.	Atividades não englobadas na classificação G-1 e G-2 com a presença de risco baixo.
H	Áreas de proteção ambiental	H-1	Locais com a presença de áreas de risco alto.	Praias, Florestas, quedas d'água, reserva de animais e assemelhados.
		H-2	Locais em que há a presença de áreas com risco baixo.	Locais acima não enquadrados como risco alto.

TABELA 2
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS OCORRÊNCIAS DE AFOGAMENTOS

Risco	Especificação
Alto	Presença de piscina, reservatórios, diques, tanques, represas, açudes, riachos, cachoeiras; praias lacustres, fluviais ou marítimas, rios, lagoas, córregos e assemelhados.
Especial	Presença de qualquer tipo de reservatório, tanques, córregos e assemelhados que contenham substâncias químicas, tóxicas, combustíveis, corrosivos e assemelhados; locais que não possuam índice de balneabilidade expedido por órgão competente.
Baixo	Presença de chafariz, espelhos d'água, reservatórios, tanques e assemelhados, todos com menos de 50 cm de profundidade, não havendo locais de risco alto.

NOTA GERAL

O Risco Especial é aplicado, no que couber, a produtos perigosos, devendo ser observado a legislação sobre o assunto.

TABELA 3
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO

Medidas de Segurança contra afogamentos	A1 A2 B1 C1 C2 D3 E1 E4 F1 H2	B2 D2 D4 E2 E3 F2 G1 H1	D1	C3	G2
Isolamento das áreas de risco.				X	X
Sinalização das áreas de risco.	X	X	X	X	X
Restrição de acesso às áreas de risco.	X	X	X	X	X
Equipamentos de proteção contra afogamentos.	x	X	X	X	X
Prevenção ativa exercida pelos profissionais de proteção contra afogamentos reconhecidos pelo órgão competente.		X	X		X
Prevenção ativa exercida pelos integrantes do CBPMESP.			X		

NOTAS GERAIS

1 – A ITCB sobre o assunto definirá detalhes sobre os equipamentos necessários para uso, tipos de sinalização, formas de limitação e isolamento, bem como o emprego de bombeiros e profissionais na prevenção ativa, conforme a classificação do risco.

2 – A segurança em embarcações obedece ao previsto em legislação federal.

3 – Na segurança contra afogamentos em áreas de proteção ambiental deve ser observada, também, a legislação federal sobre o assunto em razão de haver competência legislativa concorrente entre a União e Estados.

APÊNDICE G – PROPOSTA DE PLANO DIDÁTICO PADRÃO SOBRE PREVENÇÃO DE AFOGAMENTOS

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORPO DE BOMBEIROS
SALVAMENTO AQUÁTICO

PLANO DIDÁTICO DE MATÉRIA

MATÉRIA	CARGA HORÁRIA
Prevenção de afogamentos	75 min

2007

1. OBJETIVOS:

- 1.1. propor experiência de aprendizagem que proporcione ao participante:
 - 1.1.1. sensibilizar-se em relação à gravidade da ocorrência de afogamentos;
 - 1.1.2. identificar os locais de risco em geral e os da sua região;
 - 1.1.3. identificar e evitar os comportamentos de risco;
 - 1.1.4. conhecer procedimentos básicos a serem adotados na ocorrência de afogamentos, até a chegada das guarnições do CBPMESP;
 - 1.1.5. acionamento correto do telefone de emergências – 193.

2. UNIDADES DIDÁTICAS E CARGA HORÁRIA:

Nº	UNIDADES DIDÁTICAS	CARGA HORÁRIA
01	Introdução	02 min
02	Situação atual de afogamentos	06 min
03	Locais com maior incidência de afogados	12min
04	Precauções e procedimentos para evitar a ocorrência de afogamentos	25min
05	Procedimentos na ocorrência de afogamentos	30min
TOTAL		75 min

3. OBJETIVOS DAS UNIDADES DIDÁTICAS:

- 3.1. Introdução:
 - 3.1.1. identificar os participantes e o palestrante;
 - 3.1.2. identificar a finalidade e os objetivos da palestra.

- 3.2. Situação atual de afogamentos:
 - 3.2.1. explicar os locais de risco e suas peculiaridades – rios, represas, praias, balneários, piscinas;
 - 3.2.2. relatar o número e o perfil de afogados em águas internas, na orla marítima no Estado e na localidade da palestra.

3.3. Locais com maior incidência de afogados:

3.3.1. indicar os pontos críticos da região em relação a afogamentos, mencionando a ocorrência de casos concretos e a relação com o público presente.

3.4. Precauções e procedimentos para evitar a ocorrência de afogamentos:

3.4.1. crianças;

3.4.2. cuidados a serem observados antes de adentrar ao local de risco;

3.4.3. cuidados a serem observados no local de risco;

3.4.4. conhecendo o serviço do Guarda-Vidas.

3.5. Procedimentos na ocorrência de afogamentos:

3.5.1. telefone de emergência 193;

3.5.2. orientações a serem seguidas até a chegada dos bombeiros.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

4.1. UD – 01 – (Introdução):

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
Apresentação do palestrante, identificação dos presentes e exposição do objetivo e finalidade da palestra.	ME	Cartazes, televisão e DVD player	02 min
Soma			02 min

4.2. UD – 02 – (Situação atual de afogamentos):

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
Apresentar os locais de risco e suas peculiaridades: rios, represas, praias, balneários, piscinas e a própria residência, enfatizando que a maior incidência é em águas naturais, durante o lazer.	ME	Cartazes, televisão e DVD player	02 min
Apresentar a estatística e o perfil de afogados no Estado e na localidade da palestra, demonstrando a relação existente com o público presente.	ME	Cartazes, televisão e DVD player	04 min
Soma			06 min

4.3. UD – 03 – (Locais com maior incidência de afogados):

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
Indicar e, se possível, apresentar imagens dos pontos críticos da região em relação a afogamentos, alertando quanto aos cuidados para freqüentarem tais locais, inclusive, mencionando casos concretos visando sensibilizar a platéia.	ME	Televisão e DVD player	12 min
Soma			12 min

4.4. UD - 04 – (Precauções e procedimentos para evitar afogamentos):

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> • Crianças devem sempre estar sob a supervisão de um adulto; • Evitar brinquedos próximos a área de risco, pois atrai as crianças • Levar sempre a criança consigo caso necessite se afastar da área de banho; • Isolar a piscina com grades de altura de 1.50 m e 12 cm entre as verticais; • Ensinar a criança a nadar a partir dos 2 anos. 	ME	Cartazes, televisão e DVD player	05 min
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a nadar; • Evitar a ingestão de bebidas alcoólicas e alimentos pesados, antes do banho; • Evitar a entrada brusca na água após longa exposição ao sol: risco de choque térmico e desmaio; • Certificar-se da profundidade antes de mergulhar; • Portar colete e celular e estar sempre acompanhado quando for pescar. 	ME	Cartazes, televisão e DVD player	05 min

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> • Banhar-se na parte rasa; • Não confiar em bóias, objetos flutuantes ou pranchinhas, pois eles transmitem uma falsa sensação de segurança; • Não superestimar a capacidade de nadar; • Não praticar hiperventilação para aumentar o fôlego, sem supervisão confiável; • Não bancar o valente e gritar por socorro enquanto tiver forças se estiver em situação de afogamento; • Não nadar próximo às rochas (costeiras), pontes, barcos, diques, atracadouros etc.; • Caso for surpreendido por uma corrente de retorno, manter a calma e nadar paralelo à praia, até sair da correnteza; • Caso ocorrer câimbras, permanecer parado, flexionando e esfregando o músculo atingido; • Uso de colete em embarcações; <p>Caso cair de uma embarcação, tirar os sapatos e as roupas mais pesadas, mantendo a calma.</p>	ME	Cartazes, televisão e DVD player	10 min
RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> • Missão do Guarda-Vidas; • Perguntar ao Guarda-Vidas o melhor local para o banho; • Nadar sempre perto de um guarda-vidas; • Acatar as advertências dos Guarda-vidas; • Identificação e obediência às placas de sinalização. 	ME	Cartazes, televisão e DVD player	05 min
Soma			25 min

4.5. UD – 05 – (Procedimentos na ocorrência de afogamentos):

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
Explicar o funcionamento do telefone de emergência 193 e os dados necessários para um acionamento eficiente e um atendimento ágil.	ME	Televisão e DVD player	05 min
<ul style="list-style-type: none"> • Inicialmente sempre acionar o fone 193; • <u>Sendo vítima:</u> <ul style="list-style-type: none"> ✓ manter a calma, pois a maioria das pessoas morre por conta do desgaste muscular desnecessário na luta contra a correnteza; ✓ manter-se flutuando e acenando por socorro, gritando apenas se realmente alguém puder ouvir, caso contrário estará se cansando e acelerando o afogamento; ✓ no mar, nadar ou deixar se levar para o alto mar, fora do alcance da arrebentação e a favor da correnteza, acenar por socorro e aguardar; ✓ em rios ou enchentes, procurar manter os pés à frente da cabeça, usando as mãos e os braços para dar flutuação e não se desesperar tentando alcançar a margem de forma perpendicular; tentar alcançá-la obliquamente, utilizando a correnteza a favor. • <u>Sendo o socorrista, cuidados para não se tornar vítima:</u> <ul style="list-style-type: none"> ✓ prudência ao tentar salvar alguém, pois, ao aproximar-se de uma vítima em desespero, será agarrado por ela; ✓ fazer uso de meios de fortuna: formar uma corrente dando as mãos uns aos outros; estender à vítima uma vara ou corda, bem como lançar objetos flutuantes, bóias, madeira e estepe de automóvel; ✓ escolher o local por onde irá alcançar ou ficar mais próximo da vítima. ✓ tentar realizar o socorro sem entrar na água; ✓ se a vítima estiver a menos de 4 m (piscina, lagos, rios), estenda um cabo, galho, cabo de vassoura para a vítima. Se estiver a uma curta distância, oferecer sempre o pé ao invés da mão para ajudá-la pois é mais seguro; 	ME	Televisão e DVD player	25 min

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> ✓ se a vítima estiver entre 4 e 10 m (rios, encostas, canais), atire uma bóia (garrafa de 2 litros fechada, tampa de isopor, bola), ou amarre-a a uma corda e atire para a vítima segurando na extremidade oposta; ✓ deixar que a vítima se agarre ao objeto e fique segura. Só então puxe para a área seca; ✓ se for em rio ou enchentes, a corda poderá ser utilizada de duas formas: cruzada de uma margem a outra obliquamente, de forma que a vítima ao atingi-la será arrastada pela corrente à margem mais distante; ou fixando um ponto na margem e deixando que a correnteza arraste-a para mais além da mesma margem. • <u>Se decidir entrar na água para socorrer:</u> ✓ avisar a alguém que tentará salvar a vítima e solicitar o acionamento do fone de emergência 193; ✓ levar consigo, sempre que possível, algum material de flutuação (prancha, bóia ou outros); ✓ retirar roupas e sapatos que possam pesar na água e dificultar o deslocamento, sendo válida a tentativa de fazer das calças um flutuador; ✓ entrar na água mantendo sempre a visão na vítima; ✓ parar a 2 m antes da vítima e entregar o material de flutuação, mantendo o material de flutuação entre você e a vítima; ✓ nunca permitir que a vítima chegue muito perto, de forma que possa agarrar, mas, caso ocorra, afundar com a vítima que ela soltará; ✓ deixar que a vítima se acalme, antes de chegar muito perto; ✓ se não estiver confiante, pedir à vítima que flutue e acene pedindo ajuda, não tentando rebocá-la até a borda da piscina ou areia, pois provocará o desgaste de suas últimas energias; ✓ durante o socorro, manter-se calmo e não enfrentar riscos desnecessários. 			

RELAÇÃO DE ASSUNTOS	MÉTODO DE ENSINO	MATERIAL DIDÁTICO	CARGA HORÁRIA
<ul style="list-style-type: none"> Em qualquer caso, acionar e aguardar a chegada das guarnições do Corpo de Bombeiros, mantendo a calma e a atenção na vítima. 			
Soma			30 min

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 5.1. PMESP/CB - Manual de Técnico de Bombeiros nº 09;
- 5.2. PMESP/CB- Normas Operacionais de Bombeiros nº 17;
- 5.3. PMESP/CB - POP RESGATE;
- 5.4. PMESP/CB - CT ATENDIMENTO do 193;
- 5.5. PMESP/CB – PREVENÇÃO EM PRAIA MARINHA;
- 5.6. PMESP/CB- Normas Operacionais de Bombeiros nº 27;
- 5.7. Monografia;
- 5.8. Constituição Federal;
- 5.9. Dados estatísticos elaborados pelo B-3 da OPM;
- 5.10. Dados estatísticos do DATASUS;
- 5.11. SDO – Sistema de Dados Operacionais;
- 5.12. Decreto nº 22.171, de 8 de maio de 1984. Autoriza a celebração de convênios com municípios sobre serviços de bombeiros;
- 5.13. Lei nº 616, de 17 de dezembro de 1974;
- 5.14. Intranet – página do 17º GB;
- 5.15. Procedimento Operacional Padrão – POP Comunicações.

ANEXO A – ESTATÍSTICA DE AFOGAMENTOS FORNECIDA PELO IML/SP

NECROPSIADOS POR AFOGAMENTO

Unidades IML (continua)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Núcleos/Equipes na Capital SP							
ANATOMIA PATOLÓGICA-Ceap							
ANTROPOLOGIA-Ceap							
TOXIC.FORENSE-Ceap							
CLÍNICA MÉDICA/ex.clín.especiais							
TANATOLOGIA FORENSE							
ODONTOLOGIA LEGAL							
RADIOLOGIA							
CENTRO	18	18	1	7	7	8	29
OESTE (somente casos especiais)	9	0	2	11	19	23	17
NORTE (desativ.temp)	0	0	0	0	0	0	0
SUL	40	63	48	50	32	30	43
LESTE (2006: em reforma)	11	18	8	7	7	6	0
LESTE II (não instalada)							
DHPP (não Instalada)							
TOTAL CAPITAL SP	78	99	59	75	65	67	89
Equipes na Macro SP							
DIADEMA	0	4	3	0	0	2	2
FRANCO DA ROCHA	33	57	66	38	20	28	29
GUARULHOS	70	33	26	27	25	22	26
MOGI DAS CRUZES	42	44	42	30	27	15	21
O S A S C O	21	14	32	27	21	28	25
SANTO ANDRÉ	21	21	22	14	14	18	21
S.BERNARDO do CAMPO	54	53	51	50	35	28	37
S.CAETANO DO SUL	4	6	14	4	0	0	0
SUZANO	13	19	27	16	15	17	9

Unidades IML (continua)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
TABOÃO da SERRA	35	32	37	16	26	23	31
TOTAL MACRO SP	293	283	320	222	183	181	201
Núcleo/Equipe IML no Interior							
NP- ARAÇATUBA	9	17	20	10	9	19	12
Eq- ANDRADINA	12	5	9	21	13	11	4
Eq- PENÁPOLIS	6	5	7	4	3	10	6
TOT-iml-ATA	27	27	36	35	25	40	22
NP- ARARAQUARA	19	10	21	11	10	13	9
Eq- JABOTICABAL	18	8	10	8	21	4	7
Eq- SÃO CARLOS	13	13	9	12	6	8	9
TOT-iml-QUA	50	31	40	31	37	25	25
NP- BAURU	14	16	14	13	14	13	18
Eq- JAÚ	12	3	17	13	14	11	11
Eq- LINS	10	7	6	7	10	8	10
TOT-iml-BAU	36	26	37	33	38	32	39
NP- CAMPINAS	39	55	44	55	29	27	28
Eq- AMERICANA	22	22	21	13	10	19	14
Eq- BRAGANÇA PAULISTA	55	56	70	43	51	33	39
Eq- JUNDIAÍ	17	29	27	25	16	29	14
Eq- LIMEIRA	18	27	16	12	18	20	11
Eq- MOGI GUAÇU	15	21	20	19	16	20	6
Eq- PIRACICABA	22	23	22	23	23	23	34
Eq- RIO CLARO	11	12	15	7	9	8	12
Eq- S.J. BOA VISTA	20	25	16	17	17	16	19
TOT-iml-CAM	219	270	251	214	189	195	177
NP- MARILIA	8	6	4	6	6	5	14
Eq- ASSIS	11	10	5	8	6	8	5
Eq- OURINHOS	25	12	11	16	13	6	15
Eq- TUPÃ	7	8	2	5	3	7	0
TOT-iml-MAR	51	36	22	35	28	26	34
NP - PRESID. PRUDENTE	20	16	16	12	10	15	6
Eq- ADAMANTINA	8	5	9	7	3	4	5

Unidades IML (continua)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Eq- DRACENA	6	2	9	3	6	6	6
Eq- P.VENCESLAU	15	5	10	9	11	9	18
TOT-imi-PP	49	28	44	31	30	34	35
NP- RIB.PRETO	26	21	30	17	21	13	15
Eq- BARRETOS	16	15	19	7	23	18	22
Eq- FRANCA	7	14	9	7	12	6	8
Eq- ITUVERAVA	8	5	7	10	9	5	9
Eq- S.JOQUIM da BARRA	7	5	3	9	2	4	2
TOT-imi-RP	64	60	68	50	67	46	56
NP- SANTOS	97	99	100	82	85	88	28
Eq- GUARUJÁ (oficializ.em 13/09/06)	-	-	-	-	-	-	47
Eq- PRAIA GRANDE	150	151	132	103	108	110	94
Eq- REGISTRO	42	43	46	41	33	42	42
Eq- SÃO SEBASTIÃO	58	52	49	26	40	35	29
TOT-imi-SAN	347	345	327	252	266	275	240
NP- S.J.CAMPOS	20	23	20	14	9	14	22
Eq- CRUZEIRO	13	8	9	12	10	17	6
Eq- GUARATINGUETÁ	9	12	11	13	10	16	14
Eq- JACAREÍ	25	21	23	19	31	22	25
Eq- PINDAMONHANGABA/Taubaté	24	13	25	29	14	14	23
TOT-imi-SJC	91	77	88	87	74	83	90
NP- S.J.R.PRETO	27	17	23	19	11	16	15
Eq- CATANDUVA	5	1	1	3	3	2	4
Eq- FERNANDÓPOLIS	5	4	3	10	3	2	9
Eq- JALES	6	6	8	3	14	6	8
Eq- NOVO HORIZONTE	5	7	3	6	4	4	9
Eq- VOTUPORANGA	12	4	4	4	3	5	4
TOT-imi-SJRP	60	39	42	45	38	35	49
NP- SOROCABA	73	77	69	52	60	58	43
Eq- AVARÉ	18	12	18	17	19	17	15
Eq- BOTUCATU	9	16	11	9	17	18	16

Unidades IML (conclusão)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Eq- ITAPETININGA	8	19	26	16	20	25	19
Eq- ITAPEVA	21	18	22	19	18	12	13
TOT-imi-SOR	129	142	146	113	134	130	106
TOT-INTERIOR SP	1123	1081	1101	926	926	921	873
IML CAPITAL SP	78	99	59	75	65	67	89
IML MACRO SP	293	283	320	222	183	181	201
IML INTERIOR SP	1123	1081	1101	926	926	921	873
T O T A L ESTADO SP	1494	1463	1480	1223	1174	1169	1163

Fonte: Relatórios Estatísticos Mensais.

obs.: Resolução 239 de 02.07.04 altera sede do IML Taubaté para Pindamonhangaba.

ANEXO B – ESTATÍSTICA DE AFOGAMENTOS FORNECIDA PELO SEADE

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Adamantina	0	0	1	2	0	1
Adolfo	1	0	0	0	0	0
Aguaí	0	0	0	1	1	1
Águas da Prata	0	0	0	0	0	1
Águas de Lindóia	1	0	1	0	0	0
Águas de Santa Bárbara	0	0	0	0	0	0
Águas de São Pedro	0	0	0	0	0	0
Agudos	0	1	3	2	2	0
Alambari	0	1	0	0	1	1
Alfredo Marcondes	0	0	0	0	0	0
Altair	0	0	0	0	0	0
Altinópolis	2	1	1	2	0	0
Alto Alegre	0	0	0	0	0	0
Alumínio	0	0	0	0	0	0
Álvares Florence	0	0	0	0	0	0
Álvares Machado	2	0	2	1	0	1
Álvaro de Carvalho	0	1	0	0	0	0
Alvinlândia	0	0	0	0	0	0
Americana	5	9	3	1	6	3
Américo Brasiliense	2	0	0	0	0	1
Américo de Campos	1	0	0	0	0	0
Amparo	1	2	4	4	2	2
Analândia	0	0	0	0	0	0
Andradina	1	0	2	6	2	0
Angatuba	0	0	0	1	3	2
Anhembi	0	0	0	1	0	1

Municípios/Afogaentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Anhumas	0	0	0	0	0	0
Aparecida	1	3	0	0	1	1
Aparecida d'Oeste	0	0	0	0	1	0
Apiaí	1	1	1	1	0	0
Araçariguama	1	0	2	1	0	0
Araçoiaba da Serra	1	3	3	0	1	0
Aramina	1	0	0	0	1	0
Arandu	0	0	1	0	0	0
Arapeí	0	0	0	1	0	0
Araraquara	6	0	4	5	6	4
Araras	4	4	4	1	3	2
Arco-Íris	0	0	0	0	0	0
Arealva	0	0	0	0	0	0
Areias	0	0	2	0	0	1
Areiópolis	0	0	0	0	0	1
Ariranha	0	1	0	0	0	0
Artur Nogueira	1	2	1	1	0	2
Arujá	2	5	0	3	1	1
Aspásia	0	0	0	0	1	0
Assis	1	1	3	2	0	3
Atibaia	11	6	7	4	6	5
Auriflama	0	0	0	1	1	0
Avaí	0	0	0	1	0	0
Avanhandava	0	1	3	1	0	0
Avaré	1	2	6	2	1	3
Bady Bassitt	0	0	0	0	0	0
Balbinos	0	0	0	0	0	0
Bálsamo	0	0	0	0	0	0
Bananal	1	0	0	0	0	1
Barão de Antonina	1	0	1	0	0	2

Municípios/Afogaamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Barbosa	1	0	2	0	1	0
Bariri	1	0	1	0	0	1
Barra Bonita	3	0	2	3	2	0
Barra do Chapéu	0	0	0	0	0	0
Barra do Turvo	1	3	1	1	0	1
Barretos	6	0	5	3	3	8
Barrinha	4	1	2	2	3	2
Barueri	5	8	7	4	5	10
Bastos	1	0	0	0	1	1
Batatais	0	0	2	1	3	0
Bebedouro	1	3	3	0	2	1
Bento de Abreu	0	1	0	1	0	0
Bernardino de Campos	1	0	0	0	0	0
Bertioga	6	3	2	1	3	4
Bilac	0	0	1	0	0	0
Birigui	3	5	4	4	1	5
Biritiba Mirim	2	2	6	2	2	1
Boa Esperança do Sul	1	0	1	0	0	1
Bocaina	0	1	1	0	0	0
Bofete	1	0	1	0	0	2
Boituva	0	1	1	1	2	1
Bom Jesus dos Perdões	1	1	2	1	3	1
Bom Sucesso de Itararé	0	0	0	0	0	0
Borá	0	0	0	0	0	0
Boracéia	0	0	0	0	0	0
Borborema	0	0	0	1	1	0
Borebi	0	0	0	0	0	0
Botucatu	3	2	4	3	2	6
Bragança Paulista	10	6	6	6	3	1
Braúna	0	0	0	0	0	1

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Brejo Alegre	0	1	0	0	1	0
Brodowski	1	0	0	0	2	2
Brotas	1	2	1	2	1	0
Buri	3	2	0	0	1	0
Buritama	1	0	0	0	0	0
Buritizal	0	0	0	0	0	0
Cabrália Paulista	0	0	0	0	0	0
Cabreúva	1	1	1	0	1	6
Caçapava	2	1	6	1	1	3
Cachoeira Paulista	1	0	0	1	0	2
Caconde	3	1	4	0	1	0
Cafelândia	0	2	0	1	0	1
Caiabu	0	0	0	0	0	0
Caieiras	1	2	4	2	2	3
Caiuá	0	0	0	0	0	0
Cajati	2	2	2	1	1	1
Cajobi	0	1	0	0	0	1
Cajuru	0	1	1	2	0	0
Campina do Monte Alegre	0	1	0	0	0	0
Campinas	31	36	32	27	17	22
Campo Limpo Paulista	2	5	6	1	1	7
Campos do Jordão	3	2	1	5	1	1
Campos Novos Paulista	0	0	0	1	0	0
Cananéia	0	2	1	2	2	3
Canas	0	0	0	0	0	0
Cândido Mota	2	0	1	1	1	1
Cândido Rodrigues	0	0	0	0	0	0
Canitar	1	0	0	0	0	0
Capão Bonito	4	1	2	4	3	0
Capela do Alto	0	0	2	2	1	0

Municípios/Afogaentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Capivari	1	1	2	1	1	1
Caraguatatuba	7	6	7	4	3	4
Carapicuíba	6	12	10	9	7	5
Cardoso	1	0	1	0	1	0
Casa Branca	0	3	1	1	1	1
Cássia dos Coqueiros	0	0	0	0	0	0
Castilho	1	0	1	1	2	0
Catanduva	3	3	3	1	1	0
Catiguá	0	0	0	0	0	1
Cedral	0	0	0	0	0	1
Cerqueira César	1	0	0	0	1	0
Cerquilha	3	1	1	0	1	0
Cesário Lange	0	1	0	0	1	0
Charqueada	0	0	0	1	0	0
Chavantes	0	0	1	1	1	0
Clementina	0	1	0	0	0	0
Colina	0	0	0	0	0	1
Colômbia	0	0	0	0	2	0
Conchal	0	1	0	0	2	0
Conchas	3	0	1	0	3	0
Coroados	0	0	0	0	0	0
Coronel Macedo	0	0	0	0	0	0
Corumbataí	0	0	0	0	1	0
Cosmópolis	0	1	2	1	2	2
Cosmorama	1	0	0	1	0	0
Cotia	12	5	4	6	8	4
Cravinhos	0	0	3	2	1	1
Cristais Paulista	0	0	1	0	0	0
Cruzália	0	0	0	0	0	0
Cruzeiro	3	2	3	3	4	5

Municípios/Afogaentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Cubatão	4	6	7	5	6	2
Cunha	0	2	1	1	1	0
Descalvado	0	1	2	0	0	1
Diadema	9	22	17	7	12	8
Dirce Reis	0	0	0	0	0	0
Divinolândia	0	0	1	1	0	2
Dobrada	0	0	1	0	0	0
Dois Córregos	1	1	1	1	0	0
Dolcinópolis	0	0	0	0	0	0
Dourado	0	0	0	0	0	0
Dracena	2	0	2	0	1	0
Duartina	0	0	0	0	0	0
Dumont	0	1	0	0	1	0
Echaporã	1	0	0	0	0	0
Eldorado	3	4	2	4	0	3
Elias Fausto	1	0	0	0	0	0
Elisiário	0	0	0	0	0	2
Embaúba	0	0	0	0	0	0
Embu	9	14	8	8	8	7
Embu-Guaçu	4	4	3	1	2	2
Emilianópolis	0	1	0	0	0	0
Engenheiro Coelho	0	0	0	0	0	0
Espírito Santo do Pinhal	0	3	0	0	3	1
Espírito Santo do Turvo	0	0	0	0	0	0
Estiva Gerbi	2	1	0	1	0	0
Estrela d'Oeste	0	0	1	1	0	0
Euclides da Cunha Paulista	0	0	2	1	0	0
Fartura	1	1	1	0	0	1
Fernando Prestes	0	0	0	0	0	0
Fernandópolis	0	3	1	3	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Fernão	0	0	0	0	0	0
Ferraz de Vasconcelos	4	5	6	7	1	3
Flora Rica	1	0	0	0	0	0
Floreal	1	0	0	0	0	0
Flórida Paulista	1	0	2	1	1	0
Florínia	0	0	0	0	1	1
Franca	5	8	10	5	7	4
Francisco Morato	3	8	9	2	2	5
Franco da Rocha	6	0	0	9	3	2
Gabriel Monteiro	0	0	0	0	0	1
Gália	1	0	0	0	0	0
Garça	3	2	0	1	2	2
Gastão Vidigal	1	0	0	0	0	0
Gavião Peixoto	0	0	1	0	0	0
General Salgado	0	0	0	0	0	1
Getulina	1	0	0	0	0	1
Glicério	0	0	1	0	0	0
Guaíçara	0	0	0	0	0	0
Guaimbê	0	1	0	0	0	1
Guaíra	1	2	1	1	4	1
Guapiaçu	1	0	2	1	1	0
Guapiara	0	1	0	2	2	1
Guará	2	0	0	1	1	1
Guaraçai	0	0	0	1	0	1
Guaraci	0	1	0	0	2	1
Guarani d'Oeste	0	0	0	1	0	0
Guarantã	0	0	1	1	0	0
Guararapes	0	1	0	0	1	1
Guararema	4	3	1	0	1	0
Guaratinguetá	5	1	3	6	1	5

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Guariba	8	1	1	1	4	0
Guarujá	10	13	17	9	6	7
Guarulhos	45	43	47	38	29	32
Guatapar	0	0	0	0	0	0
Guzolndia	0	0	1	1	1	0
Herculândia	0	0	0	1	0	0
Holambra	1	1	0	1	1	0
Hortolândia	5	4	3	4	5	2
Iacanga	0	1	1	0	0	0
Iacri	0	0	0	0	0	0
Iaras	0	0	0	0	0	0
Ibaté	4	2	1	0	1	0
Ibirá	2	0	0	0	2	0
Ibirarema	1	0	1	0	0	0
Ibitinga	0	4	3	1	2	1
Ibiúna	8	4	6	2	6	8
Icm	0	0	1	0	0	0
Iep	0	0	0	1	0	1
Igarau do Tietê	0	3	4	2	2	2
Igarapava	2	0	0	3	2	0
Igaratá	0	2	2	1	3	0
Iguape	5	6	2	4	0	8
Ilha Comprida	1	0	1	1	0	0
Ilha Solteira	0	0	1	3	0	0
Ilhabela	1	0	2	1	1	0
Indaiatuba	6	1	4	7	2	3
Indiana	0	0	1	0	0	1
Indiaporã	0	0	0	0	1	0
Inbia Paulista	0	0	1	0	1	0
Ipaussu	1	2	2	0	1	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Iperó	1	1	0	0	3	1
Ipeúna	1	0	0	0	0	0
Ipigúá	0	0	0	0	0	1
Iporanga	3	0	0	1	1	1
Ipuã	1	0	0	1	0	0
Irapuã	1	0	0	0	0	0
Irapuru	0	0	1	1	0	0
Itaberá	1	3	1	1	1	0
Itaí	1	4	1	3	1	0
Itajobi	0	1	1	0	0	0
Itaju	0	0	0	0	0	0
Itanhaém	10	6	12	7	6	3
Itaóca	0	0	0	0	0	0
Itapecerica da Serra	8	11	14	7	4	5
Itapetininga	1	2	12	6	3	11
Itapeva	7	4	6	8	5	3
Itapevi	6	7	5	3	3	5
Itapira	3	1	1	1	2	5
Itapirapuã Paulista	0	0	0	0	1	0
Itápolis	3	2	2	2	3	0
Itaporanga	0	2	0	4	1	1
Itapuí	1	0	1	0	0	1
Itapura	0	0	0	0	0	0
Itaquaquetuba	12	13	13	9	8	8
Itararé	1	1	2	3	0	1
Itariri	1	1	0	2	1	1
Itatiba	4	4	4	4	2	4
Itatinga	0	0	0	0	2	0
Itirapina	1	2	0	1	1	0
Itirapuã	1	0	0	0	0	0

Municípios/Afogaentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Itobi	0	0	0	1	1	0
Itu	2	4	6	3	5	4
Itupeva	0	1	4	3	1	2
Ituverava	0	1	0	0	1	1
Jaborandi	0	1	0	0	0	0
Jaboticabal	4	0	2	0	2	0
Jacareí	12	11	9	5	8	4
Jaci	1	1	0	0	0	0
Jacupiranga	3	1	0	1	1	1
Jaguariúna	3	1	6	0	1	0
Jambeiro	1	0	1	0	0	0
Jandira	3	6	3	3	1	1
Jardinópolis	0	0	2	2	1	0
Jarinu	1	0	2	0	3	1
Jaú	4	2	3	3	4	2
Jeriquara	0	0	1	0	0	0
Joanópolis	0	1	0	2	1	2
João Ramalho	0	0	0	0	0	1
José Bonifácio	1	1	1	0	0	1
Júlio Mesquita	1	0	0	0	0	0
Jumirim	0	0	0	0	0	0
Jundiaí	6	9	5	8	2	6
Junqueirópolis	0	1	0	0	0	0
Juquiá	2	3	1	0	1	3
Juquitiba	3	2	4	2	1	3
Lagoinha	0	0	0	1	1	1
Laranjal Paulista	1	3	1	0	2	1
Lavínia	0	0	0	0	1	0
Lavrinhas	0	0	0	1	1	3
Leme	4	2	3	1	3	0

Municípios/Afogaamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Lençóis Paulista	2	3	3	0	2	2
Limeira	3	7	6	2	5	7
Lindóia	1	0	0	0	0	0
Lins	2	2	4	3	3	0
Lorena	1	0	4	2	1	2
Lourdes	0	0	0	1	0	0
Louveira	0	1	0	1	1	2
Lucélia	2	1	0	0	0	0
Lucianópolis	0	0	0	0	0	0
Luís Antônio	0	0	0	1	2	0
Luiziânia	0	0	0	0	0	0
Lupércio	0	0	0	0	0	1
Lutécia	0	0	0	0	0	0
Macatuba	0	0	0	0	0	0
Macaubal	0	0	0	0	0	0
Magda	1	0	1	0	0	0
Mairinque	3	3	1	4	1	4
Mairiporã	6	5	5	5	6	5
Manduri	0	0	0	0	0	0
Marabá Paulista	0	0	0	0	0	0
Maracaí	1	2	0	0	0	0
Marapoama	0	0	0	1	0	0
Mariópolis	0	0	0	2	0	0
Marília	10	2	4	4	7	3
Marinópolis	0	0	0	0	1	0
Martinópolis	1	1	1	1	0	2
Matão	2	1	3	2	0	1
Mauá	11	20	14	9	11	7
Mendonça	1	0	0	0	0	0
Meridiano	0	0	0	0	0	0

Municípios/Afogaamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Mesópolis	0	0	0	0	0	0
Miguelópolis	0	2	0	0	2	0
Mineiros do Tietê	1	0	0	0	2	0
Mira Estrela	3	0	0	1	0	0
Miracatu	1	2	3	1	6	3
Mirandópolis	0	1	1	2	2	1
Mirante do Paranapanema	0	0	1	0	0	0
Mirassol	1	1	3	1	0	1
Mirassolândia	0	1	0	0	0	0
Mococa	3	3	4	0	1	2
Mogi das Cruzes	18	20	17	17	18	13
Mogi-Guaçu	3	3	5	8	2	4
Moji Mirim	2	6	5	2	0	2
Mombuca	0	0	1	0	1	0
Monções	0	0	0	0	0	0
Mongaguá	4	5	3	2	2	3
Monte Alegre do Sul	0	1	0	0	0	0
Monte Alto	1	0	0	2	0	1
Monte Aprazível	0	2	0	0	0	1
Monte Azul Paulista	0	1	1	2	0	0
Monte Mor	3	1	1	3	0	2
Monteiro Lobato	0	0	0	0	1	0
Morro Agudo	0	0	0	1	0	1
Morungaba	0	0	0	1	0	2
Motuca	0	0	0	0	0	1
Murutinga do Sul	1	1	0	0	0	0
Nantes	0	0	0	0	0	2
Narandiba	0	0	1	0	0	0
Natividade da Serra	1	0	3	2	1	0
Nazaré Paulista	2	2	3	0	3	1

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Neves Paulista	0	0	0	0	0	0
Nhandeara	0	0	0	0	1	0
Nipoã	0	0	0	1	1	0
Nova Aliança	0	0	0	0	0	0
Nova Campina	0	0	2	1	1	0
Nova Canaã Paulista	0	0	0	0	0	0
Nova Castilho	0	0	0	0	0	0
Nova Europa	1	0	1	0	0	0
Nova Granada	4	0	1	0	0	1
Nova Guataporanga	0	0	0	0	0	0
Nova Independência	0	0	0	0	0	0
Nova Lusitânia	0	0	0	0	0	0
Nova Odessa	1	0	3	0	1	0
Novais	0	0	0	0	0	0
Novo Horizonte	2	1	0	2	0	0
Nuporanga	0	1	0	1	0	0
Ocaçu	0	0	0	0	0	0
Óleo	1	0	0	0	0	0
Olímpia	0	3	1	0	2	2
Onda Verde	0	0	0	0	0	0
Oriente	0	0	0	0	0	0
Orindiúva	0	0	0	0	0	0
Orlândia	1	1	0	1	0	1
Osasco	15	22	14	13	8	6
Oscar Bressane	0	0	0	0	0	0
Ourinhos	2	3	3	8	4	3
Ouro Verde	0	0	2	0	0	0
Ouroeste	0	0	0	0	0	0
Pacaembu	1	1	1	0	0	2
Palestina	1	1	0	0	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Palmares Paulista	0	0	0	0	0	0
Palmeira d'Oeste	1	0	0	0	1	0
Palmital	1	4	0	0	0	0
Panorama	1	1	3	1	2	0
Paraguaçu Paulista	3	1	2	4	3	1
Paraibuna	1	1	1	0	3	2
Paraíso	0	0	0	0	0	0
Paranapanema	4	1	1	0	0	3
Paranapuã	0	0	0	0	0	0
Parapuã	1	1	0	0	0	0
Pardinho	0	0	0	0	0	0
Pariquera-Açu	0	1	3	0	0	1
Parisi	0	1	0	0	0	0
Patrocínio Paulista	0	0	0	0	0	0
Paulicéia	0	1	2	2	2	0
Paulínia	2	4	1	2	0	2
Paulistânia	0	0	0	0	0	0
Paulo de Faria	0	0	0	0	0	0
Pederneiras	3	0	0	0	1	4
Pedra Bela	1	0	0	0	0	0
Pedranópolis	0	0	0	0	0	0
Pedregulho	1	0	1	1	2	1
Pedreira	2	0	3	0	4	2
Pedrinhas Paulista	0	0	0	0	0	0
Pedro de Toledo	1	1	0	0	1	0
Penápolis	0	1	1	1	1	2
Pereira Barreto	2	3	4	0	0	1
Pereiras	0	0	0	0	0	1
Peruíbe	11	3	4	4	3	2
Piacatu	0	0	1	0	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Pilar do Sul	5	1	2	1	3	2
Pindamonhangaba	10	4	3	3	5	0
Pindorama	0	0	0	0	0	0
Pinhalzinho	0	0	1	0	1	0
Piquerobi	0	2	0	0	0	0
Piquete	1	0	0	0	0	0
Piracaia	0	0	3	1	4	4
Piracicaba	14	10	12	11	13	11
Piraju	6	2	3	2	5	3
Pirajuí	0	1	1	0	0	0
Pirangi	0	0	0	0	0	0
Pirapora do Bom Jesus	0	0	1	0	0	1
Pirapozinho	0	0	2	1	2	0
Pirassununga	3	2	2	1	2	0
Piratininga	1	0	0	1	1	0
Pitangueiras	1	2	0	0	1	0
Planalto	0	0	0	0	0	1
Platina	0	0	0	0	0	0
Poá	2	1	3	7	4	6
Poloni	0	0	0	0	0	1
Pompéia	1	0	1	0	0	0
Pongaí	0	0	0	0	0	0
Pontal	0	0	2	1	1	2
Pontalinda	0	0	0	0	0	0
Pontes Gestal	0	1	1	0	0	0
Populina	0	1	0	1	0	0
Porangaba	1	0	1	0	0	0
Porto Feliz	6	2	3	0	4	4
Porto Ferreira	2	3	1	2	1	0
Potim	0	1	2	2	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Potirendaba	1	0	1	1	0	0
Pracinha	0	0	0	0	0	0
Pradópolis	0	0	1	0	1	0
Praia Grande	7	14	7	7	10	9
Pratânia	0	0	0	0	0	0
Presidente Bernardes	3	0	1	0	0	1
Presidente Epitácio	5	0	0	1	2	2
Presidente Prudente	4	9	3	4	4	2
Presidente Venceslau	1	1	2	0	0	2
Promissão	1	1	0	1	1	3
Quadra	0	0	1	0	0	0
Quatá	0	0	1	0	1	1
Queiroz	0	0	0	1	0	0
Queluz	3	0	0	1	0	0
Quintana	0	0	0	0	0	0
Rafard	0	0	0	0	0	0
Rancharia	1	2	1	1	1	0
Redenção da Serra	0	0	1	0	1	0
Regente Feijó	1	0	0	0	0	1
Reginópolis	0	0	0	0	1	0
Registro	4	3	6	12	2	4
Restinga	0	0	0	1	0	0
Ribeira	2	1	0	0	0	0
Ribeirão Bonito	0	0	0	0	0	1
Ribeirão Branco	0	1	2	1	2	1
Ribeirão Corrente	0	0	0	0	0	0
Ribeirão do Sul	0	1	0	0	0	0
Ribeirão dos Índios	0	0	0	0	0	0
Ribeirão Grande	0	0	0	0	0	0
Ribeirão Pires	0	2	6	3	3	3

Municípios/Afogaentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Ribeirão Preto	8	10	9	8	4	7
Rifaina	1	0	0	0	1	0
Rincão	1	0	0	0	0	0
Rinópolis	2	0	0	0	0	1
Rio Claro	3	3	4	4	3	3
Rio das Pedras	0	3	0	1	0	1
Rio Grande da Serra	4	3	1	0	1	1
Riolândia	0	0	0	0	0	0
Riversul	0	1	1	0	1	0
Rosana	3	2	2	1	0	1
Rubiácea	0	0	1	0	0	1
Rubinéia	0	2	0	1	0	1
Sabino	0	0	0	0	3	0
Sagres	0	0	1	0	0	0
Sales	0	2	0	0	1	1
Sales Oliveira	0	0	0	0	1	0
Salesópolis	1	0	1	0	2	0
Salmourão	1	0	0	0	0	0
Saltinho	0	0	0	0	0	0
Salto	3	3	5	2	1	3
Salto de Pirapora	0	3	1	4	0	2
Salto Grande	5	0	0	2	1	1
Sandovalina	0	0	0	0	0	0
Santa Adélia	1	0	0	1	1	0
Santa Albertina	1	0	0	0	1	1
Santa Bárbara d'Oeste	7	4	4	3	3	5
Santa Branca	2	1	1	0	1	0
Santa Clara d'Oeste	0	0	0	0	1	0
Santa Cruz da Conceição	0	0	0	0	0	1
Santa Cruz da Esperança	0	0	0	0	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Santa Cruz das Palmeiras	1	1	1	0	0	1
Santa Cruz do Rio Pardo	2	2	2	1	3	0
Santa Ernestina	1	0	0	0	0	0
Santa Fé do Sul	2	1	2	1	3	1
Santa Gertrudes	1	0	0	1	0	0
Santa Isabel	2	5	3	4	4	2
Santa Lucia	0	2	0	0	0	0
Santa Maria da Serra	0	0	1	0	0	1
Santa Mercedes	1	0	0	0	0	0
Santa Rita do Passa Quatro	1	1	1	0	0	0
Santa Rita d'Oeste	0	1	0	0	1	0
Santa Rosa do Viterbo	1	1	1	0	0	1
Santa Salete	0	0	0	0	0	0
Santana da Ponte Pensa	0	0	0	1	0	0
Santana de Parnaíba	0	1	4	3	1	1
Santo André	13	17	16	19	10	13
Santo Antonio da Alegria	1	0	0	0	1	0
Santo Antonio da Posse	1	0	0	1	3	1
Santo Antonio do Aracanguá	0	0	0	1	0	1
Santo Antonio do Jardim	0	0	0	0	0	0
Santo Antonio do Pinhal	0	1	0	1	0	0
Santo Expedito	0	0	0	0	0	0
Santópolis do Aguapeí	0	0	0	0	0	0
Santos	10	8	8	7	11	9
São Bento do Sapucaí	1	0	1	0	0	1
São Bernardo do Campo	31	21	13	12	11	19
São Caetano do Sul	0	0	3	0	1	1
São Carlos	4	8	3	7	6	7
São Francisco	0	0	0	0	0	0
São João da Boa Vista	1	1	3	3	2	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
São João das Duas Pontes	2	0	0	0	0	0
São João de Iracema	0	0	0	0	0	0
São João do Pau d'Alho	0	0	0	0	0	0
São Joaquim da Barra	0	0	3	2	2	2
São José da Bela Vista	0	0	0	3	0	1
São José do Barreiro	0	0	0	1	1	0
São José do Rio Pardo	5	5	0	6	0	6
São José do Rio Preto	8	5	10	10	2	7
São José dos Campos	18	13	12	10	6	11
São Lourenço da Serra	3	1	1	1	1	0
São Luís do Paraitinga	1	1	2	0	0	0
São Manuel	2	1	1	0	4	0
São Miguel Arcanjo	0	3	1	0	1	2
São Paulo	279	287	235	179	139	166
São Pedro	2	2	3	1	0	0
São Pedro do Turvo	0	0	0	0	0	0
São Roque	5	3	0	2	3	0
São Sebastião	5	1	2	4	4	3
São Sebastião da Gramma	1	1	0	1	1	0
São Vicente	11	4	12	4	11	8
Sarapuí	0	0	0	0	1	0
Sarutaiá	0	0	0	0	0	0
Sebastianópolis do Sul	0	0	0	0	0	0
Serra Azul	2	0	1	0	0	0
Serra Negra	2	2	1	1	1	0
Serrana	1	1	1	0	0	0
Sertãozinho	3	2	4	0	2	0
Sete Barras	0	3	2	1	2	3
Severínia	1	0	0	1	2	0
Silveiras	0	0	0	0	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Socorro	0	1	3	1	0	1
Sorocaba	11	19	21	10	15	7
Sud Mennucci	0	1	1	0	0	0
Sumaré	4	9	10	9	4	8
Suzano	9	13	11	8	10	9
Suzanópolis	0	0	0	1	0	0
Tabapuã	1	0	0	0	1	0
Tabatinga	0	1	0	0	0	0
Taboão da Serra	8	6	3	3	6	2
Taciba	0	0	1	0	0	0
Taguaí	1	0	1	0	0	0
Taiacu	0	1	0	0	0	0
Taiúva	0	1	0	0	0	0
Tambaú	1	3	0	1	0	0
Tanabi	0	1	0	0	1	0
Tapiraí	0	1	0	0	0	1
Tapiratiba	0	1	0	0	0	0
Taquaral	0	0	0	0	0	0
Taquaritinga	1	3	3	2	1	2
Taquarituba	2	1	1	1	2	0
Taquarivaí	0	0	3	0	0	0
Tarabaí	0	0	0	1	0	0
Tarumã	0	1	0	0	0	1
Tatuí	3	3	3	2	4	7
Tejupá	0	0	0	0	0	0
Teodoro Sampaio	3	0	1	1	2	0
Terra Roxa	0	0	2	0	0	0
Tietê	3	0	1	3	2	4
Timburi	1	0	0	2	0	0
Torre de Pedra	0	1	0	1	0	0

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(continua)						
Torrinha	0	0	1	0	0	1
Trabiju	0	0	0	0	0	0
Tremembé	2	0	1	4	0	2
Três Fronteiras	0	0	0	0	0	0
Tuiuti	0	0	1	0	0	0
Tupã	2	4	0	3	1	5
Tupi Paulista	1	0	0	0	0	0
Turiúba	0	0	0	0	0	0
Turmalina	0	0	0	0	1	0
Ubarana	1	0	1	0	0	1
Ubatuba	4	6	13	4	4	6
Ubirajara	0	0	0	0	0	0
Uchôa	0	0	0	0	0	0
União Paulista	0	0	0	0	0	0
Urânia	0	0	0	0	0	0
Uru	0	0	0	0	0	0
Urupês	0	0	0	0	0	0
Valentim Gentil	0	0	0	1	0	0
Valinhos	2	5	3	5	3	3
Valparaíso	1	0	2	0	2	0
Vargem	0	0	1	1	0	0
Vargem Grande do Sul	0	2	1	2	1	0
Vargem Grande Paulista	0	3	3	0	0	4
Várzea Paulista	6	10	4	1	4	2
Vera Cruz	0	0	1	0	0	0
Vinhedo	1	3	1	2	0	1
Viradouro	0	2	1	0	2	0
Vista Alegre do Alto	0	0	0	0	0	0
Vitória Brasil	0	0	0	0	0	0
Votuporanga	2	2	1	2	0	1

Municípios/Afogamentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005
(conclusão)						
Zacarias	0	1	0	0	0	0

FONTE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

ANEXO C – NOTA DE SERVIÇO SOBRE PREVENÇÃO AQUÁTICA 1999/2000

Exemplar nº _____ de _____ cópias



Comando do Corpo de
Bombeiros
Divisão de Resgate e
Salvamento

São Paulo - SP

Quartel - Sé

171400NOV99

NOTA DE SERVIÇO Nº CB/DODC-005/3R/99.

OPERAÇÃO PREVENÇÃO AQUÁTICA EM MANANCIAS1999/2000.

1. FINALIDADE

Regular o desencadeamento das atividades de prevenção aquática nos diversos mananciais do Estado de São Paulo, por ocasião das estações de clima quente, no período de 01Dez1999 a 31Mar2000

2. SITUAÇÃO

- a. Nas estações de clima quente, no período de 01Dez a 31Mar do ano seguinte, ocorre grande afluxo de pessoas a procura de lazer junto às águas de rios e represas, locais impróprios para banhistas.
- b. Por fatores próprios (falta de orientação, descuido, ingestão de bebidas alcoólicas e alimentos em excesso), aumenta o índice de afogamentos nessas regiões.

3. OBJETIVO

Preservar a vida, o patrimônio e o meio ambiente intensificando as ações preventivas, de salvamento e de resgate, nos diversos mananciais do Estado de São Paulo, principalmente aqueles em que a população de banhistas excede a capacidade de atendimento operacional da UOp/CB ou PB local.

4. MISSÃO

O Corpo de Bombeiros, através de suas UOp/CB em conjunto com OPM, Órgãos Municipais e outras entidades, desenvolverá atividades de prevenção aquática, visando evitar a ocorrência de afogamentos, principalmente nos finais de semana e feriados.

Contudo, se ocorrerem afogamentos, atuar prontamente realizando o salvamento e atendimento pré-hospitalar necessário.

5. EXECUÇÃO

- a. As UOp/CB deverão elaborar Notas de Serviço específicas, de acordo com as peculiaridades de sua região;
- b. As NS deverão ser encaminhadas ao DODC até 10Dez99;
- c. As UOp/CB que não realizam tal atividade deverão informar por Ofício;
- d. As NS deverão detalhar:
 - 1) Missões específicas da Subunidade;
 - 2) Indicação dos locais de prevenção;
 - 3) Plano de instrução e ou orientações gerais da atividade;
 - 4) Comunicações;
 - 5) Recursos materiais;
 - 6) Alimentação;
 - 7) Efetivo a ser empregado;
 - 8) Envolvimento de outras UOp/CB, OPM e outras entidades;
 - 9) Hospitais e Pronto-socorros de atendimento; e
 - 10) Outros assuntos.
- e. Nas atividades operacionais deverão ser observadas rigorosamente:
 - 1) Procedimentos Operacionais Padrão;
 - 2) Técnicas de Salvamento;
 - 3) Normas de utilização de embarcações; e
 - 4) Normas de segurança no trabalho de bombeiros.
- f. Atividades especializadas - para desenvolvimento da operação, poderão ser solicitados:
 - 1) Policiamento de área;
 - 2) Policiamento rodoviário;
 - 3) Policiamento aéreo;
 - 4) Policiamento florestal; e
 - 5) Outros, conforme necessidade.
- g. Essas atividades deverão sempre ser solicitadas quando houver intervenções específicas, tais como infrações de trânsito, fiscalização de veículos, práticas delituosas, crimes ambientais, entre outras, devendo o Corpo de Bombeiros dedicar-se a prevenção, salvamento e resgate.

6. MISSÕES PARTICULARES

CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO

Considerando a existência de três grandes mananciais na Capital e Grande São Paulo, a saber: Represa Billings, Represa de Guarapiranga e Represa Eng.º Paulo de Paiva Castro (Mairiporã e região);

a. Caberá ao 1º GI:

- 1) Elaborar N.S. para a Capital (1º e 2º GBS, 2º, 3º e 4º GI), para desenvolvimento das atividades prescritas nesta N.S. nas represas Guarapiranga e Billings, dentro de sua área de atuação;
- 2) Apoiar com viaturas, equipamentos e efetivo as operações desenvolvidas pelo 5º e 8º GI, dentro de sua capacidade;
- 3) Fica autorizado o Canal Técnico entre 1º GI, 5º GI e 8º GI para planejamento e execução das operações, principalmente no que se referir à alimentação, combustível para embarcações e outras orientações específicas.

b. Caberá ao 5º GI:

- 1) Além das previstas nesta N.S., prever alimentação para guarnições de apoio da Capital e combustível para embarcações quando solicitado previamente;

c. Caberá ao 8º GI:

- 1) Além das previstas nesta N.S., prever alimentação para guarnições de apoio da Capital e combustível para embarcações quando solicitado previamente.

INTERIOR**a. Caberá às UOp/CB do Interior:**

- 1) Cumprir a presente N.S. naquilo que couber dentro de sua área de atuação.

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- a. Deverá ser remetida ao DODC a Nota de Serviço citada no item 5.a. desta N.S. até 01Dez99.
- b. Deverá ser encaminhada semanalmente a Planilha Resumo constante do Anexo "A", ao DODC pelo fax 239-2120.
- c. Cronograma de atividade:
 - 1) 12Dez99: INÍCIO da Operação;
 - 2) 31Mar00: TÉRMINO da Operação; e
- d. Deverá ser encaminhado relatório final ao DODC até 28Abr00, constando:
 - 1) o número e natureza de intervenções;
 - 2) número de vítimas salvas e fatais;
 - 3) relato de acidentes com trabalho ocorridos na operação;
 - 4) descrição de ocorrências "de vulto" ou atípicas que mereçam divulgação;
 - 5) críticas e sugestões; e
 - 6) quantidade de recursos humanos e viaturas empregadas.

LUIZ ROBERTO CARCHEDI

Cel PM Cmt do CB

DISTRIBUIÇÃO: LISTA "E"

ANEXO D – AFOGAMENTOS MENSAIS - IML/SP

NECROPSIADOS POR AFOGAMENTO de 2003 a 2006

Unidades IML (continua)	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
CAPITAL	34	41	30	16	14	35	16	10	17	15	41	27
DIADEMA	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0
F. DA ROCHA	24	18	13	11	1	0	2	3	13	10	13	7
GUARULHOS	17	13	12	4	5	1	1	7	8	8	10	14
MOGI C.	17	16	9	5	3	3	3	3	6	12	8	8
OSASCO	6	7	10	6	5	4	5	3	7	6	6	8
S. ANDRÉ	11	13	1	5	1	0	0	6	2	10	7	11
S.B. CAMPO	23	21	25	8	7	1	9	9	13	9	16	9
S.CAETANO	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
SUZANO	14	6	6	3	4	2	5	1	3	3	7	3
TABOÃO	13	19	2	8	6	2	3	4	7	12	11	9
COTIA	6	3	0	4	0	0	1	0	3	8	2	1
MACRO SP	132	118	79	55	32	13	30	36	62	78	82	70
ARAÇATUBA	7	6	6	5	3	3	0	1	5	3	4	7
ANDRADINA	8	6	1	2	6	4	2	3	7	3	2	5
PENÁPOLIS	6	0	2	3	0	0	0	0	2	8	1	1
ARARAQUARA	9	6	4	4	3	2	2	3	5	1	3	1
JABOTICABAL	14	1	3	4	1	0	2	2	3	3	3	4
SÃO CARLOS	4	7	2	4	1	2	1	1	2	0	4	7
BAURU	8	7	5	3	5	1	2	5	2	3	7	10
JAÚ	5	5	5	3	1	1	5	1	5	6	4	8
LINS	4	3	7	1	4	0	2	0	1	4	3	6
CAMPINAS	18	21	12	6	8	2	4	8	10	20	18	12
AMERICANA	5	4	10	5	3	1	0	4	2	10	6	6
BRAGANÇA	23	18	14	15	5	6	7	11	13	10	19	25
JUNDIAÍ	13	10	10	6	4	1	5	3	6	11	7	8
LIMEIRA	8	12	6	4	4	4	1	2	3	9	6	2
MOGI GUAÇU	7	8	6	7	1	2	1	4	4	7	5	9
PIRACICABA	18	12	14	15	5	3	3	2	9	6	11	5
RIO CLARO	6	7	4	4	1	1	0	2	1	2	3	5
S.J.BOA VISTA	10	4	10	8	1	4	2	2	7	8	3	10
MARILIA	6	2	3	3	0	1	0	1	2	6	6	1
ASSIS	5	4	2	2	2	0	3	0	1	2	3	3
OURINHOS	8	4	7	5	0	2	2	5	4	9	3	1
TUPÃ	4	2	1	2	0	1	0	1	2	1	1	0
P. PRUDENTE	6	4	10	2	3	1	2	1	3	4	4	3
ADAMANTINA	1	2	4	0	0	2	1	0	0	2	4	3

Unidades IML (conclusão)	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
P.VENCESLAU	11	9	7	3	1	1	3	2	3	4	1	2
RIB.PRETO	8	8	10	4	5	2	3	4	6	4	6	6
BARRETOS	11	6	13	7	3	4	2	4	2	6	8	4
FRANCA	4	2	0	1	2	0	2	1	5	6	5	5
ITUVERAVA	1	2	1	5	1	0	4	4	3	5	3	4
S.J.BARRA	2	1	0	2	2	3	1	0	1	1	3	1
GUARUJÁ	50	35	40	17	14	12	12	12	11	22	31	27
SANTOS	9	7	7	3	3	2	0	3	1	5	5	2
PRAIA GRANDE	87	50	52	39	26	13	17	10	14	16	33	58
REGISTRO	36	13	21	12	8	5	8	5	9	7	21	13
S.J.CAMPOS	4	4	11	3	3	2	4	5	7	5	5	6
CRUZEIRO	6	9	4	1	3	0	1	3	1	3	5	9
GUARATINGUETÁ	5	6	9	1	3	3	0	4	3	5	6	8
JACAREÍ	13	9	12	5	3	3	4	7	10	7	12	12
PINDAMONHANGABA	2	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1
SÃO SEBASTIÃO	24	16	13	15	7	4	3	7	7	6	14	14
TAUBATÉ	10	7	10	10	2	4	6	1	7	2	8	3
S.J.R.PRETO	9	5	5	4	0	1	4	5	1	11	9	7
CATANDUVA	2	3	1	0	0	0	0	1	1	1	0	3
FERNANDÓPOLIS	3	3	6	3	1	0	3	2	0	2	0	1
JALES	6	3	3	3	2	3	0	1	4	4	1	1
NOVO HORIZONTE	1	4	0	3	1	1	1	1	1	1	4	5
VOTUPORANGA	5	0	2	0	1	0	1	0	1	1	3	2
SOROCABA	35	20	15	23	8	14	6	4	13	25	28	22
AVARÉ	10	12	7	5	1	3	2	1	3	6	10	8
BOTUCATU	9	9	10	3	2	1	3	6	3	7	3	4
ITAPETININGA	11	5	9	13	2	3	2	4	5	9	5	12
ITAPEVA	7	9	5	3	5	2	3	4	7	7	5	5
INTERIOR SP	590	417	423	303	170	130	143	164	230	318	364	394

Fonte: Relatórios Estatísticos Mensais.

obs.: Resolução 239 de 02.07.04 altera sede do IML Taubaté para Pindamonhangaba.

ANEXO E – PERFIL DO PESCADOR FORNECIDO PELO IBAMA

FAIXA ETÁRIA - 2007						
	Até 18	19 a 30	31 a 40	41 a 65	+ 65	Total
AC	1	12	10	18	1	42
AL	-	1	7	5		13
AM	1	20	36	70		127
AP	-	4	4	4		12
BA	2	24	39	53	1	119
CE	-	6	7	18	2	33
DF	17	169	269	399	16	870
ES	1	25	39	80	5	150
GO	32	295	468	655	19	1.469
MA	-	5	6	7	1	19
MG	36	362	514	1.044	24	1.980
MS	15	166	207	327	9	724
MT	9	185	265	329	9	797
PA	-	11	24	35	3	73
PB	1	3	4	13	2	23
PE	2	19	22	51	2	96
PI	-	2	4	1		7
PR	23	265	501	816	15	1.620
RJ	5	115	108	223	9	460
RN	-	6	9	3	1	19
RO	3	111	125	208	5	452
RR	-	5	4	9		18
RS	-	134	277	588	15	1.014
SC	13	167	188	380	10	758
SE	13	7	6	12		38
SP	69	874	1.182	2.679	67	4.871
TO	1	22	19	39		81
Total	244	3.015	4.344	8.066	216	15.885

FAIXA ETÁRIA - 2006						
	Até 18	19 a 30	31 a 40	41 a 65	+ 65	Total
AC		13	26	41	-	80
AL		6	4	7		17
AM	3	39	72	98	2	214
AP			4	6	5	15
BA		50	41	84	4	179
CE		10	17	18		45
DF	18	315	436	773	24	1.566
ES	2	62	66	170	8	308
GO	47	571	882	1.354	48	2.902
MA		2	6	11		19
MG	35	466	673	1.243	19	2.436
MS	21	253	384	506	11	1.175
MT	27	389	518	688	19	1.641
PA	1	26	41	43		111
PB		10	11	23		44
PE	2	15	10	17		44
PI		2	3	12		17
PR	51	673	1.118	1.931	39	3.812
RJ	5	156	196	408	14	779
RN		4	10	15		29
RO	6	93	118	175	2	394
RR	2	22	36	36	1	97
RS	29	314	558	1.510	69	2.480
SC	10	330	489	779	22	1.630
SE		4	5	9		18
SP	139	1.897	3.006	6.744	165	11.951
TO	3	27	33	40	3	106
Total	401	5.749	8.763	16.741	455	32.109

FREQUÊNCIA DE PESCA - 2007						
	Uma vez/ano	2 vezes/ano	Mais de 2/ano	Uma vez/mês	Toda semana	Total
AC	8	7	9	16	1	41
AL		1	4	6	3	14
AM	5	4	53	48	17	127
AP		2	2	7	1	12
BA	12	11	33	36	27	119
CE	3	3	6	14	7	33
DF	163	254	313	120	20	870
ES	23	9	28	47	43	150
GO	417	393	367	226	66	1469
MA	2		5	7	5	19
MG	346	277	472	598	287	1980
MS	67	107	287	209	54	724
MT	30	78	229	320	140	797
PA	3	4	24	35	7	73
PB			1	14	8	23
PE	1		8	39	48	96
PI				6	1	7
PR	261	243	446	526	144	1620
RJ	44	27	89	174	126	460
RN			1	5	13	19
RO	21	76	136	165	54	452
RR	3		4	10	1	18
RS	54	112	368	381	112	1027
SC	128	72	161	277	120	758
SE			3	14	8	25
SP	915	743	1231	1404	579	4872
TO	3	19	29	20	10	81
Total	2509	2442	4309	4724	1902	15886

FREQUÊNCIA DE PESCA - 2006						
	Uma vez/ano	2vezes/ano	Mais de 2/ano	Uma vez/mês	Toda semana	Total
AC	11	11	19	31	10	82
AL	0	1	0	7	9	17
AM	13	30	87	69	18	217
AP	1	1	1	5	2	10
BA	11	13	39	62	54	179
CE	4	4	10	16	11	45
DF	361	437	523	202	43	1566
ES	64	25	54	86	79	308
GO	691	735	883	439	154	2902
MA	2	3	4	4	6	19
MG	655	468	628	460	225	2436
MS	160	221	401	271	122	1175
MT	112	175	503	621	230	1641
PA	5	7	31	50	18	111
PB	11	1	6	13	13	44
PE	5	1	12	13	13	44
PI		1	6	6	4	17
PR	568	588	1131	1138	387	3812
RJ	115	60	123	271	210	779
RN		1	2	15	11	29
RO	42	57	119	136	40	394
RR	1	3	30	44	19	97
RS	167	271	842	895	305	2480
SC	169	141	358	598	364	1630
SE		1	2	12	3	18
SP	2640	2094	2999	2975	1243	11951
TO	8	13	33	35	17	106
Total	5816	5363	8846	8474	3610	32109

Fonte: IBAMA

ANEXO F – PROGRAMAS DE TELEVISÃO COM A PARTICIPAÇÃO REGULAR DA PMESP

----- Original Message -----

From: rguidette
To: suganuma@polmil.sp.gov.br
Sent: Wednesday, July 11, 2007 4:07 PM
Subject: Programas de TV

Suganuma,

Ainda possuímos programa na TV Comunitária que atualmente se chama TV Aberta: "A PM e Você". Temos outro Programa na TV Câmara: "Emergência 190".

Desconheço alguma regulamentação da PM sobre os programas de TV. A única coisa concreta é que o QPO atual prevê a Adjuntoria de Publicidade e Propaganda de rádio e TV, da qual sou o chefe. A nossa NGA está em fase de produção.

A publicidade nas TVs públicas tem sérias restrições. Não é possível divulgar produtos e preços, mas a divulgação institucional é possível. No geral o que se vê no mercado são propagandas de ONG e outros conteúdos educativos.

Você pode obter maiores informações sobre os marcos regulatórios da TV Pública no Brasil nos sites das 4 Associações que representam o setor público de TV:

- Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais - ABEPEC
- Associação Brasileira de Televisão Universitária - ABTU
- Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - ASTRAL
- Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCOM

Abraço,

Cap PM Rogério Guidette
Polícia Militar do Estado de São Paulo
Comunicação Social - 5ª EM/PM
Tel. 3327-7189
Tel. Cel 9511-5711

ANEXO G – PARTICIPAÇÃO DA PMESP NO SICOM

-----Mensagem original-----

De: Unidade de Assessoria Em Comunicação [mailto:ouvidoria@comunicacao.sp.gov.br]

Enviada em: quarta-feira, 25 de julho de 2007 17:03

Para: Roberto

Assunto: Re: Resposta do sistema das ouvidorias. Protocolo: 54614

"Prezado Cap. Suganuma,

Obrigado pelo contato mantido com esta ouvidoria. Para que sua proposta de comunicação tenha andamento é necessário que seja acionada inicialmente a área de Comunicação Social/Marketing do Corpo de Bombeiros, na Praça Clóvis Beviláqua, 421 - 6º andar - fone 3242-0977 ramal 368.

Posteriormente deve ser enviada a proposta com aprovação da Comunicação Social do Corpo de Bombeiros, para a Subseção de Publicidade e Propaganda da 5ª EM/PM Fone: (11) 3327-7149, aos cuidados do Major PM Silvio Tucci.

Atenciosamente,

Vito E. Delfino"

agradecendo a atenção dispensada, há alguma formalidade específica na proposta ou legislação que regulamenta o assunto?

Há um e-mail específico do órgão de marketing para sanar dúvidas?

grato

----- Original Message -----

From: ouvidoria@comunicacao.sp.gov.br

To: suganuma@polmil.sp.gov.br

Sent: Tuesday, July 17, 2007 5:31 PM

Subject: Resposta do sistema das ouvidorias. Protocolo: 54614

"Prezado Roberto Suganuma:

Mais uma vez agradecemos seu contato com a Ouvidoria da Comunicação, e na oportunidade informamos que em atenção a sua solicitação a Assessoria Técnica de Comunicação responde o que segue: "A atividade publicitária de órgãos da Administração centralizada do Estado pode ser realizada pelo órgão central do Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo - SICOM , ou seja, pela Secretaria de Comunicação, devendo para tanto os dirigentes da área competente dessa Corporação, bem como da Secretaria de Segurança Pública, a quem se reporta, apresentar a sua proposta para a devida apreciação.

Wilma U.Schulz

Assessor Técnico de Gabinete"

ANEXO H – HISTÓRICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO CB FORNECIDOS PELO GABINETE DE COMANDO DO CCB

“SOS – BOMBEIROS NO RESGATE DA CIDADANIA”

(Programa Social e Educacional para crianças e adolescentes em risco social)

O “SOS – Bombeiros no Resgate da Cidadania” é um Programa que envolve as Secretarias de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social e da Segurança Pública e com a participação de Entidades ou ONG para cada núcleo de atendimento. Atende-se, hoje, mais de 1.700 crianças e adolescentes em risco pessoal e social, de ambos os sexos, de 10 a 15 anos, em 23 municípios do Estado. Na Capital, são atendidas 360 crianças e adolescentes, em 6 Postos de Bombeiros (Sé, Almanara, Itaquera, Jabaquara, Guarapiranga e Santo Amaro), sob a coordenação da ONG Instituto Mensageiros. O Programa tem como objetivo proporcionar complementação escolar, utilizando arte-educação e educação de valores visando sua inclusão social. São oferecidas diversas atividades, na maioria dos casos, em Postos de Bombeiros, trabalhando auto-estima, cidadania, disciplina, auto-desenvolvimento e escolarização, beneficiando a educação, a família e sua integração na sociedade.

O Programa é desenvolvido em períodos complementares à escola para jovens de famílias de baixa renda comprovada (até 2 salários mínimos), ou que estejam passando por problemas escolares (evasão, frequência inferior a 75%, baixo aproveitamento, dificuldade de ensino e de relacionamento) e ou por encaminhamento de Conselhos Tutelares. As ações contribuem para o acesso, a permanência e ou retorno à escola, visando o sucesso escolar, a reorganização familiar e a integração à sociedade.

As principais ações desenvolvidas são: arte, esporte, lazer, apoio escolar, educação preventiva de acidentes, que são desenvolvidas em Postos de Bombeiros, que, além de espaço físico, com uso de piscina, salas de atividades, refeitório e quadras esportivas, é a garantia do encontro entre os

monitores e o “bombeiro referência”, capacitados para estabelecer vínculos em meio ao exercício das atividades cotidianas.

São trabalhados: auto-estima, cidadania, disciplina, auto-desenvolvimento e escolarização, de forma prazerosa, por meio de oficinas que possibilitem a expressão nos campos da arte e do conhecimento, assim como lazer e apoio escolar. Vivenciam a arte por intermédio de técnicas. São criadas, também, condições para que assumam responsabilidades individual e grupal, ensinamentos de boas maneiras, além de estimular o gosto pela escola, auto-respeito e respeito pelo próximo.

O Programa é desenvolvido com enfoque socioeducativo, objetivando vínculos pessoais e familiares, necessários à mudança comportamental, ao desenvolvimento da auto-estima, da cidadania, da autonomia e do desempenho escolar, promovendo o seu desenvolvimento. São cumpridas fases metodológicas que, apesar de seqüenciais, na prática se relacionam: integração, participação e conscientização, ação de grupo e liderança, oficinas de (brigada mirim, prevenção de acidentes, meio ambiente e cidadania, teatro, dança, capoeira, artes plásticas, esporte e apoio escolar). Outro aspecto a se destacar como inovador é a figura do “BOMBEIRO”, além da presença profissional e da mística de “herói”, presente em suas mentes faz com que a figura masculina, ausente para muitas crianças em suas casas, seja positivo.

Resultados constatados: melhorias nos relacionamentos familiares, na escola, resultados positivos na conscientização e prevenção do uso de drogas. No aspecto de saúde, por meio da alimentação (nutrição), que é oferecida e os acompanhamentos médicos e odontológicos. O envolvimento e participação da rede comunitária (associação multidisciplinar), estado, prefeitura, entidades, comerciantes, ações de saúde, escolas, clubes, empresas, fundações, etc. Apenas como ilustração, tivemos casos como de uma criança do programa, que em sua residência, testemunhou seu avô sofrendo um ataque cardíaco e caiu desfalecido. Ato contínuo, o jovem correu em socorro do seu avô e aplicou as técnicas de pronto-socorrismo salvando-o. A participação efetiva da família é também um resultado positivo.

PROGRAMA “RECICLE MILHÕES DE VIDAS”

(Programa Social de coleta de lixo reciclável, onde os recursos financeiros obtidos são destinados às diversas entidades beneficentes)

Trata-se de um programa desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros, cumprindo sua missão de “Proteção da Vida, Meio Ambiente e Patrimônio”, em parceria com a empresa LOGA, responsável pela coleta de lixo na capital e o Instituto RECICLE, objetivando a coleta de materiais recicláveis (metais, papéis, plásticos, vidros, pilhas e baterias), cujo resultado da venda desses materiais é revertido, a exemplo dos últimos anos, em benefício de várias entidades assistenciais.

Os moradores da cidade de São Paulo contam com locais determinados para a coleta dos materiais recicláveis. Basta dirigir-se a um dos 29 Postos de Bombeiros existentes na Capital, mais próximo de suas casas (veja relação dos postos de coleta em anexo), onde serão orientados por funcionários especialmente contratados e treinados .

É um programa que, sem dúvida, deve ser apoiado pela população e serve de exemplo para empresas e organizações, pois além do auxílio prestado a entidades assistenciais, contribui significativamente no cuidado com o meio-ambiente, já bastante degradado em função da poluição e do desrespeito à natureza.

Só para se ter idéia do impacto positivo ao meio-ambiente, a previsão do programa é que sejam reciclados mais de 1 tonelada/ano, retirando do lixo o que levaria milhares de anos para se decompor na natureza, além do que a reciclagem permitirá a economia na exploração de recursos naturais utilizados na fabricação de plásticos, alumínio, vidro e papel, dentre tantos outros materiais.

As entidades beneficiadas pelo Programa são:

ADEVA – Associação dos Deficientes Visuais e Amigos;

APAE de São Paulo;

TUCCA – Associação para Crianças e Adolescentes com Tumor Cerebral; e

GRAACC – Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer.

RELAÇÃO DOS POSTOS DE BOMBEIROS NA CAPITAL ONDE SERÁ FEITA A COLETA DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS

CENTRO

Praça Clóvis Bevilácqua, 421 – Sé

Rua José Bento, 15 – Cambuci

Rua da Consolação, 1663 – Consolação

ZONA NORTE

Av. Brás Leme, 3351 – Santana

Al. Barão de Piracicaba, 126 – Campos Elíseos

Rua Inácio Xavier de Carvalho, 166 – Almanara

Rua Monsenhor Castro Néri, 150 – Pirituba

Av. Ordem e Progresso, 1020 – Casa Verde

Av. Santa Inês, 3200 – Horto Florestal

Av. Morvan dias de Figueiredo, 4380 – Parque Novo Mundo

Rua Dr. Benedito Estevão dos Santos, 295 – Vila Maria

ZONA SUL

Rua Rafael Iório, 160 – Campo Belo

Rua Henry Dunant, 116 – Santo Amaro

Rua Helion Povoá, 120 – Vila Olímpia

Rua Azem Abdalla Azem, 800 – Butantã

Av. Robert Kennedy, 3686 – Guarapiranga

Av. Nazaré, 301 – Ipiranga

Av. Eng^o Armando de Arruda Pereira, 3305 – Jabaquara

Rua Domingos de Moraes, 2329 – Vila Mariana

ZONA LESTE

Av. Celso Garcia, 2725 – Belém

Rua Alicante, 522 – Vila Esperança

Av. Nordeste, 475 – São Miguel Paulista

Av. Osvaldo Pucci, 154 – Itaquera

Rua Luiz Mateus, s/n – Guaianazes

Rua Pindamonhangaba, 178 – Vila Prudente

Rua Cachoeira Alta, 1001 – Itaim Paulista

Rua Dr. João Inácio Teixeira, 91 – Moóca

Rua Cácio de Moura, 180 – Vila Formosa

ZONA OESTE

Rua Martin Tenório, 130 – Lapa

CAMPANHA “BOMBEIRO SANGUE BOM”

(Campanha anual para o público interno de doação de sangue voluntária em grande escala)

Desde 2004, a Divisão de Comunicação Social do CB, desenvolve a Campanha “Bombeiro Sangue Bom”, que visa, dentro do efetivo do Corpo de Bombeiros, realizar, de forma voluntária, o maior número possível de doações de sangue, durante o mês de julho, mês este em que se comemora o Dia do Bombeiro Brasileiro.

As doações são destinadas aos principais bancos de sangue do Estado de São Paulo, em especial a Fundação Pró-Sangue, que abastece a mais de 300 hospitais.

OBJETIVO

No inverno, os Hemocentros, de forma geral, costumam registrar uma diminuição significativa de doações de sangue, comprometendo as necessidades de pronto-socorros e hospitais. Este ano a ação deve prioritariamente auxiliar a “Fundação Pró-Sangue”, responsável pelo fornecimento de derivados de sangue a mais de 300 hospitais no Estado.

A necessidade diária de coleta de bolsas da fundação seria em torno de 800 unidades, porém, o que se percebe nesta época é uma coleta de aproximadamente 300 doações.

O QUE É A FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE?

A Fundação **Pró-Sangue** é uma instituição sem fins lucrativos, ligada à Secretaria de Estado da Saúde e à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, mantendo com a última estreito laço de cooperação acadêmica e técnico-científica.

Criada em 1984, a Fundação Pró-Sangue desenvolve suas atividades no 1.º andar do Prédio dos Ambulatórios do Hospital das Clínicas, na avenida Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155, onde ocupa área de 5.000 metros quadrados. A Fundação Pró-Sangue é o **maior hemocentro da América Latina** e um dos três do mundo em capacitação técnica e em quantidade de sangue coletado, volume que equivale a 53% do sangue consumido na Grande São Paulo, 24 % do Estado e a 14% do sangue consumido no Brasil.

Centro de referência do Ministério da Saúde, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), a **Fundação Pró-Sangue** é ainda laboratório de referência da Sociedade Internacional de Hemofilia, membro do Serum Cells and Rare Fluids-SCARF, grupo que reúne especialistas internacionais que atuam em laboratórios de referência e fazem

intercâmbio de amostras raras, e "twin-partner" (irmão gêmeo) do The Mount Sinai Medical Center, de Nova Iorque. **Em 1998**, a instituição recebeu da British Standards Institution certificação ISO 9001, tornando-se também o primeiro hemocentro público brasileiro a ter o controle de qualidade de seus produtos e serviços testado e comprovado por um organismo de renome internacional.

Coleta, Processamento e Distribuição de Sangue e Hemocomponentes

A Fundação Pró-Sangue coleta e processa mensalmente cerca de 15.000 bolsas de sangue e abastece **300** hospitais da Região metropolitana de São Paulo. Volume equivalente a aproximadamente **53 %** do sangue consumido na Grande São Paulo, **24%** do Estado e **14%** do Brasil.

Essa tarefa representa um grande desafio diário. No Brasil, infelizmente, ao contrário dos países desenvolvidos, menos de 2% da população brasileira doa sangue. Nos países desenvolvidos, 7 a 8% da população doam sangue voluntária e habitualmente.

Doação voluntária é aquela que é feita sem saber a quem se destina o sangue. No Brasil, porém, cerca de 60 a 70 % das pessoas doam vinculando sua doação a um amigo ou parente.

O SANGUE SALVA MUITAS VIDAS

Quem não doa sangue provavelmente ignora que a vida de muitas pessoas só é possível por causa das transfusões constantes que elas recebem.

O sangue de cada bolsa coletada é fracionado em três partes: plasma, plaquetas, hemácias ou glóbulos vermelhos ou plasma, crioprecipitado e hemácias ou glóbulos vermelhos. O plasma é usado em pacientes com problemas de coagulação; o concentrado de hemácias ou glóbulos vermelhos é utilizado no tratamento de anemia; o crioprecipitado é usado no tratamento de coagulopatias e as plaquetas no tratamento das plaquetopenias (por exemplo, leucemia).

AÇÃO

Os Comandantes das OPM e seus Oficiais **devem incentivar seu efetivo** a participar de forma "voluntária e consciente" da Campanha. Deverá ser incentivada, também, a participação de parentes e amigos.

DIVULGAÇÃO

Recomenda-se aos GB, SGB e PB do interior a divulgação da Campanha por meio da imprensa, faixas, etc. A Divisão de Comunicação Social se encarregará de difundir a campanha aos principais órgãos de imprensa da Capital, além de mensagem eletrônica a todos os bombeiros que dispõem de e-mail e as UOpCB.

PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO: mês de julho

Resultados:

2004: 1.173 doações

1º - CEIB - 281 doações - 118%

2º - 9º GB - 277 doações - 58%

3º - 11º GB - 150 doações - 30%

2005: 2.576 doações (120% a mais que 2004)

1º - 14º GB - 364 doações - 91,68 %

2º - 15º GB - 281 doações - 87,53 %

3º - 16º GB - 214 doações - 70,62 %

Em 2005, foi desenvolvido um concurso interno, com a disputa de um troféu “Bombeiro Sangue Bom”, que seria destinado a Unidade do Corpo de Bombeiros que mais doações realizasse proporcionalmente ao seu efetivo.

PROGRAMA “AMIGO BOMBEIRO”

(Participação do CB em ação de coleta de leite materno para abastecimento de bancos de leite)

No dia 29 de outubro, iniciou-se a coleta do leite materno, em parceria desenvolvida entre o 8º Grupamento de Bombeiros, Hospital Universitário de São Bernardo do Campo e o Hospital Estadual Mário Covas, de Santo André, visando recolher nas residências as doações de leite para recém nascidos.

O objetivo do projeto denominado “**Bombeiro da Vida**” visa possibilitar aos recém-nascidos de mães que tenham pouca quantidade de leite, serem atendidos, pela doação de leite de outras mães voluntárias, previamente cadastradas pelo hospital conveniado, numa demonstração de amor e solidariedade a seu semelhante.

A coleta é feita todas as sextas-feiras, obedecendo aos critérios a seguir:

uma auxiliar de enfermagem comparece a residência onde será feita a coleta, orientando a mãe doadora do procedimento que será adotado;

o bombeiro, utilizando de uma viatura faz o transporte do leite coletado nas respectivas residências até o hospital conveniado.

os Postos de Bombeiros que estão empenhados no projeto são, PB Vila Lucinda, sito na Avenida Martim Francisco, 1270 – Vila Lucinda – Santo André – Tel. 4479-6656 – e PB Jardim do Mar, sito na Av. Kennedy, 67 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo – Tel. 4125-1234.

O programa atingiu repercussão Estadual sendo alvo de reportagem vinculada no Jornal Folha de São Paulo, em 07 de Agosto 2005.

Até a presente data, foram efetuadas cerca de 830 coletas, onde em cada uma delas obtém-se, aproximadamente, 400ml de leite.

ANEXO I – LEI MUNICIPAL QUE INSTITUIU O PROGRAMA “BOMBEIROS NAS ESCOLAS”

INSTITUI O PROGRAMA "BOMBEIRO NAS ESCOLAS" COMO CARGA OBRIGATÓRIA NO CURRÍCULO ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Conteúdo:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei nº 480/94 de autoria do vereador Isac Jorge Filho, e eu promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica instituído, como carga obrigatória no currículo dos alunos do 1º grau da rede municipal de ensino, o PROGRAMA "BOMBEIRO NAS ESCOLAS", ministrado e desenvolvido pelos membros da corporação do 9º Grupamento de Bombeiros.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade inerente à execução e desenvolvimento do aludido programa educacional ficará a cargo da Secretaria Municipal da Educação.

ARTIGO 2º - Tal programa será direcionado, preferencialmente, aos alunos matriculados na 8ª séries do 1º grau da rede de ensino municipal.

ARTIGO 3º - O programa "BOMBEIRO NAS ESCOLAS", observará um conteúdo programático destinado à exposição e difusão entre nossos jovens, através de aulas teóricas e pratica, técnicas de proteção e combate a princípios de incêndios, bem como, noções de primeiros socorros em geral, desenvolvendo e familiarizando-se com hábitos e posturas prevencionistas.

ARTIGO 4º - A partir do exercício financeiro de 1995, deverá ser reservado e locado dotação orçamentária própria junto a Secretaria da Educação, destinada a suprir aquisições, manutenções e aperfeiçoamentos dos recursos e equipamentos didáticos e infra-estruturais exigidos e necessários a perfeita execução do programa.

ARTIGO 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio (s) com o Governo Estadual, bem como segmentos da iniciativa privada, visando obtenção de meios e recursos, sejam eles humanos, materiais e/ou financeiros, a serem direcionados ao aludido programa educacional.

ARTIGO 6º - A presente lei deverá ser regulamentada pelo Executivo, no que couber, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco.

ANTÔNIO PALOCCI FILHO
Prefeito Municipal